

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

THIAGO DE PAULA

HISTÓRIA, FICÇÃO E REGIONALISMO: A ESCRITA DA HISTÓRIA EM DAVID
CARNEIRO (1941-1952)

PONTA GROSSA
2023

THIAGO DE PAULA

HISTÓRIA, FICÇÃO E REGIONALISMO: A ESCRITA DA HISTÓRIA EM DAVID
CARNEIRO (1941-1952)

Dissertação apresentada para a obtenção do
título de Mestre na Universidade Estadual de
Ponta Grossa, Área de História, Cultura e
Identidades.

Orientador: Prof. Dr. Claudio Luiz DeNipoti

PONTA GROSSA

2023

P324 Paula, Thiago de
História, ficção e regionalismo: a escrita da história em David Carneiro (1941-1952) / Thiago de Paula. Ponta Grossa, 2023.
148 f.

Dissertação (Mestrado em História - Área de Concentração: História, cultura e identidades), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Claudio Luiz Denipoti.

1. David Carneiro. 2. Paranismo. 3. Paranista. 4. Historiografia. 5. Regionalismo intelectual - paraná. I. Denipoti, Claudio Luiz. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. História, cultura e identidades. III.T.

CDD: 981.62

TERMO DE APROVAÇÃO

THIAGO DE PAULA

HISTÓRIA, FICÇÃO E REGIONALISMO: A ESCRITA DA HISTÓRIA NA VISÃO DE DAVID CARNEIRO (1941-1952)

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História- Mestrado em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no dia 8 de dezembro de 2023, pela seguinte banca examinadora:

Documento assinado digitalmente



CLAUDIO LUIZ DENIPOTI

Data: 12/12/2023 09:34:03-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Cláudio DeNipoti (Orientador/a)

Documento assinado digitalmente



CLOVIS MENDES GRUNER

Data: 12/12/2023 21:06:09-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Clóvis Gruner (UFPR)

Documento assinado digitalmente



ERIVAN CASSIANO KARVAT

Data: 12/12/2023 07:21:22-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Erivan Cassiano Karvat (UEPG)

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa seria impossível sem a contribuição e apoio de um número considerável de pessoas. Na impossibilidade de registrar extensivamente todos os nomes daqueles a quem devo sincera gratidão, expresso simbolicamente esse sentimento nas poucas linhas que seguem.

Ao apoio incondicional, emocional, afetivo e amoroso da minha companheira de vida, Naiara Sanchez.

Ao meu filho maravilhoso e carinhoso, Pablo Sanchez de Paula, por me dar o presente que é ser seu pai.

À toda minha família que me incentivou e me deu suporte sempre que precisei.

Aos colegas de mestrado que me receberam de forma afetuosa.

Ao Núcleo de História Intelectual que deu sentido à pesquisa.

Às professoras e professores do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa que me deram acolhimento e com os quais desenvolvi forte relação profissional e pessoal.

Ao meu orientador, Cláudio Luiz Denipoti, pela paciência, pelas dicas, apontamentos, recomendações e pela precisão na orientação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela Bolsa de Demanda Social, que, dentro das possibilidades concretas, proporcionou as condições materiais para o desenvolvimento desta pesquisa de mestrado.

A todos e todas que contribuíram para a derrota do genocida e do golpismo.

Mas o que assim se disfarça é uma colonização do corpo pelo discurso do poder. É a *escrita conquistadora*. Utilizará o Novo Mundo como uma página em branco (selvagem) para nela escrever o querer ocidental. Transforma o espaço do outro num campo de expansão para um sistema de produção. A partir de um corte entre um sujeito e um objeto de operação, entre um *querer escrever* e um *corpo escrito* (ou a escrever), fabrica a história ocidental. A escrita da história é o estudo da escrita como prática histórica.

(Michel de Certeau)

RESUMO

As primeiras décadas do século XX foram marcadas, em todo o Brasil, por um aumento expressivo nos setores editoriais, assim como no próprio interesse pela leitura. Em um contexto de formação da República e, em especial durante a era Vargas, de centralização política, a produção de narrativas históricas com apelo nacionalista e identitário encontrou aceitação entre os leitores. Escritores e historiadores passaram a desenvolver textos em cujas narrativas se remetia à consolidação das fronteiras, reforçando características regionais numa perspectiva de unidade nacional. Recorrer ao passado, seja por meio da história ou da literatura histórica, foi o meio encontrado pelos intelectuais das primeiras décadas do século XX para uma efetiva construção social das regiões do país. Por meio da escrita, esses intelectuais trabalharam no sentido de pensar os processos históricos que culminaram na formação da República, ligando-os à atuação de seus ancestrais, responsáveis pela conquista dos territórios e pela ocupação fundiária. A partir do processo de institucionalização e profissionalização da disciplina histórica nas universidades, que se deu entre as décadas de 1930 e 1970, historiadores e historiadoras do meio acadêmico passaram a criticar enfaticamente a história produzida fora da academia. Buscamos, na presente pesquisa, jogar luz às circunstâncias que levaram ao surgimento de um tensionamento metodológico da historiografia no Paraná deste recorte. Para isso, analisamos a atuação e a produção histórica do historiador, escritor e museólogo David Carneiro e seu relacionamento com outros intelectuais, com instituições e com veículos de comunicação, a partir de uma perspectiva historiográfica, evidenciando fatores que contribuíram para esse tensionamento geracional epistemológico, contrapondo a geração de intelectuais / historiadores da qual David Carneiro fazia parte com uma nova geração de historiadores e historiadoras, com formação específica na área e ligados à academia. Se em um determinado contexto - primeiras décadas do século XX - a autoridade do discurso do historiador muito se associava ao seu status social e sua atuação política, a partir da institucionalização do ofício a universidade passa a se estabelecer enquanto emanadora da legitimidade do discurso do historiador.

Palavras-chave: David Carneiro; paranista; historiografia; regionalismo; intelectual; Paraná.

ABSTRACT

The first decades of the 20th century were marked, throughout Brazil, by a significant increase in the publishing sectors, as well as in the interest in reading itself. In a context of the formation of the Republic and, especially during the Vargas era, of political centralization, the production of historical narratives with a nationalist and identity appeal found acceptance among readers. Writers and historians began to develop texts whose narratives referred to the consolidation of borders, reinforcing regional characteristics from a perspective of national unity. Turning to the past, whether through history or historical literature, was the means found by intellectuals in the first decades of the 20th century for an effective social construction of the country's regions. Through writing, these intellectuals worked to think about the historical processes that culminated in the formation of the Republic, linking them to the actions of their ancestors, responsible for the conquest of territories and land occupation. From the process of institutionalization and professionalization of the historical discipline in universities, which took place between the 1930s and 1970s, academic historians began to emphatically criticize history produced outside the academy. In this research, we seek to shed light on the circumstances that led to the emergence of a methodological tension in historiography in Paraná of this frame. To this end, we analyzed the performance and historical production of the historian, writer and museologist, David Carneiro and his relationship with other intellectuals, institutions and media outlets, from a historiographical perspective, highlighting factors that contributed to this epistemological generational tension, opposing the generation of intellectuals / historians of which David Carneiro was part of with a new generation of historians, with specific training in the area and linked to academia. If in a certain context - the first decades of the 20th century - the authority of the historian's discourse was closely associated with his social status and his political activity, from the institutionalization of the profession the university began to establish itself as an emanator of the legitimacy of the historian's discourse.

Keywords: David Carneiro; paranista; historiography; regionalism; intellectual; Paraná.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Contracapa de <i>História da história</i> (1952).....	62
Figura 2	Índice de <i>História em si mesma</i> , primeira parte do estudo intitulado <i>História da história do Paraná</i> (1952).....	67
Figura 3	Organograma sobre o conceito de história de David Carneiro.....	68
Figura 4	Capa de <i>história psicológica do Paraná</i> (1944).....	83
Figura 5	Índice de <i>História psicológica do Paraná</i> (1944).....	88
Figura 6	Publicação no periódico <i>Correio do Paraná</i> . Edição 4130 de 1941.....	101
Figura 7	Capa de <i>O drama da Fazenda Fortaleza</i> (1941).....	111

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1	Terreno de propriedade de David Carneiro onde estava localizada sua residência e o Museu David Carneiro, na rua Comendador Araújo com a rua Brigadeiro Franco.....	126
Fotografia 2	Interior do Museu David Carneiro.....	127
Fotografia 3	Interior do Museu David Carneiro.....	127
Fotografia 4	Interior do Museu David Carneiro.....	128
Fotografia 5	Antiga residência de David Carneiro antes de ser demolida.....	129
Fotografia 6	Fachada da antiga casa de David Carneiro.....	130
Fotografia 7	Fachada da antiga residência de David Carneiro com Hotel Pestana ao fundo.....	131
Fotografia 8	Fachada da antiga residência de David Carneiro com Hotel Pestana ao fundo.....	131
Fotografia 9	Fachada da antiga residência de David Carneiro com Hotel Pestana ao fundo.....	132

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

ABL	Academia Brasileira de Letras
APL	Academia Paranaense de Letras
DEHIS	Departamento de História
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
GRPCOM	Grupo Paranaense de Comunicação
UFPR	Universidade Federal do Paraná
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGPR	Instituto Histórico e Geográfico do Paraná
UPR	Universidade do Paraná

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	11
1	HISTORIOGRAFIA E HISTÓRIA INTELLECTUAL.....	20
1.1	PROFISSIONAIS LIBERAIS ERUDITOS - AMBIENTE HISTORIOGRÁFICO NO PARANÁ NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX.....	28
1.2	DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA UFPR E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO OFÍCIO.....	44
2	DAVID DA SILVA CARNEIRO - TRAJETÓRIA DE UM HISTORIADOR PARANAENSE.....	52
2.1	CONCEPÇÃO DE HISTÓRIA E REFERÊNCIAS TEÓRICAS.....	60
2.2	UM PROJETO POLÍTICO REGIONALISTA.....	81
2.3	A FICÇÃO E A HISTÓRIA VOLTADA AO GRANDE PÚBLICO.....	98
3	UM HISTORIADOR DO SÉCULO XX.....	119
3.1	MOMENTOS DE PROJEÇÃO.....	121
3.2	MORRE O HISTORIADOR, PERDE-SE A MEMÓRIA.....	124
	CONCLUSÃO.....	137
	REFERÊNCIAS.....	139
	APÊNDICE A – FONTES.....	145

INTRODUÇÃO

Um dos ensinamentos mais básicos sobre a disciplina da história, que inclusive nos é apresentado já nos anos iniciais da educação formal, é que a importância de estudá-la se justifica por uma necessidade, ou missão, de melhor conhecer a nós mesmos, nossas origens e nosso passado, para, assim, compreendermos porque e como chegamos onde nos encontramos.

Por mais introdutório que seja esse pensamento, ele reflete um debate epistemológico de considerável pertinência para o campo historiográfico. A ideia de que toda história é ou foi produzida descontextualizada dos acontecimentos aos quais ela se refere. Quer dizer, a escrita da história se dá a partir de um movimento do presente de quem a escreve para o passado, quando o seu autor se propõe a interpretar e dar sentido ao passado por meio de suas fontes. Ora, se o historiador escreve a partir de seu tempo presente, isso significa dizer que o sentido atribuído por ele ao passado é uma construção cognitiva, argumentativa, explicativa - portanto social - do presente, a partir dos problemas, preocupações e da própria visão de mundo do historiador em seu tempo.

É sabido pelos historiadores de hoje que nenhum objeto e nenhuma fonte histórica são dados prontos e acabados, capazes de informar a totalidade dos fatos passados por si próprios. Tampouco trazem perguntas já formuladas com respostas evidentes e conclusões óbvias.

Ao contrário, é justamente o olhar dos historiadores e as perguntas formuladas por eles que são capazes de problematizar e dar sentido ao objeto. Cabe aos pesquisadores da disciplina histórica estarem cientes que todo trabalho de história é, antes de tudo, um trabalho cujas perguntas e problemas são formuladas pelos pesquisadores a partir do seu tempo presente. Dessa forma, não seria equívoco assumir que os sentidos atribuídos ao passado e as eventuais respostas ou conclusões que uma pesquisa possa formular, mesmo que amplamente amparadas por fontes históricas, também fazem jus a essa dinâmica.

Estar consciente dessas questões subjetivas que envolvem a produção de história é um bom começo para ampliar as possibilidades de pesquisa e análise dos objetos da história. Nesse sentido, os estudos historiográficos são um meio particularmente relevante de apreender tais questões de forma crítica, trazendo ganhos epistemológicos e metodológicos significativos a quem se propõe a tal ofício.

A presente pesquisa de Mestrado em História, a par dessas noções, pretende se apresentar enquanto uma das que refletem sua própria historicidade. Ao jogar luz às práticas historiográficas que vigoraram enquanto práticas profissionais em momentos anteriores ao processo de institucionalização da disciplina de história nas universidades brasileiras e aos tensionamentos historiográficos decorrentes, temos uma reflexão da historiografia de ontem e de hoje a partir das diferenças, permanências e transformações no ofício. Portanto quando problematizamos práticas e concepções de história distintas, estamos, na verdade, problematizando nossa própria prática e concepção de história. Isso significa, novamente, assumir que toda história é marcada pelas condições e circunstâncias de seu tempo.

Podemos destacar dois ganhos de suma relevância ao desenvolver pesquisas sobre historiografia: O primeiro é compreender, na práxis, na experiência própria do desenvolvimento da pesquisa, que toda escrita da história tem sua própria história. Possui, assim, um ponto inicial, uma questão de partida, problemas indagados previamente, uma expectativa de plausibilidade e pertinência, tanto a partir da seleção dos objetos, quanto do desenvolvimento do texto em si. Possui, portanto, historicidade; O segundo ganho é verificar que nenhuma história foi produzida por um historiador sozinho, como se isolado de grupos sociais e de suas regras específicas. Toda produção historiográfica passa por mecanismos de aprovação ou censura, pelo crivo dos pares e é produzida a partir de um lugar e de um tempo, o que acaba por corroborar o que foi colocado acima.

Exemplo disso é que as ideias iniciais para pesquisas em história, por vezes - ou na maioria das vezes -, confluem em novas problemáticas e deságuam em novos fluxos ou direções no decorrer da pesquisa. Objetivos diferentes ou até mesmo contraditórios aos iniciais podem emergir resultando em conclusões imprevistas. As leituras realizadas, a participação nas disciplinas, as experiências acadêmicas, no geral, adquiridas no decorrer do desenvolvimento de uma pesquisa, acabam por proporcionar novos horizontes e perspectivas e muitas vezes a proposta inicial passa por significativas transformações.

Esta pesquisa não fugiu a essa dinâmica. Inicialmente, nos propomos a analisar as relações entre história e literatura e as apropriações de ambas no romance histórico intitulado *O Drama da Fazenda Fortaleza*, de 1941, de autoria do historiador curitibano David Antonio da Silva Carneiro. O projeto de dissertação surgiu a partir da realização de pesquisas anteriores, centradas na formação da história e da memória

coletiva do município de Telêmaco Borba, localizado na região dos Campos Gerais, no Paraná.

Ao realizar o levantamento bibliográfico, nos deparamos com livros sobre a história do município e da indústria papeleira localizada no mesmo. Uma característica em comum nesses livros que contavam a história da região, do município e da fábrica de papel, era o fato de terem sido escritos por advogados, jornalistas e políticos locais. Quer dizer, pessoas sem formação profissional em história, com acesso privilegiado às informações e documentação e que, por um motivo ou outro, resolveram se dedicar à produção das muitas histórias do município de Telêmaco Borba e da região que o envolve, os Campos Gerais Paranaenses.

Dentre esses livros, uma obra chamou atenção por ser a mais antiga e mais completa em termos de detalhes sobre a construção da fábrica de papel e do próprio município. Trata-se de *Monte Alegre cidade-papel*, de 1974, de autoria da jornalista curitibana Hellê Vellozo. Nesta obra, a autora remeteu sua narrativa aos primórdios da conquista branca da região, tendo como principal fonte histórica o romance histórico *O Drama da Fazenda Fortaleza*, de David Carneiro.

A ideia central do projeto de pesquisa era analisar criticamente as apropriações da história e da literatura por David Carneiro, indagando sobre como uma narrativa criada, publicada e recebida como romance acabou se tornando fonte histórica para outras narrativas regionais. Discutir, a partir disso, as circunstâncias que fizeram com que as informações contidas em uma obra de ficção histórica remetesse a uma ideia de verdade histórica, isenta de parcialidade ou de subjetividades.

Para pensar as relações entre história e literatura na obra de David Carneiro amparamo-nos, a princípio, nas proposições levantadas por teóricos da história no que diz respeito à problematização da suposta objetividade presente nas narrativas históricas, aproximando-as, assim, da literatura e da ficção.

Tais questões estiveram aquecidas, em especial, durante os anos de 1970 com publicações de Paul Veyne (1971), Hayden White (1973) e Michel de Certeau (1975). Com isso, partindo da síntese sobre essas questões e autores desenvolvida por Chartier (2020), tínhamos a definição de um arcabouço teórico que daria conta de conversar com o problema inicial proposto.

Ao integrar o corpo discente do Programa da Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa na condição de bolsista, houve, como esperado, o estabelecimento de uma relação mais íntima com o Departamento de

História. Além disso, a participação no Núcleo de Pesquisa em História Intelectual possibilitou a realização de leituras e debates cruciais para pensar o objeto a partir de novos prismas.

Para além de uma análise sobre uma certa concepção e escrita de história, no caso de David Carneiro, a História Intelectual acabou sendo de notável contribuição ao nos instigar a se debruçar sobre as circunstâncias de engajamento do intelectual em determinados ambientes e suas estratégias de inserção, sobre como sua obra dialoga com outras permitindo construir tipologias dos intelectuais, compreendendos, de forma criteriosa, enquanto grupos sociais.

A História Intelectual proporcionou um estudo mais amplo por meio de categorias de análise que se mostraram essenciais para problematizar o ator intelectual. Dentre essas categorias, temos, por exemplo: Recepção e circulação de ideias; Itinerário; Sociabilidades; Gerações de Intelectuais; entre outras; o que demonstra que a intersecção entre uma abordagem historiográfica e as categorias de análise da História Intelectual é profícua.

A interseccionalidade dessas diferentes formas de abordagem possibilitou analisar David Carneiro, sua produção, seus relacionamentos profissionais, a circularidade de suas ideias e escritos, enfim, sua atuação dentro de uma ideia de intelectual regional, ou seja, um intelectual que produziu e atuou, de forma mais significativa, em um recorte espacial definido enquanto região - nesse caso o Paraná e, mais especificamente, Curitiba -. É importante frisar que não pretendemos, com isso, diminuir as possibilidades de análise ou considerar David Carneiro menos importante que outros em virtude dessa categorização. Pelo contrário, objetivamos problematizar esse intelectual como produtor de sentidos, símbolos e narrativas que auxiliaram na construção da própria ideia de região.

Ao repensar a abordagem do problema e, portanto, os caminhos possíveis, entendemos que discutir teoricamente as relações entre história e literatura não seriam suficientes para abarcar a produção de David Carneiro em sua complexidade. Não se tratava de uma simples apropriação - e distorção - da literatura e da história para legitimar uma visão de mundo e de passado, mas de toda uma rede de circunstâncias que, no contexto da década de 1940, tornavam válidas narrativas como as presentes em *O Drama da Fazenda Fortaleza*, numa perspectiva de verdade histórica.

A partir disso, se tornou evidente a relevância de nos dedicarmos a compreender as condições de produção - de história e de literatura -, de divulgação e circulação de ideias, às ideologias políticas e às complexas redes de sociabilidades estabelecidas pelos intelectuais do recorte.

Dessa necessidade se deu o desenvolvimento do primeiro capítulo, intitulado *Historiografia e História Intelectual*. Nele, tentamos construir um ambiente intelectual e um contexto sócio, político e cultural no qual circulava e do qual fazia parte nosso investigado.

Em um momento de expressivo crescimento editorial em todo o país, os profissionais liberais eruditos paranaenses, que se ocuparam do ofício de historiador no início do século XX, se esforçaram no sentido de produzir narrativas de teor histórico cujos problemas centrais eram necessariamente pensar a identidade e a formação do Paraná, suas características culturais e a contribuição dos paranaenses para um projeto nacional.

Constituindo movimentos, fundando e se agrupando em academias de letras e institutos de fomento à pesquisa, David Carneiro, assim como outros nomes de seu tempo, ocuparam posições de poder no Estado e se sagraram aqueles que detinham as habilidades necessárias para interpretar o passado. Se valeram dessa autoridade para produzir um “passado prático”, que tinha como objetivo material a defesa das fronteiras paranaenses.

Esse pano de fundo intelectual possibilitou, por exemplo, entender as relações entre história e literatura na obra de David Carneiro não como uma questão conflitante, mas como uma característica daquela escrita de história, localizada, portanto, no tempo e no espaço. Daí uma ampliação da análise no sentido de rastrear os referenciais teóricos e metodológicos de nosso investigado.

Inserido nesse ambiente intelectual mais amplo, o ambiente historiográfico onde David Carneiro estava inserido também requereu cuidadosa atenção. Historiador que começou a produzir jovem, Carneiro escreveu inúmeros textos de teor histórico durante praticamente todo o século XX, atravessando momentos cruciais para pensar a historiografia paranaense, seus objetos, métodos e práticas, assim como para refletir sobre tensionamentos epistemológicos pelos quais atravessou o ofício.

Desses tensionamentos, David Carneiro acompanhou o processo de institucionalização da disciplina de história nas universidades, desde a década de 1930 com a criação do Departamento de História e Geografia, na Universidade do

Paraná, até a separação dos cursos, na década de 1950 e a criação dos programas de pós-graduação, na década de 1970, e se posicionou com relação às formas emergentes de pesquisa que, ancoradas em grande medida na nova história francesa, propunham perspectivas mais críticas, inclusive com relação à concepção de história de Carneiro.

Sabendo que a própria produção histórica é também um campo de estudos específico - a história da historiografia - colocamos como essencial conjecturar sobre a produção histórica de David Carneiro e analisar como sua obra foi e é lida e quais as implicações dessas leituras. Em conformidade com o que diz Saad e Benatte, vemos como atributo desse tipo de análise a capacidade de:

[...] investigar as formas de produção da verdade histórica, dentro de uma determinada época ou entre épocas diferentes, sendo esse discurso produto de historiadores profissionais ou não. Trata-se de um leque multiplicador de objetos e problemáticas que transcende os próprios limites da disciplina e de seu passado canônico; ou seja, a História da historiografia teria, por fim, questionar e problematizar a relação entre a produção discursiva da História e da verdade histórica em diferentes culturas históricas (Saad; Benatte, 2019, p. 13).

Além disso, o presente estudo propõe compreender o intelectual estudado, David Carneiro, como um sujeito que produziu uma história com teor regionalista e a partir de uma prática historiográfica comum ao seu tempo e de determinados locais privilegiados de fala e produção centrados na capital paranaense. Dessa forma, é possível perceber Curitiba como um centro de produção cultural onde se pode observar relações de compadrio entre os sujeitos pertencentes de uma elite intelectual local que se estabelecem enquanto os detentores da palavra.

Buscando uma análise mais abrangente, se tornou indispensável localizar o intelectual estudado no tempo e no espaço para compreender como o mesmo chegou à posição de historiador. Para tal, se fez necessária uma análise das informações existentes sobre os ancestrais de David Carneiro e sobre a atuação da família Silva Carneiro.

A partir da ambientação de nosso investigado, no segundo capítulo apresentamos mais detalhadamente David Carneiro. Muitas das informações sobre sua origem, formação, família, produção e atuação profissional e intelectual, partiram do diálogo com a dissertação de mestrado intitulada *O percurso intelectual de uma personalidade curitibana: David Carneiro*, de Machado (2012), e da tese de doutorado

intitulada *Tinguís, pioneiros e adventícios na mancha loira do sul do Brasil: o discurso regional autorizado de formação social e histórica paranaense*, de Cordova (2009).

Objetivamos, com isso, dar conta da formação intelectual de Carneiro e suas origens familiares para compreender de onde vem as principais características de seus escritos historiográficos: A defesa da história, das tradições culturais, da intelectualidade e da participação do Paraná e dos paranaenses na construção nacional, a partir de uma perspectiva regional.

Nesse sentido, o segundo capítulo foi dividido em três tópicos. Em cada um deles buscamos discutir a concepção de história de David Carneiro por meio da análise de uma obra julgada capaz de exprimir suas ideias enquanto historiador. Totalizando, então, três obras centrais analisadas.

Em *História da história do Paraná*, Carneiro (1952) fez apontamentos sobre seus referenciais de produção de história, que eram, no geral, produções de historiadores do século XIX. Descreveu sua visão de história, a missão dos historiadores, o método, as técnicas e os conceitos caros ao ofício. Por fim, elegeu quem considerou serem os historiadores do “período áureo” da historiografia paranaense. Com isso, fomos capazes de discutir quem eram os historiadores paranaenses em sua visão e quem foi deixado de fora de sua historiografia.

A segunda obra analisada, *História psicológica do Paraná*, publicada em 1944, foi selecionada por ser capaz de exprimir de forma veemente o sentimento regionalista, ou melhor, paranista de David Carneiro. Decido a comprovar a capacidade intelectual e cultural dos paranaenses frente aos “adventícios”, Carneiro argumentou no sentido de defender que o Paraná não se igualava a outros Estados brasileiros devido à injustiças históricas e à própria personalidade do paranaense.

Destacando os “defeitos da alma” de seus conterrâneos responsáveis por impedir o sucesso dos mesmos, David Carneiro atacou de forma enfática os adventícios que chegavam no Paraná e que usurparam posições de poder dos paranaenses que, em sua visão, eram superiores moralmente que pessoas advindas de outros Estados da nação.

A publicação gerou consequências à Carneiro, que chegou a ser intimado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo a se explicar por ofensas generalizadas direcionadas a diversas autoridades que se sentiram atingidas. Dessa forma, a obra configura importante material para refletir sobre esse “sentimento paranista” do autor.

A terceira obra analisada, *O drama da Fazenda Fortaleza*, de 1941, foi o romance histórico que nos levou ao nosso investigado. Elencada, a princípio, para discutir as relações entre história e literatura na obra de David Carneiro, ela se mostrou um interessante documento para pensarmos como se dava a produção de romances históricos no contexto de Carneiro e como foram produzidos como uma ferramenta para atingir um maior número de leitores.

Neste livro, David Carneiro construiu uma narrativa sobre os primórdios dos Campos Gerais Paranaenses que, em sua visão, se deu a partir da conquista da região por fazendeiros durante o século XVIII e XIX.

A narrativa foi centrada nos problemas conjugais entre José Félix da Silva, dono da Fazenda Fortaleza, e sua esposa, Maria Onistarda. Ambientada em meio à inospitalidade e aos desafios dos Campos Gerais do final do século XVIII, o drama tem como pano de fundo tensões constantes entre Félix da Silva e grupos indígenas.

Em *O drama da Fazenda Fortaleza*, Carneiro assumiu que a obra foi uma tentativa de unir o melhor de dois universos - a história e a literatura -. Apontou com segurança, por meio de notas de rodapé, a localização dos “fatos”, alimentados por fontes históricas, diferenciando o que seria história e o que seria ficção - ou invenção -.

Afirmou se tratar de uma forma de divulgar para um público mais amplo a história do Paraná, a modelo de outros escritores dos centros culturais do país.

Para além de indagar sobre as relações entre história e literatura em *O Drama da Fazenda Fortaleza* e sobre como David Carneiro se apropriou de uma e outra, dando sentido histórico à sua narrativa, que era a proposta inicial, o romance também possibilitou olhar para esses aspectos da produção de Carneiro como uma característica da escrita da história no recorte em que foi produzido. Trata-se de uma história - com toda a autoridade de seu discurso - produzida para maiores níveis de alcance e circularidade que textos historiográficos poderiam atingir. Ou seja, uma história que cumpria a função de se fazer conhecer por meio de uma linguagem mais acessível, apresentada como romance.

Com a análise dessas três fontes principais, esperamos indagar de forma crítica sobre a concepção de história de David Carneiro, seus referenciais teóricos e filosóficos e como o mesmo mobilizou esse repertório, aplicando-o às suas necessidades enquanto historiador curitibano.

Por fim, no terceiro e último capítulo, buscamos destacar momentos em que David Carneiro teria atuado com mais protagonismo, produzindo textos, ocupando posições de poder relacionadas ao ofício e participando de instituições.

Em contrapartida, jogamos luz aos desdobramentos que sucederam a ocasião de seu falecimento no que diz respeito ao seu patrimônio e legado cultural. Buscando situações onde essa dinâmica pôde ser observada, a venda da propriedade onde estava localizado o Museu David Carneiro foi uma das mais emblemáticas.

Do protagonismo a um certo apagamento, quais questões sobre a vida e obra de David Carneiro podemos externar para refletir sobre dinâmicas sociais mais amplas? O que o debate sobre uma concepção de história particular pode nos revelar sobre a historiografia paranaense ou mesmo brasileira? Quais ideais políticos e historiográficos estão expressos em seus textos? Quais projetos de poder estão em jogo?

Esperamos, com este trabalho de mestrado, discutir não apenas a atuação, produção, suas características, forma de escrita e posições político-ideológicas de um intelectual numa escala regional, mas delinear um panorama, ou um ambiente intelectual e político de aceitação das ideias desse intelectual e, mais que isso, uma conjuntura de demanda dessas ideias.

Assim, cremos que a pertinência dessa abordagem reside em, por meio do exemplo de David Carneiro, lançar um olhar sobre as características de uma historiografia, como todas as outras, marcada pelas possibilidades, condições e circunstâncias do tempo de sua produção.

1 HISTORIOGRAFIA E HISTÓRIA INTELLECTUAL

Ao tentar fazer um apanhado sobre as características da historiografia ocidental em seu *A escrita da história*, de 1975, Michel de Certeau indagou sobre os reais interesses que justificam a construção de uma história da história. Segundo Certeau (2020, p. 8 – 21), uma dessas motivações ocorre pelo fato de que a própria cultura moderna ocidental tem por base a “diferenciação entre passado e presente”. A inteligibilidade dos discursos históricos está, para ele, amparada na ideia de uma relação de aproximação e distanciamento do presente com relação ao passado. O passado seria portador de características entendidas por toda a sociedade como sendo arcaicas com relação às práticas do presente, ao passo em que o presente se constituiria por meio do aperfeiçoamento das práticas passadas.

A partir dessa ideia de diferenciação do presente com relação ao passado, Certeau fez um paralelo, justificando que o mesmo ocorre com relação à historiografia. Da diferenciação entre práticas passadas e presentes surge a possibilidade de pensar a historicidade da própria produção histórica. Como se a história fizesse um movimento de falar de si mesma, a historiografia acaba por se apresentar como uma abordagem epistemológica sobre a tradição historiográfica.

Como bem observado por Certeau, nem sempre os historiadores se preocuparam em pensar e problematizar a própria produção. Houve momentos de maior ou menor interesse.

Partindo dos problemas teórico-filosóficos levantados por Serge Moscovici (1968), Michel Foucault (1969) e Paul Veyne (1971) e do que chama de um “despertar epistemológico”, Certeau (2020, p. 55 – 57) entendeu que os historiadores se libertaram de um “sonambulismo teórico” e da inevitável reprodução de “valores eternos”, que decorrem justamente da ausência voluntária dos historiadores em pensar a historicidade de sua produção.

Nesse sentido, em meio a esse despertar epistemológico dos anos de 1970, Certeau (2020, p. 45) colaborou suscitando as seguintes perguntas: “O que fabrica o historiador quando faz história? Para quem trabalha? Que produz?”¹.

¹ Duas décadas depois, Jenkins colocou, de forma semelhante a Certeau, a seguinte questão: “Que é a história?”. Nesse sentido, criticou a falta de preocupação de historiadores com a teoria da história e problematizou questões que julgou “intocadas pelos historiadores”. Entre elas: A história está fadada a ser irremediavelmente interpretativa? O que são fatos históricos? O que é parcialidade e o que significa dizer que os historiadores devem detectá-la e erradicá-la? História é ciência ou arte? JENKINS, 1991.

Da mesma forma, Chartier (2020, p. 11 – 16) identificou o recorte entre 1971 e 1975 como um momento de desdobramentos conceituais que se fazem possíveis, segundo ele, a partir de “três obras fundacionais: *Comment on écrit l’histoire*, de Paul Veyne (1971), *Metahistory*, de Hayden White (1973), e *L’Écriture de l’Histoire*, de Michel de Certeau (1975)”. Os problemas levantados por esse elenco de teóricos colocaram em evidência, além de outras discussões, as censuras relacionadas aos lugares de produção da história. Ou seja, a não problematização, ou a não exposição do “lugar social” onde foi produzido o conhecimento histórico.

Pensar o lugar a partir do qual se desenvolvem as pesquisas acabou se tornando um problema central na obra de Michel de Certeau. Seria impossível, para Certeau, compreender uma obra sem problematizar o lugar de sua produção, já que é justamente esse lugar - constituído por um determinado corpo de especialistas e de regras específicas - que permite ou exclui projetos a partir dos interesses institucionais e das concepções teóricas, técnicas e metodológicas vigentes além de todo um consentimento social que confere legitimidade à produção que se dá a partir desse lugar. O lugar de produção, nesta perspectiva, pode ser entendido também como o recorte espaço-temporal de produção de uma obra.

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função desse lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam. (Certeau, 2020, p. 47)

Se toda produção historiográfica parte de um determinado lugar e a partir de uma concepção de história ligada a determinada “categoria de letrados”, é imprescindível problematizar esse lugar para melhor compreensão da produção histórica que dali se originou.

Tomar a história como o próprio objeto de análise, encarando-a como uma “operação”, ou como uma “prática” seria, em conformidade com Certeau:

[...] compreendê-la como a relação entre um lugar [...], procedimentos de análise [...] e a construção de um texto [...]. Nessa perspectiva, [...] a operação histórica se refere à combinação de um lugar social, de práticas científicas e de uma escrita. (Certeau, p. 46-47)

Considerar essas variáveis para compreender como determinada produção histórica se constituiu, seria jogar luz ao “não-dito”, ou seja, às questões subjetivas que envolvem toda e qualquer produção histórica e que por vezes são ocultadas pelos historiadores.

No entanto, a própria tentativa de delinear um campo historiográfico passa por implicações políticas, ideológicas e pelas escolhas de quem assumiu essa tarefa, afinal, todo historiador ou teórico escreve sob a égide de um lugar, de um tempo, de um modo específico de compreender o problema, tal qual os sujeitos que compõe a historiografia analisada.

Nessa perspectiva, entendemos que optar por esse tipo de análise significa localizar qualquer produção historiográfica no tempo e no espaço, revelando e problematizando de forma crítica as circunstâncias que envolveram tal produção. Isso significa conferir historicidade à própria historiografia. Compreendê-la como produto de um tempo e de um lugar.

Na contramão, negligenciar a historicidade da produção histórica significaria também reduzir sua complexidade, uma vez que as concepções de história e as práticas historiográficas se transformam tal qual as sociedades².

Outro ponto importante é entender que história e passado não são a mesma coisa. Jenkins (2001) entendeu a história como um dentre vários discursos sobre o passado. O discurso da história estaria regulado por regras, normas e um saber próprio, configurando uma escrita possível do passado e não um caminho único para dar sentido ao mundo vivido. Existem, nessa perspectiva, incontáveis outros tipos de história e podemos citar como exemplo a crônica, a literatura, o cinema, as tradições transmitidas de forma oral como ocorre em inúmeras comunidades no mundo todo, enfim.

Jenkins (2001, p. 46 – 51) definiu a história como um “discurso cambiante e problemático” sobre o passado, produzido por um grupo de trabalhadores chamados historiadores, que possuem métodos e práticas que os tornam “reconhecíveis uns aos outros”. Para ele, “[...] a história foi, é e será produzida em muitos lugares e por muitas razões diferentes, [...] um desses tipos de história é a profissional”.

Quando falamos em história profissional, devemos considerar que suas características se alteraram significativamente durante o século XX.

² Nesse sentido, ver HARTOG, 2013; LE GOFF, 2013; REVEL, 2009.

Em um dos estudos melhor elaborados sobre as características da produção da história no Ocidente, o historiador Jacques Le Goff (2013, p. 32) considerou que “existem dois tipos de história: a da memória coletiva e a dos historiadores”. A primeira, continuou Le Goff, “[...] essencialmente mítica, deformada, anacrônica, mas constitui o vivido desta relação nunca acabada entre o presente e o passado”. É a história escrita pelos historiadores, no entanto, a responsável por retificar a “[...] história tradicional falseada”. A história escrita teria, dessa forma, a capacidade de moldar e atribuir sentido à memória.

No entanto, como é perceptível no estudo de Le Goff (2013, p. 123 – 141), essa relação entre memória e história que constitui toda uma “mentalidade histórica”³, é mutável e sofreu transformações no decorrer do tempo. Apresentando diferentes “filosofias da história”, Le Goff argumentou que a própria concepção de história como ciência é localizada no tempo e no espaço como resultado de um processo de transformação do ofício e que tem profundas relações com os processos políticos, culturais e sociais do Ocidente. Le Goff falou em “renovação da ciência histórica” ao analisar os desdobramentos do ofício no início do século XX. “Uma de suas mais antigas manifestações foi o desenvolvimento da história econômica e social [...]”, onde o historiador destaca a atuação de revistas de história alemãs. “Na medida em que a sociologia e a antropologia desempenharam um papel importante na mutação da história no século XX, a influência de um grande espírito como Max Weber e dos sociólogos e antropólogos anglosaxônicos foi notória”. A partir da década de 1930, seguiu o historiador, “considera-se a fundação da revista dos *Annales* [...], um ato que fez nascer a nova história.”

Como o próprio Le Goff (2013, p. 131 – 132) observou, dialogando com Pomian (1975), “O olhar do historiador sobre a história da sua disciplina desenvolveu recentemente um novo setor especialmente rico da historiografia: a história da história”. A história da história, segundo Le Goff, deve ter como objetivo “[...] colocar, no centro de suas investigações, as interações entre o conhecimento, as ideologias, as exigências da escrita, em resumo, os aspectos diversos e, por vezes, discordantes do trabalho do historiador”.

Ao se trabalhar determinada historiografia - ou historiografias - e suas transformações teórico-metodológicas e conceituais, deve-se considerar toda uma

³ Nesse sentido, RÜSEN, 2015, utiliza o conceito de cultura histórica; WHITE, 2019, utiliza o conceito de consciência histórica; LE GOFF, 2013, trabalha a ideia de mentalidade histórica.

cultura histórica, social e política que está relacionada ao recorte temporal e espacial dessa historiografia. Isso significa considerar também os interesses e ideologias envolvidos em determinada produção, o que reverbera em outro problema filosófico levantado, em especial, por Certeau (1975), White (1973) e Veyne (1971), que diz respeito à análise do próprio discurso presente nas narrativas.

Foucault (1996, p. 9) nos explicou que o discurso é a palavra em movimento, carregada de poderes e perigos. Para o filósofo, em toda sociedade o discurso é construído sob a constante pressão de subjetividades e de forças capazes de controlar, selecionar e organizar “procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos”.

Nessa perspectiva, os estudos sobre os discursos revelam aspectos ideológicos e aparatos de controle que Foucault chamou de “mecanismos de interdição do discurso”. Essas interdições seriam as exclusões, as rejeições ou as proibições presentes em todo discurso. Perceber essas questões seria, para Foucault, estar atento aos poderes e perigos presentes nos discursos.

Cabe ressaltar que, ainda segundo Foucault (1996, p. 17-19), a ideia do discurso, ou seja, da palavra em movimento, sendo transmitida de um sujeito para outro ou para vários outros, está historicamente ligada ao que o filósofo chama de “vontade de verdade”. Esse aspecto do discurso fez com que a literatura ocidental - incluindo a história - buscasse apoio na ciência e no verossímil.

Penso na maneira como a literatura ocidental teve de buscar apoio, durante séculos, no natural, no verossímil, na sinceridade, na ciência também - em suma, no discurso verdadeiro. (Foucault, 1996, p.18)

Para garantir a legitimidade, o discurso não existe senão ancorado pelas instituições. São as instituições que, para Foucault (1996, p. 7), criam as condições para a enunciação dos discursos. É através delas que os discursos são modulados por leis que organizam a preparação, a enunciação e a recepção desses discursos. “[...] se lhe ocorre ter algum poder, é de nós [as instituições], só de nós, que ele lhe advém”.

As instituições seriam as responsáveis por criar “regimes de exclusividade e de divulgação”, o que levaria ao que Foucault chamou de “rarefação” do discurso. Ou seja, nenhum sujeito será autorizado a entrar na ordem do discurso se não for, a priori,

qualificado para tal. O sujeito, para falar, deve cumprir determinadas exigências, incluindo ser reconhecido pelos pares.

[...] e é pela partilha de um só e mesmo conjunto de discursos que indivíduos, tão numerosos quanto se queira imaginar, definem sua pertença recíproca. Aparentemente, a única condição requerida é o reconhecimento das mesmas verdades e a aceitação de certa regra - mais ou menos flexível - de conformidade com os discursos validados. (Foucault, 1996, p. 42)

No Brasil, Eni Orlandi (2012, p. 16) se encarregou de defender a análise do discurso como ferramenta teórico metodológica capaz de articular o cruzamento entre linguística - a crítica literária e a análise crítica da literatura - e as ciências sociais quando se passa a refletir sobre as maneiras como a linguagem se materializa na ideologia. Dessa forma, Orlandi estabeleceu metodologicamente meios para relacionar língua, discurso e ideologia.

Para Orlandi (2012, p. 17), “o discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos”. A análise do discurso, para a autora, permite compreender os discursos não como mera transmissão mas como uma dinâmica de produção de sentidos que trazem consigo processos de identificação dos sujeitos, de subjetivação e de construção da própria realidade.

Dito isso, qualquer historiador que se dedique a problematizar uma determinada historiografia, seja ao nível ocidental, nacional ou regional, deve considerar tanto as transformações no próprio ofício, as circunstâncias de produção das obras e de desenvolvimento de pesquisas e a dimensão ideológica e política dessas circunstâncias. Ou seja, atentar para a historicidade de ambos o discurso e a prática.

Justificada a pertinência de uma abordagem no âmbito dos estudos da historiografia a da análise de discursos presentes nas narrativas históricas e considerando que nossa análise foca na produção de um historiador - David Carneiro -, uma outra via possível se mostra particularmente relevante para o nosso caso, a da história intelectual.

As categorias de análise da história intelectual possibilitam pensar de forma crítica e com muito mais profundidade não apenas a historiografia paranaense por meio da análise de um historiador, sua produção e o discurso presente em suas narrativas, mas, para além disso, entendendo o nosso investigado como um

intelectual, pensar a sua trajetória, as redes complexas de sociabilidades estabelecidas pelo mesmo, sua atuação em instituições - lugares de produção - como agremiações de intelectuais, institutos de pesquisa, academias, movimentos, etc..

Entendemos que refletir uma determinada historiografia, seus ideais e suas formas, as circunstâncias de sua produção e circulação, exige, necessariamente, um olhar sobre toda uma cultura histórica e política daquele recorte em específico, como já colocado. Em outras palavras, isso significa dizer que uma pesquisa de história da história passa, inevitavelmente, por uma análise de um certo ambiente intelectual. Daí a proximidade profícua entre a historiografia e a história intelectual⁴.

Segundo Palermo (2021, p. 201), convergindo com Chartier e Certeau, durante a década de 1970 houve um aumento expressivo no interesse dos historiadores pela historiografia enquanto objeto de pesquisa, ou seja, na história da história. Para ele, os trabalhos históricos que se debruçaram sobre essa temática “[...] ganharam, de maneira mais robusta, a possibilidade de serem problematizados em suas vertentes intelectual e epistemológica”.

[...] condições de possibilidade de o pesquisador explorar as ideias não como mera enunciação, mas também levar em conta sua relação com interlocutores e com o meio social que envolve o sujeito. Abriu-se, conseqüentemente, um caminho de análise das ideias como discursos, logo, como atos de fala inscritos temporal, geográfica e socialmente [num contexto]. (PALERMO, 2021, p. 198-200)

A história intelectual também se encarregou de, metodologicamente, contemplar a análise discursiva. Conforme colocou José Murilo de Carvalho (1998, p.136), após a “virada linguística” na filosofia - da qual o próprio Foucault é exemplo - ocorreu o que o historiador chama de recuperação da “dimensão retórica do discurso”. Em meio a uma renovação na história intelectual, as análises sobre o pensamento social em determinado recorte espaço-temporal moveram-se no sentido de uma crítica do discurso, entendendo a retórica como meio de estabelecimento de uma relação autor - intelectual - e leitor - público⁵.

Sirinelli (2003) defendeu que as pesquisas sobre os intelectuais devem direcionar as análises no sentido da construção de uma prosopografia dos

⁴ Sobre a problematização da história das ideias e o aprofundamento epistemológico proporcionado pela história intelectual a partir dos anos 70 e 90, ver PALERMO, 2021; SILVA, 2002.

⁵ Sobre a crítica aos modelos documentais e objetivistas, na perspectiva da problematização da ideia de retórica na historiografia e da aproximação da história com a crítica literária e com a filosofia, ver LACAPRA, 2013.

intelectuais, constituindo, para isso, um “corpus de textos” que sejam capazes de possibilitar uma análise prosopográfica dos itinerários. Ressaltando o cuidado que se deve ter com generalizações apressadas e deterministas, Sirinelli apontou para a necessidade de problematizar as complexas estruturas de sociabilidade e as condições de produção e sucesso de determinada obra.

[...] A história política dos intelectuais passa obrigatoriamente pela pesquisa, longa e ingrata, e pela exegese de textos, e particularmente de textos impressos, primeiro suporte dos fatos de opinião, em cuja gênese, circulação e transmissão os intelectuais desempenham um papel decisivo; e sua história social exige a análise sistemática de elementos dispersos, com finalidades prosopográficas. Aberturas conceituais [...] custam esse preço. [...] Essas aberturas podem se operar em diversos domínios. Já lembramos [...] o interesse do emprego das noções de itinerário, geração e sociabilidade. (Sirinelli, 2003, p. 245)

Pensar o problema no âmbito geracional por meio da associação dos temas mobilizados pelo autor, da metodologia empregada e dos ativismos políticos que transparecem na escrita do mesmo, relacionando sua produção com a de outros autores do mesmo recorte, se mostra uma estratégia que visa apreender o objeto com maior inteligibilidade e que leva em consideração as condições de produção, já que nenhum autor produz isolado da sociedade. O que se faz necessário, em nosso entendimento, é especificar com clareza os critérios estabelecidos para considerar o autor como pertencente a uma ou outra geração, apresentando evidências.

Para evitar generalizações apressadas e descuidadas, a solução encontrada é combinar a ideia de geração com a categoria de trajetória, ampliando o foco e a escala da observação e mirando mais na atuação do indivíduo e menos nos sistemas de pensamento.

Com isso, objetivamos, neste primeiro capítulo, colocar a historiografia paranaense em pauta, jogando luz a uma dinâmica que entendemos aqui como sendo um processo de institucionalização do conhecimento histórico no Paraná, que ocorreu a partir da década de 1930 com a criação do curso de História e Geografia na Universidade do Paraná (UP), mas que se desenvolveu com mais ênfase a partir da década de 1950, em um momento em que as universidades passaram a reivindicar a legitimidade da produção de uma história considerada profissional em detrimento de outras práticas, produzidas de fora das universidades.

Para entender como nosso investigado se mobilizou perante esse contexto de tensionamento historiográfico e de que forma isso se refletiu em sua obra, tentamos,

em um primeiro momento, identificar quem eram os historiadores na primeira metade do século XX no Paraná, em um recorte pré-institucionalização do ofício nas universidades. Refletimos sobre como a história era produzida, a partir de quais lugares e métodos, indagando sobre as ideologias e projetos políticos vigentes.

A partir disso, discorreremos sobre a criação do Departamento de História da UP na década de 1930 e os desdobramentos da institucionalização da escrita da história profissional no Estado no decorrer das décadas seguintes.

Creemos que com a leitura deste capítulo, o leitor tenha contato com questões cruciais para pensar a historiografia paranaense a partir de um momento de tensionamento que culminou numa crítica teórica-metodológica, alterando o que era, até então, considerado história profissional, além dos próprios lugares de produção e enunciação dessa história profissional.

1.1 PROFISSIONAIS LIBERAIS ERUDITOS - AMBIENTE HISTORIOGRÁFICO NO PARANÁ NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Atribuir uma produção historiográfica a uma fase específica da historiografia local ou nacional, ou a uma geração de historiadores não é tarefa simples e exige clareza nos critérios, sendo necessário considerar, por exemplo, aspectos temporais - quando a obra foi produzida? - aspectos sociais - quem eram os historiadores naquele momento e a partir de quais instituições se dava a produção de história? - e aspectos ideológicos e políticos - quais os ativismos e ideologias transparecem na obra analisada?.

Conforme apontado em Lima, Lima e Carvalho (2018, p. 14), análises historiográficas estão sempre marcadas por preocupações atuais do historiador. Independente de quando foram constituídas, essas análises buscam sempre responder a questões colocadas no tempo presente do desenvolvimento da análise.

O conhecimento histórico brasileiro se produziu e se produz em diferentes suportes: crônicas, tratados, romances, ensaios, monografias, teses, artigos, aulas, conferências, etc., atravessando diferentes paradigmas, modos de fazer e funções sociais, que se alteram em função dos diversos contextos surgidos ao longo do tempo. (Lima; Lima; Carvalho, 2018, p. 14)

Seja em pesquisas atuais sobre a temática ou em textos de décadas passadas, as questões sempre partem do presente daquela pesquisa ou texto.

Sérgio Buarque de Holanda em seu *O pensamento histórico no Brasil* nos últimos 50 anos, publicado em 1951, já demonstrava a necessidade de se entender a historiografia como produto de preocupações do presente dos historiadores. Leitor de Benedetto Croce, a partir de uma concepção de que a história é sempre produto do tempo presente, Holanda (1951, *apud* Lima; Lima; Carvalho, 2018, p. 14 – 16) “[...] repetia a fórmula segundo a qual toda história é a história contemporânea”.

O ilustre historiador tentou desenhar um panorama da historiografia no Brasil em um contexto de redemocratização do país, após o fim do Estado Novo, defendendo a profissionalização da história por meio da sua institucionalização como disciplina nas universidades.

Na pesquisa de Pereira e Santos (2010) sobre o texto supracitado de Holanda, os pesquisadores enfatizaram que, para compreender os anseios de Holanda, não se deve ignorar o contexto de institucionalização da escrita da história nas universidades. Segundo os autores, Sérgio Buarque de Holanda foi um “[...] homem-ponte entre os intelectuais de rua e os das instituições, ponte entre o modernismo, o ensaísmo e a história acadêmica. Holanda defendeu a institucionalização universitária e a profissionalização acadêmica em detrimento de características que passaram a ser pressupostos do historiador na primeira metade do século XX. Para Holanda, se antes desse período de institucionalização o ofício era visto como uma missão, a partir desse contexto o ofício passou a ser encarado como uma profissão. Holanda desenvolveu esse panorama de modernização do ofício com base em uma análise sobre Capistrano de Abreu e as temáticas de interesse dos historiadores do século XIX, como por exemplo a ocupação e o povoamento do interior do país.

A partir da institucionalização da história como disciplina acadêmica, as universidades passaram a formar historiadores profissionais e, conseqüentemente, possibilitar uma gama de pesquisas e publicações que conferiam a elas a legitimidade, ou a autoridade sobre o discurso histórico profissional. Historiadores profissionais se tornaram pesquisadores dos departamentos de história das universidades, o que difere muito do perfil dos historiadores profissionais de antes dessa dinâmica de institucionalização. Alguns defenderam o processo de institucionalização, como foi o caso de Holanda. Outros, no entanto, que também acompanharam esse momento de transformações na história profissional, se posicionaram de forma a defender as práticas historiográficas anteriores à institucionalização. Ou seja, a história escrita de fora da universidade.

David Carneiro, nosso investigado, também se arriscou na tarefa de escrever sobre a historiografia, mas no âmbito regional. Preocupado em definir o que é a história e quem são os historiadores no Paraná, publicou seu *A história da história do Paraná*, em 1952, apenas um ano após o texto de Sérgio Buarque de Holanda. Este trabalho é primordial para compreendermos como David Carneiro via a história e o ofício do historiador naquele contexto, mas assumindo uma posição de defesa da história profissional anterior à institucionalização do ofício nas universidades. Discutimos este texto de forma mais profunda no capítulo 2, por hora nossa preocupação é pensar esse ambiente historiográfico e intelectual no qual Carneiro se inseriu, considerando que sua produção perpassou por momentos de transformações significativas no campo da história. Nosso objetivo é criar as condições necessárias para localizar nosso investigado, David Carneiro, no tempo e no espaço e debater aspectos de sua produção.

Carneiro publicou seus primeiros textos de história ainda na década de 1920 e produziu um número significativo de trabalhos historiográficos deste período até, pelo menos, o final da década de 1980. A partir disso entendemos que o historiador, a priori, seja pertencente a uma geração de historiadores paranaenses das primeiras décadas do século XX, de um momento anterior à institucionalização do ofício nas universidades.

Dito isso, tentamos construir esse ambiente intelectual e historiográfico no qual circulava David Carneiro analisando pesquisas que já trataram do assunto, fazendo as considerações que julgamos necessárias.

Duas pesquisas, em particular, analisam a obra de David Carneiro a partir da associação do mesmo a uma determinada geração de letrados e / ou historiadores: Cordova (2009) e Machado (2012). Ambas dialogam diretamente com a presente pesquisa pelas informações que trazem, debates que suscitam e por representarem o “Estado da Arte” no que se refere à temática da historiografia e da história intelectual paranaense, em especial por analisarem a figura do historiador David Carneiro.

Cordova (2009) colocou em evidência a construção de narrativas e discursos de cunho regional sobre o Paraná a partir da produção de três intelectuais: Bento Munhoz da Rocha, Brasil Pinheiro Machado e David Carneiro.

Nesse sentido, Cordova problematizou a constituição do que chamou de “discurso regional autorizado”, compreendendo esse tipo de discurso como

impregnado de ideologia e como resultado de intensa mobilização política e de busca por legitimidade por parte de seus autores.

Machado (2012) realizou um apanhado sobre toda a formação familiar e intelectual de Carneiro além de trazer debates sobre letrados e instituições que, de uma forma ou outra, dialogam com a produção do historiador.

Além disso, Machado produziu tabelas onde constam, em ordem cronológica, todas as publicações de David Carneiro durante sua vida. Esse material nos serviu como fonte de diversas informações sobre o historiador em questão.

Ambas as pesquisas esboçaram um ambiente social e intelectual que envolvia David Carneiro.

Em Cordova (2009), o discurso autorizado regional de David Carneiro se torna possível por meio de todo um status social e uma tradição familiar das quais Carneiro dispunha. Descendente de industriais ervateiros de origem portuguesa, as narrativas históricas produzidas por Carneiro trariam muito de uma atuação política no sentido de moldar uma identidade paranaense ancorada em mitos de origem e heróis fundadores dentro de uma lógica colonial e eurocêntrica.

As temáticas mobilizadas por David Carneiro, dentro de uma ideia de “discurso científico” e amparadas pela legitimidade e pela autoridade do historiador, foram capazes de constituir um “efeito simbólico” sobre quais seriam as características identitárias do Paraná. No caso das narrativas históricas produzidas pelo historiador, impregnadas de um “ideal identitário e da mitificação do herói paranaense”, elas teriam como cerne teórico-metodológico, na visão de Cordova (2009, p. 12 – 19), o positivismo comtiano.

Em boa parte de seus textos, sejam de história, economia ou literatura, David Carneiro mobilizou as teorias comtianas para compreender o seu contexto. Diversas vezes, Carneiro colocou como epígrafe alguma citação de August Comte, indicando seu principal arcabouço filosófico de compreensão do mundo.

Em contrapartida, Machado (2012, p. 60) criticou a definição de Carneiro presente na tese de Cordova: um intelectual/historiador positivista. A crítica de Machado vai no sentido de problematizar uma situação que já colocamos: o problema de resumir um autor a uma linha de pensamento e o risco de se estabelecer generalizações apressadas, acarretando em uma simplificação da atuação e da produção do autor. Quer dizer, David Carneiro não seria apenas positivista e isso pode ser verificado pelo fato de o autor ter mobilizado outros repertórios teóricos que não

condizem com o positivismo comtiano. Mesmo Carneiro tendo se apresentado como um positivista durante toda sua vida pública, para Machado, ele seria um positivista entre outras coisas, não se resumindo a apenas uma corrente filosófica ou ideológica.

Mesmo assim, Machado rastreou as origens do positivismo de David Carneiro desde sua formação intelectual, que se deu predominantemente em colégios militares. Analisando cartas de David Carneiro para seu pai, Machado (2012, p. 29 - 33) verificou uma espécie de conversão de Carneiro ao positivismo comtiano por meio de um professor do Colégio Militar do Rio de Janeiro, o Major Alfredo Severo. Discorreremos com mais profundidade sobre a formação de Carneiro também no capítulo seguinte.

Machado localizou David Carneiro nos apresentando o grupo dos “historiadores tradicionais”. Cabe ressaltar que, conforme coloca Machado, essa denominação partiu do próprio David Carneiro para se referir aos que ele considerava serem os cânones da história profissional no Paraná no início do século XX.

Machado (2012, p. 61) analisou uma série de escritos de David Carneiro entre 1950 e 1995 e elencou três historiadores que seriam as principais referências de David Carneiro sobre produção de história no Paraná: Romário Martins, a quem o mesmo considerava um “mestre”; Ermelino de Leão e Francisco Negrão. O trio de “historiadores tradicionais”, para Machado, “[...] se inserem no contexto de enaltecimento do Paraná que se iniciou em fins do século XIX e tomou mais materialidade no início do século XX”.

Esses historiadores também eram, no geral, integrantes de movimentos e instituições em comum. Entre elas o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR), a principal instituição de incentivo e divulgação de pesquisas históricas do Estado nas primeiras décadas do século XX; o Centro de Letras do Paraná, onde Ermelino de Leão e, mais tarde, David Carneiro atuaram como diretores; e o Movimento Paranista, do qual Romário Martins é considerado fundador e David Carneiro é geralmente colocado como ator central do movimento.

Portanto, a proximidade temática, a atuação em movimentos e instituições em comum e o referencial teórico mobilizado por esses sujeitos, além do “espírito paranista”, para Machado, possibilitam pensar Carneiro como integrante desse grupo de “historiadores tradicionais”.

David Carneiro se filiou aos principais representantes do dito Movimento Paranista, que são historiadores tradicionais, pelos temas e abordagens, pelo “espírito paranista”. Embora David Carneiro não tenha sido diretamente

integrante do movimento, foi em diversos momentos identificado como paranista e posto ao lado dos historiadores tradicionais, como Romário Martins, Ermelino de Leão e Francisco Negrão” (Machado, 2012, p. 61 - 62)

Como observado por Machado, Ricardo Costa de Oliveira (2001, p. 58) destaca outra importante proximidade entre David Carneiro e esse conjunto de “historiadores tradicionais”: os vínculos com a indústria ervateira. Segundo Machado e também Oliveira, boa parte desses historiadores eram, eles próprios, oriundos de famílias abastadas de origem fundiária, como é o caso de David Carneiro.

Existem, portanto, critérios para aproximar David Carneiro dessa geração de “historiadores tradicionais”, como nos mostrou Machado. Os principais seriam o reconhecimento da existência desse grupo, nomeado pelo próprio David Carneiro, além da proximidade temática em suas obras, o espírito paranista, a atuação em instituições em comum, a ligação com a indústria ervateira, etc..

No entanto, o movimento que Machado faz ao atribuir David Carneiro a essa geração de “historiadores tradicionais”, ao nosso ver, é muito semelhante ao que Cordova faz ao defini-lo como um “historiador positivista”. Mais que isso, entendemos como problemática a definição de “historiadores tradicionais”, por mais que a definição tenha partido de David Carneiro, conforme coloca Machado.

Mas onde exatamente reside a necessidade de uma definição mais abrangente e precisa para nossa pesquisa para entender a geração de historiadores de David Carneiro que não a dos “historiadores tradicionais”? Ao nosso ver, reside a partir de uma problematização relativa ao próprio conceito de “tradicionais”.

O conceito não se encaixa de forma adequada por não estar relacionado a outras práticas daquele mesmo contexto. Ora, se algo é tradicional, é tradicional com relação a alguma coisa. Fica evidente que, na interpretação de Machado, a geração de “historiadores tradicionais” seria vista dessa forma se contraposta com a geração dos historiadores acadêmicos. O que é um critério válido, mas não resolve o fato de que a disciplina não estava institucionalizada nas primeiras décadas do século XX, dessa forma não teria como entendê-los como tradicionais já que não existiria, nesta hipótese, outra tradição historiográfica para contrapor até, pelo menos, a década de 1930 quando foi criado o curso de História e Geografia na Universidade do Paraná. Para resolver esse pequeno problema conceitual, tentamos buscar outra definição a partir da qual seja possível apreender a figura de David Carneiro ainda dentro da ideia de geração e considerando sua formação e trajetória intelectual.

Para isso, nos debruçamos não somente sobre o ambiente historiográfico paranaense, mas, em igual medida, sobre o ambiente intelectual do início do século XX de modo mais abrangente, buscando compreender como isso se refletiu na produção de história daquele contexto. A pergunta que se coloca é: quem eram os historiadores nas primeiras décadas do século XX?

As primeiras décadas do século XX foram marcadas, em todas as regiões do país, por um aumento expressivo nas produções escritas, sejam literárias ou de história, no número de periódicos, no mercado editorial e no próprio gosto pela leitura. Em todo o país, associações de intelectuais, movimentos e institutos de pesquisa foram inaugurados.

De acordo com Nicolau Sevcenko (1999), o início do século XX configurou um momento em que a literatura assumiu papel de destaque na atividade humana e como um meio de compreensão do mundo. Para ele,

As duas primeiras décadas deste século experimentaram a vigência e o predomínio de correntes realistas de nítidas intenções sociais. Inspiradas nas linhagens intelectuais características da Belle Époque - utilitarismo, liberalismo, positivismo, humanitarismo - faziam assentar toda a sua energia sobre conceitos éticos bem definidos e de larga difusão em todo esse período. Assim, abstratos universais como os de humanidade, nação, bem, verdade, justiça operavam como os padrões de referência básicos, as unidades semânticas constitutivas dessa produção artística. (Sevcenko, 1999, p. 22)

Miceli (1979), comentando sobre o fenômeno literário que foi Monteiro Lobato, falou em “surto editorial” dos anos de 1930 onde registrou-se um aumento exponencial no estabelecimento de editoras.

Monteiro Lobato foi o maior *best seller* de 1937, com 1.200.000 exemplares de livros e traduções sob sua responsabilidade [...]. Tal cifra constitui praticamente 1 terço da produção total brasileira nesse ano. Outros autores contribuíram, para o sucesso comercial das principais editoras (Humberto de Campos - Editora José Olympio, Machado de Assis - Editora Jackson, Afrânio Peixoto - Editora Guanabara, Joaquim Nabuco - Editora Brasileira, Aluisio Azevedo e Graça Aranha - Editora Briguier-Garnier, Agripino Grieco - Cia. Brasil Editora, ou seja, algumas das figuras de maior prestígio intelectual da geração de 1870 ao lado dos polígrafos anatolianos em evidência na República Velha. (Miceli, 1979, p. 75 - 76)

A literatura de ficção, mais especificamente a literatura brasileira, passa a ter ampla aceitação pelo público leitor e, segundo Pontes (1988, p. 59), isso “contribuiu de forma decisiva para a expansão do mercado editorial”.

Este período caracterizou-se, também, pela presença dos “intérpretes do Brasil”, em especial os vinculados aos movimentos modernistas, nas décadas de 1920 e 1930, cuja principal preocupação era reinventar o Brasil a partir da reflexão sobre sua brasilidade, ou seja, suas características próprias. Esses intérpretes seriam representados “[...] pelo trio de ferro da historiografia brasileira dos anos 1930: Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior.” (Lima; Lima; Carvalho. 2018, p. 14 - 18)

Trata-se de um momento em que os esforços de construção de uma nação verdadeiramente republicana demandaram a criação de narrativas que conformassem o país a partir de uma ideia de unidade nacional. Para isso, essas narrativas deveriam ser capazes de criar uma coesão social no que tange à questão da identidade nacional. Era preciso pensar símbolos que remetessem a uma ideia de brasileiro, com suas características específicas. O Brasil passou a ser pensado como um conglomerado de regiões com suas peculiaridades e diferenças culturais, mas, acima de tudo, como uma unidade nacional.

Desta forma, as narrativas de teor histórico se fizeram cruciais para que houvesse um consenso, ou uma coesão sobre determinados símbolos, eventos históricos, particularidades culturais, enfim.

Há que considerar que a profissão de historiador ainda não estava institucionalizada nas academias, os historiadores das primeiras décadas do século XX eram pessoas basicamente autodidatas - na escrita da história -, com formações em outras áreas, em sua esmagadora maioria homens, oriundos de uma elite intelectual que, não raras exceções, advinha de famílias tradicionais abastadas envolvidas diretamente com as elites coloniais fundiárias do país.

Tais preocupações permaneceram nas décadas seguintes, no entanto. A insurgência de narrativas nacionalistas e identitárias de um suposto passado em comum e que seria representativo de todo o país, segundo Gomes (1996), remete a finais do século XVIII. No campo da história, o século XIX se mostra particularmente mais relevante neste aspecto, levando em conta a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838 e os esforços de intelectuais no sentido de produzir pesquisas sobre a história do Brasil. No entanto, é na primeira metade do século XX, em especial durante o período Vargas, que as iniciativas políticas e ideológicas de construção e legitimação de uma identidade ou consciência nacional se mostram mais protuberantes.

Em um contexto de centralização do poder e de apelo nacionalista, o Estado Novo, “[...] buscando demarcar seu lugar na história, precisava refazer o próprio sentido da história do país. [...] foi um momento particularmente rico para a delimitação de uma construção intelectual da história do Brasil”. (Gomes, 1996, p. 23)

Em um trabalho produzido em 1988, Pontes (1988, p. 56) analisou publicações de coleções de assuntos brasileiros nas décadas de 1930, 1940 e 1950. Para a historiadora, esse interesse exacerbado em explicar as origens do Brasil remete ao que ela chama de “geração modernizadora de 1870, que produziu um pensamento novo sobre o país, através da articulação da ciência emergente com a tradição literária brasileira”.

Pontes destacou a assertiva de Antonio Candido em assinalar a obra *Os Sertões* (1902), de Euclides da Cunha, como o que seria “[...] o começo de uma análise científica aplicada aos aspectos mais importantes da sociedade brasileira” Candido (1980, p. 133 *apud* Pontes, 1988, p. 57). Tal obra passa a ser referência de práticas literárias consideradas modernas e vinculadas ao cientificismo liberal e positivista europeu. Além de Euclides da Cunha, a figura de Monteiro Lobato assumiu uma posição de um patrono do mundo editorial brasileiro.

Diversas pesquisas sobre a produção histórica e literária desse período, como Pontes (1988), Denipoti (2018), Miceli (1979) e Sevcenko (1999), consideraram as primeiras décadas do século XX como um momento de particular expansão no mercado editorial. Além disso, há que se considerar o movimento varguista a partir de 1930 e todos os desdobramentos no sentido de uma conformidade ideológica daquele período e de “um movimento de unificação cultural sem precedentes na história do país”. (Pontes, 1988, p. 56) Tanto os editores quanto os intelectuais que produziram obras ocuparam, para Pontes, o lugar de:

Verdadeiros “heróis culturais” a suprir as deficiências dos poderes públicos e a “civilizar” o país. Editar como missão? Tudo indica que sim. Esses editores, além de editar livros, publicaram também a sua própria história, sobretudo através da escrita de outros. E, como se sabe, toda história de cunho moralístico traz consigo fragmentos da narrativa mítica. (Pontes, 1988, p. 57)

Impregnada de cunho regional, Pontes apontou que a literatura, a partir dos anos de 1930, passou a proporcionar uma visão diferente sobre o Brasil aos leitores de então.

Foi notável a interpenetração literária em todo o Brasil, depois de 30, quando um jovem, digamos do interior de Minas, ia vivendo numa experiência feérica e real, a Bahia de Jorge Amado, a Paraíba de José Lins do Rego, a Aracaju de Amando Fontes, a Amazônia de Abguar Bastos, a Belo Horizonte de Ciro dos Anjos, a Porto Alegre de Érico Veríssimo ou de Dionélio Machado, a cidade cujo rio imitava o Reno, de Viana Moog. (Candido, 1984, p. 30 *apud* Pontes, 1988, p. 59)

Pensar um Brasil unificado e pensar as regiões e suas peculiaridades e características próprias se tornou um contraponto que acompanhou boa parte dos escritores do início do século XX. Em várias áreas do conhecimento, escritores de romances, historiadores, sociólogos, políticos e jornalistas se encarregaram de pensar a identidade nacional.

Seja na escrita da história ou da literatura, os exemplos são muitos. Em nível nacional, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Lima Barreto, Graciliano Ramos e José de Alencar são figuras que sobressaem nas análises sobre autores que pensaram a identidade brasileira e os vários regionalismos.

Para Gomes (1996, p. 23 - 37), o Estado Novo configurou um momento “particularmente rico para a delimitação de uma construção intelectual da história do Brasil”. O Estado Novo promoveu, por meio de ferramentas institucionais, como o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e de investimentos massivos em periódicos que se configuraram como porta-vozes do regime, um “processo de produção de um nacionalismo com base na massa”, fazendo-se valer da divulgação de narrativas históricas, consideradas essenciais na busca por uma consciência coletiva.

Nesse sentido, a década de 1940, em especial, presenciou esforços na constituição de uma elite intelectual capaz de pensar o Brasil e suas regiões dentro da lógica doutrinária e ideológica do Estado Novo. Além dos periódicos, responsáveis por divulgar essa produção intelectual, a Academia Brasileira de Letras (ABL) e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foram instituições responsáveis pela visibilidade de muitos homens de letras filiados a elas.

No Paraná, DeNipoti (2018) argumentou que as primeiras décadas do século XX constituíram um momento de expansão de produções literárias e um crescimento no interesse pela leitura, em consonância com as demais regiões do país.

[...] há uma abundante produção na historiografia do Paraná que entende a virada do século passado como um raro momento de diversidade cultural e intelectual no Estado. Há, por exemplo, os trabalhos de Etelvina Trindade, Tatiana Marchette e Luiz Fernando Lopes Pereira, entre diversos outros [...]. [...] havia uma compreensão entre os paranaenses de então, de que o Paraná tivera um momento de extrema criatividade e notoriedade no campo das letras e das ideias. (DeNipoti, 2018, p. 14)

Em seu trabalho sobre a prática da leitura e sobre o universo editorial do Paraná no início do século XX, DeNipoti (2018, p. 14 – 15) trouxe indicativos de que o Estado, neste momento, passava por um período de “raro momento de diversidade cultural e intelectual”. Apesar de ser um Estado com poucos centros urbanos no início do século XX, “havia uma compreensão entre os paranaenses de então, de que o Paraná tivera um momento de extrema criatividade e notoriedade nacional no campo das letras e das ideias”.

Ainda segundo DeNipoti (2018, p. 17), outros fatores contribuíram com esse suposto momento de destaque da literatura local. Considerando o recorte de até a década de 1930, não só o Estado do Paraná como outros Estados do país passavam por um contexto de diversas alterações políticas. “Uma guerra mundial, diversos conflitos regionais, uma revolução que teve no Paraná um palco privilegiado”. Além disso, a partir da década de 1930, “alterações da situação política nacional contribuíram para que a liberdade de expressão, que gozavam jornalistas e escritores, fosse sensivelmente diminuída até culminar, em 1937, com a atuação marcante do Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo”.

Considerando que a partir da primeira metade do século XX a produção intelectual e a própria leitura nos centros urbanos do estado passaram a assumir um lugar de notoriedade nos costumes e na cultura local, torna-se válido pensar em um aumento expressivo na circulação de obras de diversas áreas do conhecimento. É pertinente compreender que essa produção intelectual crescente juntamente com o desenvolvimento do hábito de leitura, podem indicar tendências e estilos que foram “enquadrados em esquemas de salvação nacional, ou de caminhada rumo ao progresso inevitável da civilização”. (DeNipoti, 2018, p. 18) Dessa forma, Denipoti (2018, p. 39) viu, por meio da história da leitura, um caminho para compreender as nuances que indicam as diferenças entre as escritas literárias. É de suma importância para um historiador “perceber essas diferenças e suas implicações nas sociedades que as forjaram culturalmente”.

Os letrados locais desse recorte utilizaram a história e a literatura como meio para construir uma identidade paranaense através do seu passado. Recorrer a uma memória social coletiva foi, portanto, a solução encontrada para defender que o Paraná tinha, assim como os demais Estados da nação brasileira, um passado glorioso de conquistas, com seus heróis locais, seus mitos fundadores e com seus marcos históricos.

Alguns dos intelectuais paranaenses que atuaram nesse sentido viram suas obras atingirem grande alcance, motivo pelo qual seus nomes são geralmente lembrados, tais como Ermelino de Leão, Rocha Pombo, Romário Martins, Francisco Negrão. Outros não tiveram tanto alcance ou não ocuparam posições de prestígio dentre os movimentos e grupos de intelectuais, mesmo participando ativamente na produção de conhecimento. O que não diminui a pertinência de serem evocados e analisados, criticados, problematizados. Como é o caso de nosso investigado que não se tornou figura protagonista no ambiente historiográfico mas que produziu um número significativo de obras e atuou em diversas instituições. Integrou, portanto, a comunidade letrada do período.

No início do século XX, a comunidade letrada paranaense era basicamente composta por homens, brancos e que possuíam uma certa distinção social, em especial na capital paranaense que se mostrava um centro cultural e onde estava concentrada a maioria dos homens cultos do Estado. Eram intelectuais filhos de famílias tradicionais ligadas ao alto escalão das instituições militares ou ao latifúndio. (Pereira, 1996).

Boa parte, senão a grande maioria, desses intelectuais paranaenses do início do século XX, formavam um grupo de sujeitos que detinham uma distinção social capaz de levar a um reconhecimento de suas posições sociais pelos seus pares e, mais importante, pela comunidade local. É importante ressaltar que tal lógica permanece nos dias atuais, onde a academia exerce papel central no estabelecimento dessas redes de conexão, no âmbito da história profissional.

Esses intelectuais ocuparam posições centrais em instituições de letras e academias de história e se serviam de diferentes meios de divulgação de suas ideias e narrativas, como os periódicos e jornais, palestras e falas públicas, participação política ativa, publicação de livros e textos, entre outros. A dinâmica de crescente inauguração de instituições que reuniam os letrados no início do século XX é um fator circunstancial que propiciou o desenvolvimento de muitas pesquisas e textos.

O estudo de Iorio (2003) se debruçou na criação da Academia Paranaense de Letras (APL) no início da década de 1920, evidenciando os problemas discutidos por intelectuais paranaenses do período. Neste estudo, um levantamento mostra que Romário Martins, um dos responsáveis pela criação do IHGPR, também participou ativamente na idealização da APL. Juntamente com Raul de Azevedo, jornalista e político amazonense que também ajudou a idealizar a Academia Amazonense de Letras, Romário Martins criou a academia e se ocupou em preencher 30 cadeiras. Dentre os escolhidos destacamos Rocha Pombo, Ermelino de Leão, Nestor Victor e Sebastião Paraná.

Iorio analisou uma série de obras publicadas durante os anos de 1920 e que traziam consigo sinais do modernismo na literatura. Inovações no modo de escrita mostram um interesse crescente na representação do rotineiro, nas transformações da sociedade com vistas ao progresso sempre tendo a Europa como modelo, além da presença de críticas sociais nessas obras. Além disso, a historiadora também aponta um aumento expressivo na publicação e circulação de obras literárias nesse período.

Desde o início da década de 1920, mas com mais intensidade a partir de fins de 1922, muitos jovens paranaenses estreavam nas letras. Os livros que editavam e as produções que divulgavam na imprensa local traziam uma série de novidades. Nos poemas se verificava a tentativa de abandonar a métrica, a pontuação e a gramática. Na prosa, adotavam-se frases mais curtas e uma linguagem menos formal. Nos dois casos, os temas deixavam de ser clássicos e se voltavam para o registro do momento, do cotidiano e do instantâneo. Ao mesmo tempo, nos livros, se observava uma maior preocupação estética, refletida na introdução de capas coloridas reproduzindo desenhos de artistas locais, no uso de papel de melhor qualidade, em revisões tipográficas mais acuradas, no uso de ilustrações, em uma diagramação interna diferenciada, entre outros aspectos. Na verdade, este grupo procurava criar uma nova estética para a literatura que se produzia no Paraná. (Iorio, 2003, p. 102)

Na perspectiva da historiografia paranaense, durante as primeiras décadas do século XX, o IHGPR se mostrou ser a instituição que servia como referência na produção e publicação de pesquisas e textos no Paraná desde pelo menos o ano de 1900, ou seja, em um momento anterior ao conhecimento histórico passar a ser associado à academia. Os historiadores que passaram a integrar o IHGPR eram, portanto, na visão de Corrêa:

Curiosos, possuidores de conhecimentos segmentados, dentre eles a formação jurídica, médica, de engenharia, de jornalismo, empregados

públicos ou de escolas militares, o que delega a característica de um conhecimento entabulado na ciência. (Corrêa, 2009. *Apud* Dias, 2019, p. 112)

Cabe destacar que o IHGPR foi idealizado nesse contexto de preocupação com a criação de uma identidade no Paraná. Para tanto, era de suma importância que fosse uma história produzida por historiadores paranaenses. Essa preocupação é nítida na obra de David Carneiro.

A instituição reuniu intelectuais que possuíam alguma dedicação à história do Paraná e do Brasil. A missão seria pensar as singularidades da identidade e da cultura paranaense, mas integrada a um projeto nacional. Desses intelectuais ou historiadores, destacamos: Sebastião Paraná, Dario Vellozo, Emiliano Pernetta, Julio Pernetta, Nestor de Castro, Nilo Cairo e Romário Martins. (Dias, 2019, p. 111)

É possível afirmar que estamos nos referindo a pessoas da elite curitibana, autodidatas - na escrita da história -, em sua maioria de orientação liberal-positivista e cujas preocupações se davam em torno da criação de símbolos capazes de gerar um sentimento de identidade e pertencimento aos paranaenses. Intelectuais que constituíram grupos onde debatiam e faziam circular suas ideias. Foram responsáveis por criar instituições capazes de conferir os meios necessários de produção e de projeção dessas ideias, como a APL e o IHGPR. Além disso, buscavam visibilidade e reconhecimento nacional. Tal reconhecimento deveria se dar não apenas com relação às suas respectivas carreiras mas, principalmente, com relação a uma produção intelectual paranaense que deveria se igualar a de outros Estados brasileiros em termos quantitativos e qualitativos. No capítulo 2 destacamos traços dessa dinâmica nos escritos de David Carneiro.

Dessa lógica de produção intelectual surgiram movimentos literários e artísticos organizados que refletiam as ideias e preocupações desses intelectuais, bem como as tendências literárias, artísticas e científicas. Dentre esses grupos destacamos o Movimento Simbolista⁶, o Movimento Futurista⁷ e o Movimento Paranista⁸. Este último foi melhor analisado no capítulo 2 pois David Carneiro não só integrava o movimento como é, até hoje, colocado como figura central do mesmo.

Tais movimentos, entendidos aqui como aglutinados de intelectuais que se relacionavam entre si, ajudaram na legitimação dos escritos desses intelectuais e na

⁶ Ver SZVARÇA, 1993; CARVALHO, 1997.

⁷ Ver IORIO, 2003.

⁸ Ver PEREIRA, 1996; CORDOVA, 2009; OLIVEIRA, 2005.

divulgação de suas ideias, criando condições de circularidade dessas ideias. É possível verificar a recorrência de alguns nomes em várias instituições e movimentos, o que sugere a existência de uma casta de pensadores sociais, que muitas vezes estava ligada por meio de laços familiares, inclusive.

David Carneiro é associado ao Movimento Paranista, juntamente com outros intelectuais de sua geração, por ter promovido discursos e produções literárias de forma a atribuir ao Paraná símbolos capazes de criar uma coesão social com relação a uma identidade própria paranaense e um sentimento de pertencimento a uma região do Brasil com características próprias. (Oliveira, 2005, p. 42)

Um exemplo que talvez seja o mais popular desses símbolos é o uso da Araucária como uma representação do Paraná e isso ocorre em um momento onde a espécie começa a ser extraída vertiginosamente pela recém-estabelecida indústria da madeira e do papel. (Willer, 1997) Nas primeiras décadas do século XX, a Araucária passou a representar não somente as peculiaridades das florestas locais, mas, igualmente, a industrialização crescente e o próprio progresso do Paraná que estariam respaldados nos recursos naturais abundantes da região. Cria-se, portanto, através da apropriação desses símbolos, por meio da ficção e da história, a própria ideia de região, garantindo assim uma coesão social através desses símbolos comuns aos paranaenses. Observa-se também a construção de um imaginário ligado à descrição das paisagens, associando-as, sempre que possível, a símbolos culturais paranaenses que remetem aos elementos da natureza, como a Araucária. Esses procedimentos de representação revelam ideais políticos e historiográficos, verificáveis por meio da análise de sua permeabilidade nas narrativas construídas.

Pereira (1996, p. 63), sintetizou esse “regionalismo” paranista do início do século XX a partir da transformação no regime político pelo qual o país passava desde fins do século XIX. Na tentativa de superar o arcaísmo representado pelo regime monárquico, os intelectuais se esforçaram no sentido de “[...] lançar as bases de uma identidade impregnada de progresso, ciência e técnica”. A marca mais evidente desse ativismo político no Paraná estaria no “positivismo exacerbado defendido tanto pelos republicanos paranaenses como pelos literatos do estado”, assim como no anticlericalismo, que também contribuiu para a construção de uma visão científica e laica da sociedade.

Para Pereira (1996, p. 206 – 207), o regime republicano possibilitou a construção de identidades regionais, sendo os intelectuais daquele contexto

responsáveis, em grande medida, em produzir “[...] símbolos e imagens que se fixaram no imaginário popular” e, por meio da criação de narrativas desse teor, defender que o Paraná deixasse de “[...] ser um secular local de passagem e intermediação entre Governo Central e o Rio Grande do Sul, para se construir verdadeiramente enquanto Estado com identidade própria”.

Construir, portanto, um imaginário social a despeito da identidade paranaense, suas características e símbolos, tinha uma função política material. Foi, inclusive, o meio pelo qual essa geração de intelectuais defendeu efetivamente as fronteiras paranaenses. Em toda sua obra, não raras as vezes, David Carneiro recorreu à retórica da conquista de todo o território que hoje é o Paraná, em sua perspectiva pelas mãos de seus antepassados heroicos, para legitimar as fronteiras do Estado.

Reflexo disso é que boa parte dos textos historiográficos produzidos por David Carneiro oferecem como temática eventos e processos bélicos em que o Paraná se envolveu de uma maneira mais direta, de onde pode-se destacar a Guerra do Paraguai e a Revolução Federalista, e de onde surgiram obras como *O Paraná da Guerra do Paraguai* (1940), de edição de Dicesar Plaisant, uma das principais produções historiográficas de Carneiro, premiada pela Academia Paranaense de Letras e *O Paraná e a Revolução Federalista* (1944), pela editora Athena. (Machado, 2012, p. 154-155)

Conforme apontou Szesz (1997, p. 5), “tais elaborações da identidade paranaense constituíram-se um forte instrumento que efetivaria o projeto de domínio político das classes dominantes do Paraná através de uma ideologia regional”.

A preocupação com a identidade regional no Paraná se deu com maior ênfase no final do século XIX e início do século XX em um contexto de tensões políticas e disputas territoriais, em especial com a Argentina. (Szesz, 1997, p. 6)

No início do século XX, o discurso regional no Paraná estava ligado à necessidade de uma coesão com relação à delimitação de suas fronteiras físicas. Szesz (1997, p. 120) argumentou que “coube aos intelectuais [...] envolvidos direta ou indiretamente no jogo político local, um papel de destaque na elaboração do Paraná”.

A própria noção de Paraná enquanto um Estado delimitado materialmente com suas características específicas aparecem, dessa forma, como uma construção discursiva intencional, de que fizeram parte vários intelectuais. Dessa dinâmica, resultaram textos e pesquisas que assinalavam a atuação dos antepassados dessa

elite letrada paranaense como colonizadores, atribuindo a essas figuras a própria origem do progresso na região, legitimando assim toda a ação de conquista branca, colocando seus atores como heróis fundadores do Paraná. Essa construção discursiva se deu por vários meios, entre eles o teatro, a literatura e a história profissional.

A identidade regional paranaense seria, nesse sentido, em grande medida imaginada e construída ideologicamente por uma casta de intelectuais que, no contexto das primeiras décadas do século XX, resumiam-se aos “filhos de famílias tradicionais, enredados em suas teias de compadrio e favor”. (Szesz, 1997, p. 121) Não seria equívoco considerar essa dinâmica como um projeto político de efetiva construção ideológica sobre um imaginário do que seria o Paraná.

David Carneiro foi um historiador ativo por muitos anos e dialogou com inúmeros intelectuais, historiadores e escritores de diversas áreas do conhecimento. Na capital paranaense, se relacionou de forma mais íntima com alguns que apresentamos como sendo integrantes dessa geração de intelectuais das primeiras décadas do século XX.

Considerar essa dinâmica é pertinente para compreender o campo da história profissional desse período, até porque os historiadores desse período eram justamente pertencentes desta categoria de intelectuais. Relembrando o que Oliveira (2005) e Machado (2012) observaram, aqueles historiadores se aproximavam pelos referenciais mobilizados, método e temática, pelo “espírito paranista”, participação em instituições e por estarem ligados às elites industriais e fundiárias do Paraná. O que nos leva à definição esboçada por Fagundes (2014): a dos “profissionais liberais eruditos”. Sujeitos que compuseram, inclusive, a primeira geração de professores do Departamento de História da Universidade do Paraná.

1.2 DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA UFPR E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO OFÍCIO

No estudo de Daniel Pécaut (1990) sobre as elites intelectuais da Primeira República, o autor apontou que esses sujeitos falavam a partir de “uma posição homóloga ao estado”. Ou seja, os indivíduos que compunham esses grupos de intelectuais se viam como pertencentes a uma elite ligada ao poder público.

Como “se acreditavam elites dirigentes” e “preocupados com a elaboração da cultura brasileira”, “estavam simplesmente convencidos de que a essência do político era o processo que conduziria ao advento de uma identidade cultural”. Falavam, portanto, de dentro do estado, ocupando posições privilegiadas e estabelecendo relações políticas e de poder. (Pécaut, 1990, p. 33)

O autor colocou ainda que “para justificar suas pretensões, era necessário que os intelectuais pudessem mostrar títulos”. Mas esses títulos não eram aqueles “obtidos por procedimentos formais de habilitação” nem “diplomas de profissionais dos tempos modernos”. Segundo Pécaut (1990, p. 33), “consistiam na posse de um saber sobre o social, reconhecido e valorizado por amplos setores da sociedade”. Nessa perspectiva, a legitimidade do discurso dessas elites letradas advinha do próprio status social desses indivíduos. Esses que apresentamos como profissionais liberais eruditos vão de encontro aos intelectuais desse contexto que, segundo Pécaut, apresentavam três perfis: os advogados, “eram numerosos os doutrinatórios de tendência autoritária com formação jurídica”; os engenheiros, “frequentemente caracterizados pelo positivismo e inclinados para uma visão técnica do saber”; finalmente, os homens de cultura.

Com a criação das universidades a partir da década de 1920, esses intelectuais teriam se sentido de certa forma “ameaçados” com o aumento de diplomas no país e por não se sentirem vinculados às instituições acadêmicas. (Pécaut, 1990, p. 33 - 34)

Em contrapartida, a década de 1920 também apresentou movimentos em prol do estabelecimento de universidades e, mais que isso, de uma maior “democratização dessas instituições”, buscando desvencilhar a produção de conhecimento de uma tradição elitista das escolas superiores de engenharia e direito, afastando a ideia do intelectual como aquele sujeito pertencente às elites letradas das primeiras décadas do século XX. As inquietudes em torno dessas questões são um demonstrativo de que problemas de ordem epistemológica e de autoridade do discurso estavam em jogo.

Desde a implementação e consolidação dos primeiros cursos superiores em São Paulo e Rio de Janeiro, entre a década de 1920 e a década de 1950, configurou-se um momento de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil que, segundo Vilhena (1995, p. 1), foi um momento essencial para a compreensão do campo no país.

Se, por um lado, Miceli (1989) identificou “dois padrões de consolidação institucional” nas Ciências Sociais no Brasil, sendo um deles o paulista, mais ligado ao “impulso alcançado pela organização universitária”, e o outro o carioca, estreitamente associado “à concessão de recursos governamentais para a montagem de centros de debate e investigação que não estavam sujeitos a chancela do ensino superior”. Por outro, Vilhena (1995, p. 33 – 34) criticou o estabelecimento de uma dicotomia tão marcada e desenvolve seu trabalho no sentido de compreender o chamado “Movimento Folclórico” a partir dos anos 1950, destacando que: “Assim como muitos historiadores [...], também os folcloristas acreditavam que a institucionalização seria a chave para a passagem de uma reflexão social bacharelesca e literária para um padrão objetivo e científico”.

De todo modo, é admissível considerar que houve uma série de tensionamentos metodológicos e institucionais entre os profissionais liberais eruditos das primeiras décadas do século XX e os profissionais que assumiram posições dentro das universidades após o processo de institucionalização das Ciências Sociais no país.

No entanto, Miceli fez uma importante observação já em 1989. Tanto no eixo Rio de Janeiro - São Paulo quanto em outros estados brasileiros, os esforços no desenvolvimento e institucionalização das Ciências Sociais foram resultados de “demandas das elites intelectuais e governamentais do país”. Ao passo que houve um tensionamento metodológico nas disciplinas a partir dessa dinâmica de institucionalização, na perspectiva das relações de poder e autoridade entre os profissionais pré-institucionalização e os profissionais pós-institucionalização, segundo Miceli, integrantes dessa mesma elite intelectual foram os que se mobilizaram a favor da institucionalização das Ciências Sociais.

[...] todos os empreendimentos pertinentes ao desenvolvimento das Ciências Sociais vinham atender aos reclamos e diagnósticos formulados pelas frações cultivadas e pelos principais grupos de interesse em operação na indústria editorial, nos sistemas de ensino secundário e superior, na chamada grande imprensa (diários, revistas ilustradas e de cultura), nos executivos reformistas dos governos e partidos políticos, nas organizações religiosas. (Miceli, 1989, p. 73)

A criação dos cursos de História e Geografia nas universidades brasileiras sucedeu, portanto, essa dinâmica mais ampla de institucionalização das Ciências Sociais no país⁹.

Pesquisas mais recentes sobre a temática da historiografia brasileira comumente organizam-na em fases, ou gerações, reunindo historiadores em recortes temporais de acordo com a proximidade temática e metodológica de seus textos, como é o caso da pesquisa de Martins (2011), sobre o itinerário da historiografia brasileira. Para ele, as fases da historiografia brasileira apresentam características que permitem criar uma referência de práticas historiográficas. Martins, citando um artigo de 1982 de José Roberto do Amaral Lapa, na busca de “[...] inventariar que perfil adquiria a investigação histórica no Brasil [...],” identificou em sua abordagem “[...] etapas de instituição, crescimento e consolidação do campo historiográfico”. Essas etapas seriam divididas em 4: A dos desbravadores, a dos pioneiros, a da profissionalização e a da expansão. (Lapa, 1982, *apud*. Martins, 2011, p. 197 - 202)

A primeira, dos desbravadores, se concentra no século XIX, mas inclui autores e obras anteriores. A segunda, a dos pioneiros, vem do final do século XIX e alcança até a década de 1930. A terceira, a da profissionalização, vem de finais da década de 1930 e se estende até meados da década de 1970. A da expansão recobre o período desde então até os dias atuais. (Martins, 2011, p. 201)

Ainda em Martins, o autor apresentou uma outra divisão da historiografia brasileira também por fases, separando-a desta vez em 3:

[...] a) 1500 a 1838 - dos primórdios até a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; b) 1838 a 1931 - do IHGB à reforma do sistema de ensino elaborada por Francisco Campos e decretada por Getúlio Vargas; c) 1931 até nossos dias (Iglésias faleceu em 1999 e suas anotações levam em conta ainda parte da década de 1990). (Martins, 2011, p. 204)

Outra pesquisa que também demarcou a historiografia brasileira em fases, observando os marcos institucionais e os lugares de produção como forma de diferenciar a escrita da história entre essas fases, colocou da seguinte forma:

[...] desde o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no século XIX, passando pelo surgimento das faculdades de Filosofia em São Paulo e no

⁹ Sobre a temática da instituição da Universidade do Brasil e da Universidade do Distrito Federal (posterior Universidade Federal do Rio de Janeiro), a criação dos cursos de História e Geografia e sua posterior divisão, ver ARANHA, 2014; ARANHA, 2022.

Rio de Janeiro nos anos 1930, até chegar, enfim, à reinstitucionalização da história universitária nos programas de pós-graduação dos anos 1970. (Lima; Lima; Carvalho, 2018, p. 13 - 18)

Qualquer que seja a escolha metodológica que se faça para apreender as transformações que a história profissional sofreu durante o século XX, a institucionalização da história enquanto disciplina nas universidades se mostra um período especialmente relevante. Esse processo provocou um tensionamento na própria concepção de história e sobre quem eram os historiadores. As universidades passam a ser consideradas as fontes de irradiação do conhecimento, posição outrora monopolizada pelas academias de letras e instituições de letrados.

Cabe pontuar que foi em 1911, através da lei Rivadávia Corrêa, que ocorreu a desobrigação de oficialização do ensino secundário e superior no país e a consequente criação de universidades em diversos estados brasileiros.

No Paraná, a Universidade do Paraná foi inaugurada em 1912 e suas atividades iniciaram, efetivamente, a partir de 1913. (Glaser, 1988, p. 14)

Duas décadas mais tarde, em 1938, foi instituído o Curso de Geografia e História a partir da criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

O processo de institucionalização da pesquisa histórica no Paraná se deu, de modo geral, em dois momentos: primeiro com a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e o Departamento de História e Geografia na Universidade do Paraná, em 1938, e posteriormente com a divisão em dois departamentos - o Departamento de Geografia e o Departamento de História - e a modernização de ambos - criação dos cursos de mestrado - entre os anos de 1960 e o início da década de 1970.

Nesta perspectiva, de acordo com Fagundes, o Curso de História da atual Universidade Federal do Paraná, entre 1938 até aproximadamente 1974, foi constituído por um corpo docente que compunha duas gerações, a segunda tendo sido aluna da primeira.

A primeira geração atuou dos anos 1930 até fins da década de 1950 e início da de 1960 - tempo em que o curso manteve unidas as áreas de Geografia e História -, e a segunda, do início dos anos de 1960 - quando foi criado o Departamento de História (DEHIS) - até fins dos anos 1970 - nesse período, em 1972, foi criado na UFPR o primeiro mestrado federal em História no Brasil, reconhecido pelo MEC, e em 1974 foram produzidas as primeiras dissertações. (Fagundes, 2014, p. 296)

Fagundes colocou que a primeira geração de professores do Curso de Geografia e História teria um caráter mais político, enquanto que a segunda geração teria um caráter mais técnico, já em um contexto do Departamento de História (DEHIS) - separado da Geografia - e de criação da pós-graduação.

Além disso, Fagundes (2014, p. 297) assinalou que estas duas gerações seguiram o que ele entende como sendo duas linhas historiográficas distintas. A primeira compondo “um grupo de intelectuais sem formação específica de historiador, com uma produção mais sobre o passado e menos historiográfica”, e um segundo grupo mais técnico, com formação em história e “alojados num departamento e num curso exclusivo de história”, cujas normas de seleção, aprovação, reprovação, etc. estariam, a partir daquele momento - e daquela instituição -, condicionadas a regras institucionais ligadas à academia.

Como não havia um curso específico de história antes da década de 1930, esses professores da primeira geração, de acordo com Fagundes, foram sujeitos selecionados justamente das academias de letras e instituições de história, todos com significativa distinção social e política. Como responsáveis pelas disciplinas de história do curso de História e Geografia e que se tornaram professores catedráticos, foram indicados Bento Munhoz da Rocha, Brasil Pinheiro Machado e Homero Baptista de Barros. Como coloca Fagundes, os três representantes desta categoria de profissionais liberais eruditos. Todos mantinham ativa participação em associações de intelectuais, publicações de livros ou textos em periódicos, além de serem homens públicos e ativos politicamente.

Foi do agrupamento de homens em associações de convívio intelectual em Curitiba que surgiu o Curso de Geografia e História da na Faculdade de Filosofia da então Universidade do Paraná. Essa primeira geração de professores, cujas datas de atuação variam entre 1938 e fins da década de 1950, era menos preocupada com a regência de aula do que com o desempenho de atividades públicas. (Fagundes, 2014, p. 299)

Seria, dessa forma, a segunda geração de professores do Departamento de História e Geografia a responsável pela crítica às práticas da primeira geração de professores como também pela modernização do curso de História. Processo comum a outras áreas do conhecimento naquele período. (Fagundes, 2014; Almeida, 2020)

A partir da década de 1950 ocorreram grandes transformações nos ambientes da Universidade do Paraná. A federalização da universidade em 1950, a reforma do

ensino superior de 1968 e a criação dos programas de pós-graduação a partir do início da década de 1970 são alguns exemplos. (Fagundes, 2014, p. 302) Acompanhando essas transformações, o curso de História e Geografia foi dividido e, no início dos anos de 1960, foi criado o Departamento de História.

Com essas mudanças, a segunda geração de professores atuou com intuito de dar ao curso de História um caráter mais técnico e científico e menos político. Dessa geração destacamos: Cecília Westphalen, Altiva Pilatti Balhana e Brasil Pinheiro Machado, integrante da primeira geração de professores mas que, diferentemente dos outros, atuou até os anos de 1970.

É nesse período que percebemos um diálogo dos professores da segunda geração com a historiografia francesa, em especial a partir do contato com Fernand Braudel, Michel Mollat, Pierre Chaunu e da Revista *Annales*. Grande parte dessa renovação teórica se deu a partir do contato de Cecília Westphalen com a *École Pratique des Hautes Études* em viagens de pesquisa e estágio. (Fagundes, 2014, p. 303)

Nos importa aqui compreender que, com a criação do Curso de História e Geografia em 1938 e, em especial com o processo de modernização do curso de História a partir do final da década de 1950, inicia-se um processo de institucionalização do conhecimento e da produção histórica no Paraná que irá culminar em um tensionamento entre os profissionais liberais eruditos que se ocupavam do ofício de historiador e novas práticas profissionais acadêmicas de história. Os sinais desse tensionamento se refletiram nas obras de David Carneiro, o que debatemos com maior profundidade no capítulo 2.

Aquela geração de intelectuais oriundos de famílias tradicionais, autodidatas, cuja escrita histórica era marcada por um tom laudatório e pela necessidade pujante de criar narrativas heroicas sobre o passado, de cuja geração saíram muitos dos primeiros professores do curso de História e Geografia da Universidade do Paraná, foi gradativamente contraposta com uma produção ligada à academia. Se antes a autoridade do discurso histórico advinha do próprio status social e da atividade pública de uma elite de eruditos paranaenses, a partir da institucionalização do ofício, a própria instituição acadêmica passou a ser emanadora da legitimidade do discurso histórico.

Cecília Westphalen teria sido uma das professoras a problematizar o fato de que muitos dos mais antigos do curso haviam sido recrutados entre os “membros dos

Institutos Históricos e das Academias de Letras”, e que seriam “não apenas despreparados como portadores de uma orientação superada”. (Westphalen, *apud*. Machado, 2012, p. 126)¹⁰

Buscamos entender como essa dinâmica afetou a concepção de história de David Carneiro, em qual medida o mesmo se posicionou perante esse tensionamento historiográfico que se deu ao nível regional e nacional e como esse tensionamento se reflete em sua escrita histórica.

Lembramos que David Carneiro foi um historiador que produziu durante praticamente todo o século XX, acompanhando todas essas transformações e tensionamentos no ofício. Isso indica que a história produzida por David Carneiro não deixou de ter relevância em determinados meios. Com isso, indagamos: Como David Carneiro se mobilizou frente às transformações do ofício e aos novos lugares de produção de história emergentes?

É o que buscamos responder no capítulo 2 jogando luz à trajetória de David Carneiro, sua formação intelectual, sua concepção de história e como o mesmo se enxergava perante as transformações no ofício. Buscamos atingir esse objetivo por meio da análise de três de suas obras que foram selecionadas para a presente pesquisa, não respeitando ordem cronológica. São elas: História da história do Paraná (1952), História psicológica do Paraná (1944) e o romance histórico O drama da Fazenda Fortaleza (1941).

¹⁰ Para mais sobre Westphalen e sua concepção de história, ver MACHADO, 2016.

2 DAVID DA SILVA CARNEIRO - TRAJETÓRIA DE UM HISTORIADOR PARANAENSE

Por meio da análise rigorosa de cartas enviadas a David Carneiro por seu pai¹¹, Machado (2012) organizou as informações de forma a construir a trajetória do historiador e sua atuação no cenário histórico-cultural paranaense desde as primeiras décadas do século XX até a repercussão de sua morte, evidenciando os vínculos com as elites locais, nacionais e internacionais.

Para demonstrar esses vínculos, Machado (2012) iniciou sua dissertação chamando a atenção para as raízes familiares de Carneiro, o que muito se aproximou da abordagem realizada por Córdova (2009) ao trabalhar o conceito de “espírito de família”, direcionando já de início sua análise para a herança familiar de seus investigados e sua relação com o poder político local. O trabalho de Oliveira (2000) serviu como ponto de partida para abordagens como estas quando associou as “famílias tradicionais” paranaenses ao jogo político local.

Por mais que nosso objetivo seja discorrer mais sobre a concepção de história de David Carneiro e menos sobre suas raízes familiares, entendemos que algumas informações não devem ser ignoradas se quisermos problematizar a produção de David Carneiro, pois ajudam a explicar a atuação do mesmo no ambiente intelectual e político paranaense do início do século XX. Dessa forma, listamos brevemente alguns aspectos sobre sua trajetória, tomando como ponto de partida o fato de o mesmo ser descendente de uma “família tradicional” paranaense, conforme apontou Oliveira (2000).

Dessa tradição familiar da qual David Carneiro dispunha, destacamos três aspectos de maior relevância, que julgamos essenciais para pensar seu status social: a descendência portuguesa que remete à linhagens de famílias nobres em Portugal; as relações políticas da família Silva Carneiro no Brasil, especialmente no Paraná; e a herança industrial.

David Carneiro tinha muito apreço por seu sobrenome português e não raras foram as vezes em que o historiador tornou público esse sentimento. As cartas

¹¹ As fontes foram produzidas entre as décadas de 1910 e 1920 mas integram um conjunto maior de correspondências da família Carneiro, produzidas entre 1879 e 1928 e foram publicadas por David Carneiro em 1938 em uma biografia que fez de seu pai, intitulada *Biografia do Cel. David Carneiro e cartas escritas por ele a seus filhos*. Esse documento pode ser encontrado fisicamente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), como parte do acervo da *Coleção Max Fleiuss*.

indicam que honrar o sobrenome e a descendência portuguesa exigia uma postura política e cultural. Machado (2012) destacou trechos interessantes onde isso fica evidente. Em uma carta de 1915, o Cel. David da Silva Carneiro, pai homônimo de nosso investigado, escreveu as seguintes palavras para seu filho:

Tenho muita fé, meu vicota, nas energias latentes de nossa raça para deseres d'ella e do papel que lhe está reservado representar na História da Humanidade. É preciso, porém, que trabalhem muito: que trabalhem com toda a coragem e todo o amor; que lutemos sem descanso e sem medo, para vencer [...] (Carneiro, 1938, *apud.* Machado, 2012, p. 20 - 21)

Conforme coloca Machado, na visão do Cel. David da Silva Carneiro, “[...] era necessário pregar os ideais republicanos” num contexto onde a recém proclamada República no Brasil “[...] abastardou o caráter, esmagou a justiça e arruinou o Brasil”. Em outro trecho das cartas, Machado destaca a importância dos estudos, da moral e da participação política... “[...] um Silva Carneiro - e a gente de nossa raça não desmente a estirpe da nobre inteireza moral de que provem”. (Carneiro, 1938, *apud.* Machado, 2012, p. 21)

Se por um lado os Silva Carneiro tinham a missão da participação política republicana, em conformidade com os pressupostos teóricos do positivismo de Benjamin Constant, por outro lado as raízes da “nobreza” de seu sobrenome advinham de títulos monárquicos. Citando o mapeamento genealógico desenvolvido por Francisco Negrão, discutido por Oliveira (2000), Machado (2012, p. 21 – 22) destacou que “[...] os Carneiro [...] são tronco da família de um capitão de milícias do reino português vindo para Pernambuco por ocasião da invasão holandesa, em 1656”.

No Brasil, os Silva Carneiro se vincularam ao título Soares Costa. Um trecho da pesquisa de Oliveira (2000) nos dá a dimensão dessas relações de nobreza.

Manoel Soares da Costa, açoriano que veio para Santa Catarina e cuja família viria para Antonina por volta de 1839, escapando da Guerra dos Farrapos. Estabeleceram lavoura e carpintaria naquela localidade com seus escravos. Suas netas casaram-se com Ermelino Agostinho Leão, com o coronel e comerciante Francisco Maçalho da Lapa e com o empresário da erva-mate David Antônio da Silva Carneiro.” (Oliveira, 2000, *apud.* Machado, 2012, p. 22)

A família Silva Carneiro atuou em território brasileiro desempenhando funções de bandeirantes, comerciantes, militares e industriais. Seus membros primavam pela transmissão de valores morais e culturais entre seus descendentes, de forma a perpetuar a posição privilegiada que dispunham historicamente.

No Paraná, a história da família Silva Carneiro tem estreita relação com o desenvolvimento da indústria ervateira e com o estabelecimento de uma elite industrial e política local entre o fim do século XIX e início do século XX.

David Antonio da Silva Carneiro, bisavô também homônimo de David Carneiro, foi o primeiro a chegar ao Paraná. Ele teria vindo para trabalhar em cargo público como secretário de Zacarias de Góes e Vasconcelos, primeiro presidente da Província do Paraná. (MACHADO, 2012, p. 22) David Carneiro bisavô teria sido aquele que iniciou a tradição de nomear os filhos primogênitos da família de forma homônima.

Seu filho, o segundo David Carneiro, teria ganhado destaque na sociedade paranaense ao se associar com Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Serro Azul, na administração da ervateira Ildefonso P. Correia & Cia. Após os eventos da Revolução Federalista, quando o Barão do Serro Azul foi executado, David Carneiro avô abriu sua própria empresa, a Ervateira Americana, que se localizava em Curitiba.

É importante ressaltar que durante todo o século XIX a produção de erva-mate cresceu paulatinamente até o final do século quando se tornou a principal atividade econômica no Paraná. A partir da década de 1870 ocorre uma acentuada industrialização dessa produção. Reflexo disso, por exemplo, foi a construção da Estrada de Ferro da Graciosa que facilitou o transporte dos produtos da indústria para a região portuária, expandindo, conseqüentemente, a produtividade desses setores nas décadas finais do século XIX.

Essa dinâmica de produção do final do século XIX, quando a erva-mate adquiriu proeminência na economia local, fez com que empresários do ramo se estabelecessem enquanto elite fundiária e econômica paranaense. (Oliveira, 2000, p. 74-91)

Ao analisar a Genealogia Paranaense - das famílias tradicionais -, de Francisco Negrão, Oliveira (2000) observou que foi a partir da década de 1870 que ocorreu, efetivamente, a formação de uma burguesia ervateira. Mesmo a industrialização ervateira no Paraná não tendo alcançado dimensões nacionais, regionalmente, argumentou o sociólogo, as transformações foram muito significativas. Para ele, é a partir desse momento que elementos fundamentais da modernização no Paraná podem ser observados.

A década de 1870 é o ponto de inflexão, quando a formação da burguesia do mate já pode ser reconhecida. Na década de 1870, finalmente a estrada da graciosa ficou pronta e assiste-se à concentração de engenhos de erva-mate no planalto [...]. A economia planaltina, principalmente a de Curitiba, robustece. (Oliveira, 2000, p. 87)

Dessa forma, é plausível assumir que a família Silva Carneiro se consolidou enquanto uma “família tradicional” paranaense no momento em que David Carneiro avô passou a atuar como industrial da erva-mate.

O terceiro David Carneiro, pai do sujeito histórico estudado nesta pesquisa, foi o primeiro dos Silva Carneiro a nascer no Paraná. Herdeiro de uma família já estabelecida no ramo da erva-mate, David Carneiro pai foi coronel da Guarda Nacional. Foi ele quem desenvolveu na família Silva Carneiro uma aproximação com a intelectualidade local.

Leitor, tinha apreço pelo pensamento positivista, pela ciência e era particularmente interessado pela história bélica local, muito em virtude dos desdobramentos da Revolução Federalista. Além disso, Carneiro pai tinha um peculiar gosto por colecionar artefatos históricos, o que acabou por culminar na criação do Museu Cel. David Carneiro. (Machado, 2012, p. 20-26)

Seu filho, nascido em 1904 em Curitiba, sendo o quarto filho primogênito da família portuguesa a receber o mesmo nome, David Antonio da Silva Carneiro - nosso investigado - foi imbuído da missão de, a exemplo de seu pai, se constituir um cidadão republicano e trabalhar pela pátria. Assim, David Carneiro abraçou o compromisso com a história e a memória de sua terra, em especial no que se refere à participação dos portugueses no processo de conquista do território que hoje é o Paraná.

Enviado para o Colégio Militar no Rio de Janeiro, demonstrou apreço pela ciência e por teorias positivistas. David Carneiro iniciou sua formação intelectual, segundo Machado, se convertendo em um “apóstolo da humanidade”, conceito que Carneiro utilizou para referir-se a si próprio.

Os espaços de convívio de David Carneiro durante sua formação educacional estavam carregados da atmosfera comteana. Em âmbito educacional, o positivismo foi difundido, em grande parte, nas ciências exatas, matemática e astronomia, através da Escola Militar e da Marinha de Guerra, no Rio de Janeiro, ou ainda mediante as lições de Física e Química, na Escola Politécnica.

David Carneiro estudou predominantemente em colégios militares: cursou o Colégio Militar de Barbacena (1918) e o Colégio militar do Rio de Janeiro (1919 - 1922), ambientes que ainda respiravam, mesmo que já não intensamente, as ideias positivistas. (Machado, 2012, p. 29)

Herdeiro de industriais, David da Silva Carneiro experimentou desde os 23 anos de idade, após a morte de seu pai em 1927, os desafios de administrar a indústria ervateira da família na capital paranaense. A partir de 1928 começou a publicar textos, em geral sobre produção de erva-mate e sobre a história militar do Sul do Brasil. Também publicou memórias e cartas de seu pai, de onde vem a maior parte das informações sobre a atuação política e econômica de seus ancestrais.

Formou-se em Engenharia pela Universidade do Paraná, onde entrou em contato com o professor João David Pernetta (1874 - 1933), autor de estudo sobre Miguel Lemos e Teixeira Mendes¹². Em 1927, com a fundação do Centro de Propaganda Positivista no Paraná, Carneiro passou a frequentar reuniões positivistas, ministrar cursos de positivismo e, a partir disso, publicar obras cujas temáticas se relacionam aos preceitos do positivismo comtiano.

Tratava-se de um intelectual autodidata que desenvolveu e publicou trabalhos como historiador e antropólogo, em especial na capital paranaense além de ter atuado em outras áreas como arquitetura, economia e cultura.

Além de pesquisas e textos históricos, produziu também romances históricos. Por se dedicar a temas históricos sobre o Paraná, adquiriu certo prestígio como historiador.

Atuou em diversas instituições paranaenses e em diferentes áreas como palestrante e professor. Lecionou no curso de Economia na Universidade Federal do Paraná e como professor de História na Universidade de Brasília. Foi professor de curso superior também nos Estados Unidos. A exemplo de seu pai, mostrou-se interessado em colecionar artefatos históricos, tendo fundado o Museu Cel. David Carneiro em 1927. Além de administrar a Ervateira Americana após a morte de seu pai, David Carneiro também teve destaque como empresário do cinema na capital paranaense, sempre se colocando como um defensor da cultura.

David Carneiro dedicou-se aos estudos da obra de Augusto Comte e por meio de seus escritos ajudou a propagar os dogmas positivistas no Paraná. Ajudou a organizar o Centro de Propaganda do Positivismo no Paraná (CPP) que daria origem à Capela da Humanidade de Curitiba. A partir da fundação do Museu Cel. David Carneiro, essas instituições passaram a funcionar em suas instalações, na

¹² Dois ilustres positivistas brasileiros ligados à Igreja Positivista do Brasil. Sobre as diferenças entre correntes positivistas no início do século XX, ver PECAUT, 1990.

propriedade de Carneiro. David Carneiro também foi membro do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense e sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Sua atuação em institutos, academias e centros de pesquisa além de sua considerável produção textual e sua participação no ambiente cultural de Curitiba demonstram que, conforme consta em Machado (2012, p. 136 - 138), mesmo não se sentindo integrado à “pequena elite intelectual” de Curitiba, seus textos tiveram considerável alcance e circularidade e, em muitos casos, foram e ainda são utilizados como referência sobre a história do Paraná.

Assim como outros historiadores paranaenses das primeiras décadas do século XX - e ainda os de hoje -, David Carneiro recorreu ao passado para resolver questões do seu contexto. Demonstrou preocupação com a identidade paranaense e fez da recorrência aos mitos de origem e aos heróis fundadores método para boa parte de seus textos.

Assumidamente “plutarquiano”, David Carneiro defendia a objetividade da pesquisa histórica por meio de fontes e da “verdade histórica” e acreditava ser compromisso do historiador produzir uma memória heroica sobre o passado. Como observou Machado (2012, p. 127), ele acreditava que “a história inclui o anseio moral das grandes figuras”.

Um recurso utilizado amplamente por David Carneiro que caracterizou sua atuação enquanto historiador foi a produção de textos e a realização de falas públicas enaltecendo determinado personagem histórico. Os personagens enaltecidos vão de Floriano Peixoto, Barbara Heliodora, Agostinho Ermelino de Leão, Afonso Botelho, John Henry Elliot, Nilo Cairo, Pedro II, Romário Martins até seu pai, o Coronel David Carneiro, entre outros. (Machado, 2012 p. 156 - 165)

Seu romance intitulado O Drama da Fazenda Fortaleza, de 1941, traz em anexo uma publicação nesse molde. Trata-se do Panegírico de José Felix da Silva, escrito para ser utilizado em uma fala que David Carneiro fez em uma conferência no Rotary Club em Curitiba, também em 1941, mesmo ano da publicação do romance.

Neste documento, David Carneiro explicou o porquê da produção de um texto narrativo com pretensão de enaltecer as qualidades do biografado. Segundo o historiador, com objetivo de fugir do rigor da pesquisa histórica e buscando evitar apresentar apenas “a imagem dos fatos históricos cronologicamente concatenados,

com a frieza tumular e sem côm de uma fotografia do passado”, Carneiro buscou adicionar “vida” a sua fala no Rotary Club curitibano.

Eis o porque resolvi fazer de José Felix da Silva, uma tentativa de panegírico, visto que o panegírico consiste em exaltar na biografia, que representa a verdade, as excelências das produções do biografado, encarecendo os efeitos de suas boas atitudes, reivindicando o que de seu tiver sido esquecido pela posteridade local, nacional e humana. (Carneiro, 1941, p. 260)

Para ele, ser historiador significava exaltar os grandes heróis e conquistadores do passado e tornar a vitória desses heróis um marco para que sirvam de referencial e exemplo para as próximas gerações.

Sobre isso, o próprio David Carneiro fez suas indagações em um texto de sua autoria de 1952, intitulado História da história do Paraná. Nele, Carneiro colocou que

Das definições e das transcrições feitas, chegamos a um ponto em que sentimos a necessidade de decidir-nos. Que é a história enfim?
O estudo biográfico dos Grandes Homens?
Ou a sequência de acontecimentos em que uns são preparações aos subsequentes na série de fatos entrosados uns nos outros que constituem a evolução?
[...] conforme da Política Positiva, disse August Comte: Eis porque a história fica geralmente estéril e até falaciosa, quando nela se procura um amontoado de exemplos em lugar de uma série de preparações, cuja principal eficácia deriva do seu encadeamento. (Carneiro, 1952, p. 63 - 64)

Para David Carneiro, a história teria a função de preparar a civilização para o futuro e isso se daria por meio da reverência e da observação dos exemplos dos grandes heróis do passado.

Ao exaltar as qualidades de José Felix da Silva de desbravador e conquistador da região, destacando a todo momento os feitos heroicos de seu personagem, David Carneiro na verdade produziu um discurso que colocou essa representação da conquista branca como sinônimo de progresso e de civilidade além de conferir heroísmo aos sujeitos históricos responsáveis por esse processo histórico. É possível afirmar que a ficção histórica teve um papel importante na criação de um imaginário sobre o Paraná que estivesse conectado com a conquista branca na região e com o estabelecimento e legitimação de uma elite local de origem fundiária, como era o caso da família Silva Carneiro.

Cabe ressaltar que a narrativa de Carneiro foi construída a partir de fontes disponíveis e dos métodos vigentes. A partir disso entendemos que sua narrativa é

compatível com toda uma carga cultural e de discursos que faziam sentido para a sociedade daquele contexto.

Objetivando problematizar a concepção de história de David Carneiro, buscamos, no presente capítulo, discutir e apresentar aspectos de sua obra considerados reveladores dos métodos e referenciais mobilizados pelo historiador, bem como seus objetivos e posicionamentos políticos.

Para isso, jogamos luz a três obras de David Carneiro que julgamos serem representativas de como o mesmo concebia a história e o ofício do historiador, além de deixarem transparecer de forma mais enfática os ideais e ativismos políticos do historiador. Convém mencionar que ignoramos a ordem cronológica de publicação das obras.

A primeira delas, História da história do Paraná, de 1952¹³, constitui importante material se quisermos compreender o que era a história e o que significava ser um historiador na visão de David Carneiro. Trata-se de um trabalho onde o mesmo desenvolveu um amplo e complexo debate teórico e metodológico sobre a produção de história no Paraná, elencando quem eram os historiadores.

A segunda, História psicológica do Paraná, de 1944¹⁴. Trata-se de um texto onde David Carneiro apontou as qualidades e defeitos dos paranaenses para, dessa forma, tentar explicar os motivos pelos quais a intelectualidade de sua gente era, em determinadas situações, ofuscada por aqueles que o historiador denominou de “adventícios”. Neste livro, Carneiro assumiu uma posição de defesa da intelectualidade paranaense, radicalizando seu discurso, o que acabou culminando em uma intimação por parte do DIP, durante o Estado Novo. Com esse material julgamos ser possível identificar um ativismo político “regionalista”, ou o “espírito paranista” de David Carneiro que transparece em seus escritos.

A terceira obra, O drama da Fazenda Fortaleza, de 1941¹⁵. Primeiro romance histórico escrito por David Carneiro e considerado o primeiro romance histórico do Paraná, o drama se mostra importante documento para discutir as relações entre história e literatura em seus textos e revela uma dinâmica de produção de história

¹³ Documento disponível na Biblioteca Pública do Paraná.

¹⁴ Digitalizado e disponível em <https://arthurlacerda.wordpress.com/>.

¹⁵ Documento digitalizado do acervo digital do Museu Paranaense, disponível em <https://www.museuparanaense.pr.gov.br/>.

voltada ao grande público, que obteve êxito expressivo em todo o país em termos editoriais e que foi apropriada por Carneiro.

Com isso, esperamos rastrear parcialmente os referenciais teóricos e metodológicos presentes na obra de David Carneiro, estabelecendo condições para localizar sua produção no tempo e no espaço e atribuindo a esse historiador não somente o pertencimento a uma geração de historiadores mas entendendo-o como um sujeito que presenciou tensionamentos e transformações significativas no ofício e se posicionou em defesa de uma forma de produção de história em oposição a outras emergentes nos ambientes acadêmicos pós-institucionalização do ofício como disciplina nas universidades.

2.1 CONCEPÇÃO DE HISTÓRIA E REFERÊNCIAS TEÓRICAS

O livro História da história do Paraná, impresso pela Escola Técnica de Curitiba em 1952, é um documento imprescindível para nosso objetivo: verificar como o tensionamento historiográfico provocado pela institucionalização do ofício nas universidades reverberou na produção e na concepção de história de David Carneiro.

Produzido em função das comemorações do primeiro centenário da emancipação da então Província do Paraná, foi igualmente dedicado à inauguração da sede do Centro de Letras do Paraná (CLP). A partir deste mesmo ano de 1952 até 1954, David Carneiro também atuou como presidente da instituição.

O “árduo e extenso estudo realizado”, como colocou David Carneiro, foi produzido em função de um “programa de monografias históricas com que o Centro de Letras do Paraná havia de brindar o Estado no centenário de sua emancipação e da instalação da antiga província”. Foi um trabalho encomendado e iniciado em 1951 e que, segundo David Carneiro, se mostrou um “encargo” mais “pesado” do que imaginou que seria de início.

O estudo foi organizado em três partes, compostas por textos produzidos em momentos diferentes em um único documento em virtude da impressão do estudo completo em 1952.

A primeira parte foi intitulada História em si mesma: definição, métodos, leis, sistemas de registro, processos de desenvolvimento, julgamentos e filosofia da história. É o texto mais recente, tendo sido escrito entre 1951 e 1952, já em função da impressão do estudo para as comemorações do centenário de emancipação do

Paraná. Neste texto, Carneiro discutiu a aplicação de princípios e métodos da história a partir da leitura de *An introduction to the history of history* de James T. Shotwell (1922).

A segunda parte, intitulada *História da história do Paraná: estudo destinado a cooperação ativa, para as comemorações do centenário do Paraná*, trata da história da historiografia no Paraná. David Carneiro relacionou os sujeitos que considerou serem os representantes da categoria dos historiadores paranaenses de modo a delinear um campo historiográfico regional. Segundo o historiador, esse estudo teve como ponto de partida material reunido desde a produção de *História psicológica no Paraná*, de 1944.

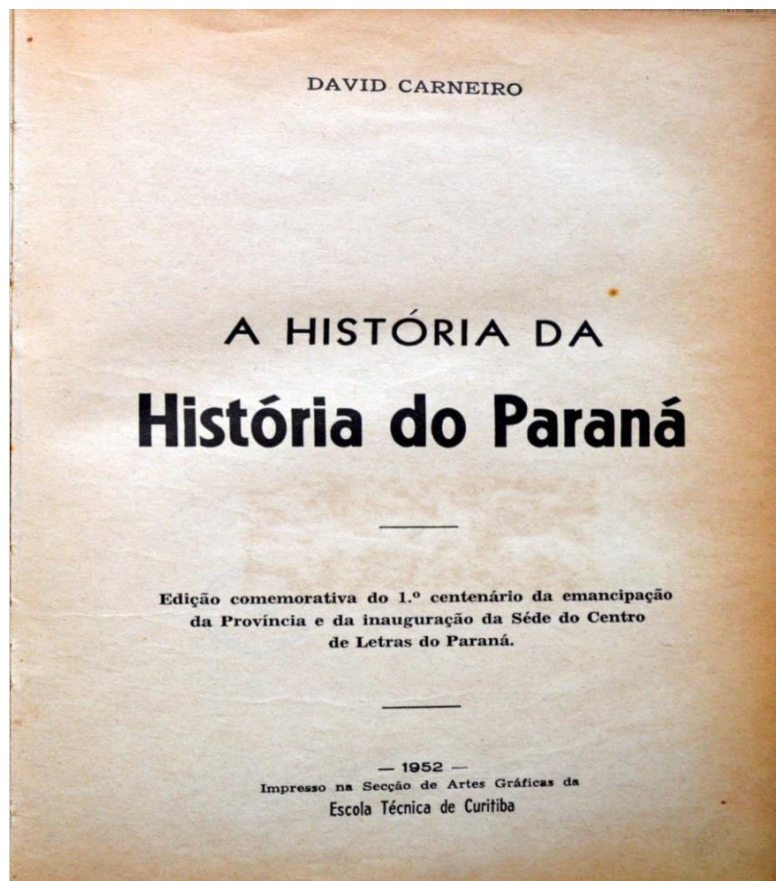
Na terceira parte do documento, intitulada *Princípios gerais de julgamento histórico: a Revolução Federalista e o general Gomes Carneiro*, David Carneiro discutiu o movimento federalista a partir da problematização do próprio conceito de revolução, defendendo o que chamou de “movimento revolucionário de 1889” e revelando o momento em que se “compreendeu republicano”.

Discutimos os trechos de maior relevância da obra, destacando momentos em que fica evidente sua concepção de história, atentando para os personagens que o mesmo elegeu como sendo os historiadores paranaenses, buscando relacionar sua produção com esses sujeitos e mostrando que o historiador se posicionou enfaticamente com relação aos tensionamentos historiográficos daquele contexto.

Sobre isso, o estudo de Sérgio Buarque de Holanda mencionado no capítulo anterior, *O pensamento histórico no Brasil nos últimos 50 anos* (1951), curiosamente publicado um ano antes de *História da história do Paraná*, configura um documento demonstrativo das inquietações historiográficas do período em todo o país. Se, por um lado, Holanda demonstrou uma posição de defesa da institucionalização e profissionalização das Ciências Sociais nas academias¹⁶, David Carneiro fez o movimento contrário, afastando-se da história acadêmica e dos movimentos historiográficos emergentes, defendendo a história praticada por ele e pelos historiadores por ele considerados representantes do grupo dos historiadores paranaenses. É esse posicionamento reacionário que nos interessa identificar nos textos que compõem a obra *História da história do Paraná*.

¹⁶ Para mais informações sobre a posição adotada por Sérgio Buarque de Holanda sobre a institucionalização e profissionalização das Ciências Sociais no Brasil, ver CARVALHO, 2018, PEREIRA; SANTOS, 2009, SANCHES, 2022.

Figura 1 – Contracapa de *História da história* (1952).



Fonte: Acervo particular do autor.

Esta obra já nos revela, logo de início, um trecho do pensamento de Auguste Comte, indicando precisamente o principal referencial filosófico de David Carneiro: “Le siècle actuel sera principalement caractérisé par l’irrevocable prépondérance de l’histoire, en philosophie, en politique, et même en poésie”.

A partir disso, David Carneiro fez como costumeiro era em suas obras, apresentando as motivações pessoais e as justificativas para o desenvolvimento do referido estudo no texto, o que chamou de Explicação inicial.

Duas motivações principais são destacadas pelo historiador: uma “divergência” metodológica que existiria entre as “autoridades” do campo em função do surgimento de novas concepções de história emergentes; e uma necessidade pessoal de se “elucidar” quanto a metodologia frente a essas múltiplas formas de produzir história.

As dúvidas sobre vários pontos essenciais da história, a divergência das mais altas e respeitáveis autoridades em torno de suas definições e de seus julgamentos; a indecisão a respeito das classificações de suas componentes como partes capitais da mesma história, inspiraram o autor deste trabalho. (Carneiro, 1952, p.7)

Se por um lado David Carneiro se apresentou como um estudante que busca se “elucidar” sobre determinado assunto, por outro colocou sua experiência de três décadas como historiador em jogo. Toda a documentação reunida, os debates propostos e os resultados atingidos por este estudo fizeram com que ele se sentisse na responsabilidade de publicá-lo, como que oferecendo um serviço aos historiadores locais.

Conforme já mencionamos, David Carneiro se inspirou em *An introduction to the history of history* (1922), do historiador americano James Shotwell, para produzir *História da história do Paraná*. A leitura desse estudo possibilitou a David Carneiro aplicar a análise realizada por Shotwell ao contexto historiográfico paranaense com objetivo de criar um inventário de historiadores.

Após a leitura de *A história da história* de J. T. Shotwell, propusera-se a aplicar os seus princípios, métodos e concepções a um opúsculo local, escrevendo sobre os historiadores do Paraná e suas obras fundamentais. [...] Ao tentar a concatenação desse apanhado, sentiu a discordância radical, quasi incrível, de tôdas as opiniões, o disparatado das definições divergentes, o choque das doutrinas em torno do que, à primeira vista, parecia tão intuitivo e tão fácil. (Carneiro, 1952, p. 7)

James Shotwell foi um historiador canadense e professor de American history que ganhou notoriedade por sua defesa dos direitos humanos e da inclusão. Participou ativamente na criação do Internacional Labor Organization e da United Nations Charter, tratado fundacional da Organização das Nações Unidas. Segundo Machado (2012, p. 52 - 53), Shotwell seria um historiador filiado à New History, movimento historiográfico iniciado por James Harvey Robinson (1863 - 1936) que pretendia “formar historiadores críticos do passado, [...] e ampliar o campo de estudos da história, até então restrito a uma linha ortodoxa de fatos políticos”¹⁷.

Por ter ocupado lugar central na obra de Carneiro, nos dedicamos brevemente sobre as definições e conceitos presentes na obra do historiador norte-americano.

¹⁷ Mais sobre James Shotwell: MACHADO, 2012; LISA, 2005.

Partindo de uma definição da história como sendo a união entre arte, ciência e filosofia, James Shotwell (1922, p. 2 - 3) argumentou que a história configura “the oldest and vastest of the interests of mankind”. Julgando-a maior que o romance ou a literatura numa perspectiva de área do saber, para ele é a “story of that deepening memory and scientific curiosity which is the measure of our social consciousness and our intellectual life”.

Shotwell (1922, p. 2 – 3) também apontou haver dois significados para o conceito de história, podendo ela ser tanto o registro dos eventos como os eventos propriamente ditos. Shotwell defendeu que a história da história fosse uma análise crítica sobre o trabalho dos historiadores no decorrer do tempo e revelou uma preocupação que, segundo ele, se fazia presente entre os historiadores de seu contexto. História seria arte ou ciência? Para ele, ambas. Sendo a pesquisa relacionada ao seu aspecto científico enquanto que a narração, por sua vez, sua fração artística.

A partir desse delineamento inicial sobre história e sobre história da história, Shotwell (1922, p. 9) construiu um inventário de historiadores consagrados em diferentes épocas, seguindo a divisão clássica da história em eras - pré-história, história antiga, história medieval, história moderna e história contemporânea -, sendo que, para ele, a “pre-scientific history” seria definida pelos mitos e lendas ligados ao Egito Antigo, Babilônia e Sociedades da antiguidade, enquanto que a “scientific history”, objeto central de seu estudo, teria se iniciado na Grécia Antiga e estaria ainda em vigência. “The history of scientific history, from the Greeks to our time, is, therefore, the central thread of our story”.

Assumimos, com isso, que o estudo de Shotwell serviu como um modelo para David Carneiro, já que História da história do Paraná em muito se assemelha ao An introduction to the history of history, a começar pelo entendimento da história como uma busca pela verdade e também pela estrutura dos dois estudos. Conforme colocou Machado (2012, p. 56 - 57), “[...] David Carneiro articulou a concepção de história, princípios e métodos propostos por Shotwell com a teoria positivista da história”. A finalidade dessa articulação teórica seria aplicar o método de Shotwell ao cenário paranaense.

No entanto, Shotwell não foi o único referencial metodológico de Carneiro no que se refere à historiografia. Afirmando se tratar de um trabalho extremamente complexo e laborioso, David Carneiro assumiu que tentar definir o que é história, quais

os seus métodos e quem seriam os historiadores passaria, inevitavelmente, por “delineamentos anteriores”. Para o historiador, “negar ou afirmar doutrinas de filosofia da história” exigiria, antes de tudo, visitar reiteradamente a “estrada secularmente calcada por mestres, desde Heródoto e Tucídides, até Shotwell e Oman”.

Ao contrário do que fez com o trabalho de Shotwell, David Carneiro não nos revelou muito sobre a figura de Charles Oman¹⁸, a não ser nesta breve citação de seu nome, colocando-o como um “mestre” dos historiadores ao lado de Shotwell. Tal referência pode ser explicada, talvez, pela característica do historiador britânico e professor de história moderna em produzir trabalhos de história permeados por características da ficção, técnica que já havia sido explorada por David Carneiro no contexto da escrita de História da história do Paraná, em 1952. Outra possibilidade reside na utilização, por parte de Oman, de crônicas como fontes históricas, método empregado não raras vezes por David Carneiro na construção de suas narrativas históricas e / ou ficcionais.

Antes de concluir sua Explicação inicial, David Carneiro reiterou as bases teóricas de seu estudo, reivindicando como referencial um autor ainda não citado por ele anteriormente em suas outras publicações. Trata-se do historiador e filósofo espanhol Ortega y Gasset¹⁹.

A partir disso, David Carneiro tomou seu estudo não mais como uma busca pessoal de compreensão mais ampla sobre a produção de história, mas agora como um “tratado” da disciplina e como uma “tentativa sistemática de coordenação”, revelando sua preocupação com o recebimento da publicação por parte dos historiadores.

[...] necessário é que declare haver recebido para a compilação deste pequeno tratado, duas influências preponderantes: Ortega y Gasset e Shotwell [...].

Não imaginando que aceitação o seu livro possa ter, do público leitor, e sobretudo dos historiadores, lança-o para receba as merecidas críticas, ainda que represente não um ensaio, [...] mas antes severa tentativa sistemática de coordenação”. (Carneiro, 1952, p. 9)

¹⁸ A obra que se tornou mais conhecida de Charles Oman foi *A history of the peninsular war* (1911). Mais informações sobre Charles Oman em www.napoleon.org.

¹⁹ Jornalista, ativista político e filósofo espanhol. Sua obra mais conhecida é *Rebelião das massas* (1930). Ortega y Gasset se tornou conhecido por se posicionar contrário ao sindicalismo e no “homem-massa”, ou “homem coletivo”. Notadamente liberal, se colocava como imparcial politicamente. Foi exilado durante a Revolução Espanhola.

Após colocar suas justificativas e preceitos teóricos na Explicação inicial de seu compilado de estudos, David Carneiro iniciou o texto intitulado A história em si mesma.

De forma introdutória, o historiador chamou a atenção para definições clássicas da história, evocando pensadores de Roma Antiga e Gaston Boissier, historiador francês do século XIX que se dedicou ao estudo de Roma Antiga, de pensadores e monumentos romanos.

Quando Cícero [...] definiu a história como sendo a *contemporânea dos séculos, a luz da verdade, a alma da recordação, a mestra da vida*, estava significando o relato dos fatos importantes do passado, daqueles que deviam servir de ensinamento às gerações subsequentes, porque, conforme no-lo diz Gastão de Boissier em seu livro *Tácito* (p. 57), *os historiadores antigos olhavam a história, antes de tudo, como uma escola de moral.*

Nesse espírito dizia Tito Lívio expressamente: *O que há de mais saudável e digno de ser aproveitado no estudo do passado, são os exemplos e as lições que nos dá, ensinando-nos tudo o que se deve evitar.*

E Tacito seguindo idêntica diretriz, expressou-se dessa forma: *O mérito principal da história é preservar as virtudes do olvido e atrair para as palavras e as ações perversas, o temor da Posteridade.* (Carneiro, 1952, p. 11)

A partir dessa apreensão clássica da história *magistra vitae*²⁰, David Carneiro discorreu sobre os sentidos que podem ter o conceito de história. Para o historiador, história poderia significar, a exemplo de Shotwell, o “fenômeno vital das coletividades”, ou seja, o vivido e experienciado pelos seres humanos, mas também “o registro dessa evolução ou dos fatos mais importantes e característicos que hajam causado impressão e provocado comentários”, ou seja, o relato do vivido.

Além disso, David Carneiro (1952, p. 11) atentou sobre a possibilidade de ocorrer outra confusão a respeito do conceito de história, que se daria entre a “história verdadeira” e a crônica, “[...] uma sendo o registro dos fatos importantes que antecedentes desencadearam, e que não de ter consequências inevitáveis, [...] e a outra apenas o relato de tudo, subordinado somente à sucessão do tempo”.

Na busca por “distinguir a verdadeira história, da cronologia” David Carneiro revelou outro de seus referenciais historiográficos, o historiador português Latino Coelho²¹. A partir do texto *História política e militar de Portugal*, desde fins do século XVIII até 1834 (1874 - 1891), de Latino Coelho, Carneiro destacou a ideia de que a história não deveria se resumir a um concatenado de datas e fatos, mas, para além

²⁰ A história como exemplo de vida, assunto debatido profundamente por KOSELLECK, 2006.

²¹ Historiador e militar português do século XIX que publicou obras sobre história política e militar de Portugal, além de biografias.

disso, deveria se preocupar com as causas que desencadearam os fatos mais importantes do mundo vivido.

Figura 2 – Índice de *História em si mesma*, primeira parte do estudo intitulado *História da história do Paraná* (1952).

Í N D I C E		
	Pgs.	
	7	
	11	
	17	
Da verdade	21	Da verdade na história
	25	
	29	
	35	
Da História (Definição)	39	Da história seus processos e sistemas
	45	
	49	
	53	
	59	
Da história: leis, objetivos desenvolvimento	65	Leis, objetivos, desenvolvimento
	73	
	79	
	85	
	91	

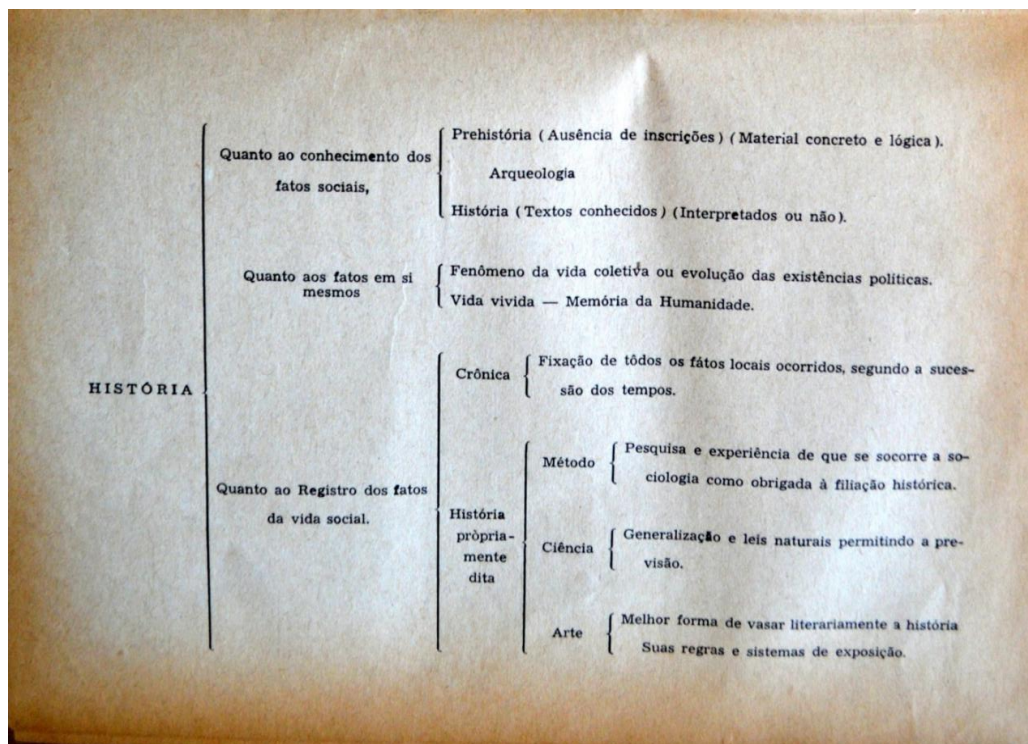
Fonte: Acervo particular do autor.

Por meio da síntese de diferentes interpretações sobre a história e confrontando historiadores do século XIX com pensadores romanos, David Carneiro (1952, p. 12 - 13) expressou uma concepção de história que pouco se transformou desde Cícero e Tito Lívio. Uma ciência, portanto, cujo objetivo seria a busca da verdade por meio de seus métodos específicos de investigação. “Aí porém, estão de mistura, o método, a ciência e a arte, tudo sendo como efetivamente é, aquilo que convencionaram os séculos denominar história”.

Método, para David Carneiro (1952, p. 13), seria a parte científica da história, a parte que a conecta com a sociologia. As investigações desenvolvidas pelos historiadores seriam a forma pela qual a história “se erige como ciência, isto é, em sociologia”, enquanto que a “história - arte” estaria mais ligada à “forma de narrar, de

maneira a proporcionar, com o ensinamento que se transmite, também, certo gráo de encantamento e emoção”.

Figura 3 – Organograma sobre o conceito de história de David Carneiro.



Fonte: Acervo particular do autor.

Para ilustrar as definições conceituais sobre a história, Carneiro esquematizou um organograma sobre o que o conceito amplo de história abarca e, a partir desse esquema, escreveu vários capítulos onde relacionou a história com outros conceitos centrais do ofício.

Sempre recorrendo a citações de trechos de *An introduction to the history of history* (1922), de Shotwell, entre outros já debatidos nos parágrafos que antecedem, David Carneiro buscou elucidar conceitos centrais do ofício, separando capítulos por meio de um esquema relacional entre esses conceitos.

Depois do primeiro capítulo intitulado *A história em si mesma*, onde Carneiro debateu as possíveis definições do conceito de história, nos 4 capítulos que se seguem o historiador refletiu sobre a ideia de verdade contrapondo-a com outros conceitos. São eles: “postulação”, “autoridade”, “deformações” e “imaginação”.

Vários são os momentos em que David Carneiro deixou clara sua concepção de história, sintetizando também o pensamento de seus referenciais teóricos e filosóficos. Nesses quatro capítulos onde o historiador destacou o conceito de

verdade, fica evidente que sua concepção de história colocou o ofício como uma busca por uma “verdade histórica”, mesmo tendo David Carneiro concordado com a impossibilidade de existência de uma verdade absoluta, como é possível verificar nos seguintes trechos:

Para que a história tenha qualquer dos efeitos que se impõem, científicos, artísticos, sociológicos e morais, deve ela estar baseada na verdade, a fim de que à investigação registrada de forma artística correspondam realidades. [...] Mas a verdade concreta, absoluta, perfeita, quer nas ações coletivas quer nas intenções dos agentes de prestígio que comandam e ou influenciam as ações, essa não pode existir.” (Carneiro, 1952, p. 17)

Para o historiador, a história possuiria uma função moral. Os vestígios do passado, analisados e trabalhados pelos historiadores, dentro da concepção de história de David Carneiro, seriam produzidos sempre por ou sobre “agentes de prestígio”. As atitudes heroicas dos personagens de destaque, protagonistas do mundo vivido, deveriam, para Carneiro, serem registradas pelos historiadores a fim de servirem como exemplo para as gerações futuras. Carneiro colocou essas ideias da seguinte forma:

A história tem início sempre, numa postulação, real ou imaginária, certa ou errada, mas numa postulação, numa afirmação qualquer que erige o acontecimento em marco e pedestal - que depois se acrescenta ou se destrói -, e os principais agentes em heróis e símbolos, que com o tempo se universalizam ou se apagam. (Carneiro, 1952, p. 18 - 19)

Mesmo assumindo a possibilidade de contestação do que chamou de “fatos secundários”, David Carneiro entendeu como “verdade histórica” aqueles fatos incontestáveis da humanidade, que se tornaram os “marcos miliários no caminho da humanidade”.

Enaltecendo a herança cultural grega que, para David Carneiro, constituía “tudo que há de maior, no sentido intelectual, em nossa civilização”, o historiador defendeu que a escrita da história, no presente, se daria pela “continuidade dos ensinamentos”. A ideia de autoridade, para Carneiro, estaria associada com a posição canônica atribuída aos escritos dos que viveram em tempos idos. Textos que se apresentam ao pesquisador no presente e que sem eles seria impossível produzir história. Para o historiador, “o passado está em nós e sem ele a Humanidade não existiria”.

Muitas vezes, não sabemos quais são as bases reais da nossa fé, mas é indispensável confiar-se no prestígio de alguém e tomar como autoridade, a um ou vários autores de referência, que agem como postulados [...].” (Carneiro, 1952, p. 23)

Se, para o autor, a “base da história é a verdade” e o ofício do historiador é marcado pela busca por essa verdade, as “deformações”, para ele, seriam todos os equívocos provocados por desvios na escrita da história, sendo esses desvios oriundos de questões pessoais do pesquisador. “Paixão e ódio”, “generalizações excessivas” e as “necessidades artísticas” são exemplos de desvios citados por David Carneiro.

Por meio das citações de escritores do século XIX, como Antero Figueiredo, Henry Robert e, em especial, Latino Coelho, David Carneiro entendeu os “preconceitos nacionalistas” como um entrave para a construção de uma narrativa “fiel e desapaixonada”. Com uma citação de Latino Coelho, Carneiro salientou os cuidados com relação a esse tipo de desvio recorrendo à ideia de *historia magistra vitae*.

A história para que seja a fiel e desapaixonada narrativa dos acontecimentos e a sua crítica severa e imparcial, tem como primeira e essencial obrigação, não deixar-se nunca dominar e absorver pelo mal entendido empenha de exaltar quando não o merecem, as virtudes nacionais [...]. Só neste aspecto salutar pôde merecer o nome de mestra da vida [...]. (Coelho, 1874, p. 26. *apud.* Carneiro, 1952, p. 26)

Nos capítulos que se sucedem, David Carneiro relacionou a ideia de história, esmiuçada e explicada por ele nos capítulos anteriores, com os conceitos de “tradição”, “verdade”, “crônica” e “documentação”. Para o historiador, a escrita da história se daria pelo reconhecimento e pela síntese de todos esses aspectos, sem os quais não existiria uma “verdade histórica” possível. Para ele,

[...] a verdade histórica consiste na harmonia suficiente entre as narrações e as crônicas iniciais, as tradições e a documentação posteriormente encontradas, constituindo estas todas as impressões objetivas, e a sequência lógica que, ligando causas aos efeitos, ou os antecedentes às consequências sociais, vai construir a parte subjetiva das nossas concepções históricas. (Carneiro, 1952, p. 27)

A subjetividade do historiador na pesquisa histórica foi relacionada, por David Carneiro, àquilo que seria a fração imaginativa das narrativas históricas. A imaginação, para ele, constituiria um “dos maiores perigos” se o objetivo é desenvolver “conhecimentos que devem ter a verdade como base precípua”. A imaginação seria,

portanto, um entrave para o historiador que deve buscar, por meio do método e dos vestígios do passado, a objetividade da “verdade histórica”. O método, que para o historiador seria capaz de ligar a história à sociologia atribuindo-lhe caráter científico e objetividade, seria o contrapeso que equilibra as subjetividades do historiador. Tradição, narrativa, crônica e imaginação constituiriam, para Carneiro, a fração artística do ofício.

David Carneiro entendeu que a imaginação é parte constitutiva dos seres humanos e está intimamente relacionada aos mitos e lendas. Mesmo opondo a lenda à história, David Carneiro (1952, p. 30) reconheceu que a “influência” das lendas e tradições são, geralmente, “maiores” que a história “no nascimento e conservação do espírito de nacionalidade”. Citando o padre Antônio Vieira²², David Carneiro argumenta que a “falsidade das histórias humanas” estaria ligada justamente à inseparável imaginação humana. Prova disso estaria na contraposição “da mesma história (escrita) por diferentes escritores”, o que revelaria, para o autor, as contradições das narrativas, geradas pela fração artística e pela subjetividade dos historiadores que “exalta os sentimentos e que impede a justiça”, sendo que “a justiça deve acompanhar o julgamento do historiador na apreciação dos fatos”.

Na defesa da busca pela verdade, o historiador diagnosticou que, para evitar desvios, “hade-se evitar a paixão tanto quanto a imaginação”.

Sobre as tradições, David Carneiro (1952, p. 35 - 44) recorreu a Ortega y Gasset, alegando que “a tradição é para os povos como a experiência de vida é para os indivíduos” e que seriam as tradições que manteriam viva a “consciência histórica”, esta que seria necessária para a manutenção dos nacionalismos. “A experiência das nações é formada pela história e pela tradição”.

Neste sentido, temos uma concepção de história que pode ser entendida como uma busca pela verdade. Esta verdade, que nunca é pura, sofre interferências das mais variadas, entendidas como desvios. O trabalho do historiador, portanto, seria

²² Funcionário público em Paranaguá, o português naturalizado brasileiro Antônio Vieira dos Santos atuou como político e empresário da erva-mate, David Carneiro compara as contribuições da obra de Antônio Vieira com as de Afonso Botelho e Saint Hilaire alegando o seguinte: “Considera-se geralmente como pai da história paranaense, esse esforçado homem que foi Antônio Vieira dos Santos [...] sobretudo por haver guardado tradições que, sem o seu ingente cuidado teriam sido perdidas. [...] por haver sido o primeiro a colher dos arquivos, sequência de fatos concretos em ordem cronológica para constituir com o que pôde obter, as suas memórias históricas”. CARNEIRO, 1952, p. 146. Em outro momento de seu estudo, Carneiro considerou Afonso Botelho como sendo o “pae da história local”. CARNEIRO, 1952, p. 105.

buscar vestígios do passado e, com base nesses vestígios, criar narrativas e interpretações com funções pedagógica e moralizadora.

O historiador, neste caso, se vê em uma constante batalha contra os chamados desvios. O método científico, para o historiador, seria uma forma de garantir que esses desvios sejam evitados ou, pelo menos, amenizados. Além do método, David Carneiro discorreu sobre um instrumento essencial na busca da “verdade histórica”: o documento.

A história, para David Carneiro (1952, p. 47), não se resumiria somente ao relato sobre acontecimentos passados, mas seria qualquer vestígio sobre o passado. O historiador entendeu a documentação como “despreocupada de comunicar impressões e provocar reações” e “fria que atravessa os decênios e os séculos, num certo instante, oportuno, vai permitir as correções necessárias às narrativas”.

A documentação é tomada como completamente isenta de “paixões” e “impressões”. Não houve, por parte do historiador, preocupação em problematizar a produção das fontes. Para ele, o documento garante a legitimidade e a “verdade histórica” e, objetivando evitar “desvios”, uma das principais preocupações dos historiadores deveria ser rastrear e desvendar documentos antes desconhecidos.

A história, para David Carneiro, contém e está contida em todas as ciências. Seria essencial, portanto, no “conjunto evolutivo do saber humano” e “universal” da perspectiva do saber humano. Evocando Auguste Comte, o historiador assim coloca:

“Nenhuma ciência pode ser dignamente compreendida sem sua história essencial, e nenhuma verdadeira história especial é possível senão pela compreensão da história geral”. (Comte, 1851, p. 475. *apud.* Carneiro, 1952, p. 53)

Tendo dissertado sobre o fazer e o escrever históricos, os conceitos na história, os desvios e sintetizado diferentes percepções acerca da história e da historiografia, Carneiro (1952, p. 115) realizou, no decorrer de um número considerável de páginas, uma classificação geral dos historiadores que seriam os clássicos do ofício desde os primórdios da história. Na lista de David Carneiro entraram Timen, Políbio, Cicero, Varrão, Tito Lívio e Plutarco.

David Carneiro se desdobrou sobre as divisões da história - as divisões clássicas dos períodos históricos. Avançou na discussão trazendo o elemento da “crítica” para as análises históricas. O historiador, na visão de Carneiro, seria o responsável por realizar a crítica histórica, jamais extrapolando, alterando ou

desrespeitando o conteúdo dos documentos, estes que, para ele, impediriam que o historiador perdesse sua objetividade e seu compromisso com a verdade.

De modo geral, David Carneiro defendeu sua maneira de fazer história. Esta que tinha muito em comum com a história produzida pelos profissionais liberais eruditos - os historiadores de antes da institucionalização do ofício nas academias -, como vimos anteriormente. Trata-se, em nossa perspectiva, de uma posição defensiva com relação a uma concepção de história que estava sendo problematizada em meio a um momento de tensionamentos epistemológicos na historiografia.

Isso fica mais visível no capítulo intitulado História e historiadores, onde podemos, inclusive, assumir que ao se referir ao “historiador”, David Carneiro estivesse, na verdade, falando sobre si mesmo.

[...] os historiadores, salvo casos excepcionais, julgam-se seres predestinados, encarregados de missão social de esclarecimento dos seus contemporâneos [...]. Por mais insignificante e modesta que seja a missão, sempre ela será útil, e honrosa. (Carneiro, 1952, p. 63)

Historiadores teriam, portanto, a “missão” de “esclarecer” os seus contemporâneos. Sobre a história, em uma definição de teor conclusivo, David Carneiro defendeu que:

Que é a história enfim?
O estudo biográfico dos Grandes Homens?
Ou a sequência de acontecimentos em que uns são preparações aos subsequentes na série de fatos entrosados uns nos outros que constituem a evolução?
É claro que devemos distinguir aí os dois casos:
1º - História em sentido concreto, método, base essencial à verdadeira pesquisa científica, e então história - homem, e
2º - História em sentido abstrato, científico, ou sociologia, da qual, com Auguste Comte definimos como sendo a série de preparações que constituem a evolução abstrata, sujeita a leis dinâmicas, estudo dos fatos ou acontecimentos que as leis da sociologia regem. (Carneiro, 1952, p. 63)

Quando discutiu as chamadas “leis da história”, David Carneiro (1952, p. 65) recorreu à Cícero. O primeiro, em sua visão, a realizar uma “sistematização” dessas leis, no âmbito da “história da história”. “1ª - O historiador deve ser verídico”, “2ª - Dizer a verdade sem debilidade nem reticências”, “3ª - É necessário embelezar, adornar os feitos mais crus, capacitando-se primeiro da verdade que colher”, “4ª - O estudo dos documentos é uma preparação para a história, não a história mesma”.

Uma das características mais marcantes de toda a obra de David Carneiro analisada na presente pesquisa, são as narrativas heroicas e personagens considerados importantes pelo historiador. Para ele, uma das funções da história é servir como exemplo para as gerações futuras as ações gloriosas feitas no passado que, na concepção do historiador, moldaram a sociedade presente. O “importante papel” desempenhado “por aqueles que se tornavam campeões dos interesses mais elevados” seriam motivações que bastam para que “aja a consagração histórica” desses personagens. (Carneiro, 1952, p. 79 - 80)

As necessidades coletivas devem ser satisfeitas, e os grandes problemas não de ser solucionados. Quem se sacrifica no encontrar as soluções e dar as satisfações, recebe, na imortalidade, isto é, na admiração das gerações subsequentes, a paga do seu serviço”. (Carneiro, 1952, p. 83)

Dentro de uma concepção positivista de evolução humana, entendendo essa evolução como “um todo único, para o qual contribuem à maneira de afluentes e sub afluentes as histórias nacionais, ou as particularizações de época na sequência infinita”, David Carneiro compreendeu a história como uma linha evolutiva e progressiva humana dentro de uma perspectiva laica de infinitude. Tal concepção pode, ao nosso ver, ser entendida como um amálgama entre teorias comtianas, referenciais teóricos e historiográficos do século XIX e a adaptação de conceitos - e do modelo de abordagem de Shotwell (1922) - para sua realidade historiográfica.

Esse movimento de mediação cultural²³ entre um repertório referencial e sua realidade caracterizou a passagem da primeira parte de seu estudo para a segunda parte, intitulada, assim como o estudo completo, História da história do Paraná. Seção onde David Carneiro passou a escrever sobre a história e os historiadores no Paraná, como se aplicasse as fórmulas e conceitos teóricos e filosóficos sintetizados no capítulo anterior.

Na segunda parte de seu estudo, David Carneiro (1952, p. 101) desenvolveu dois textos introdutórios para sua “monografia”. O primeiro, o Prefácio, contém duas informações centrais sobre seu o estudo: que se trata de um estudo iniciado na década anterior, em 1944 a partir de texto e palestra desenvolvidos em função do 1º Congresso de História da Revolução Federalista, realizado em Curitiba; e que o

²³ Para melhor compreensão sobre o que queremos dizer com mediação cultural, ver GOMES; HANSEN, 2016.

trabalho foi pensado para servir como homenagem para “os historiadores que haviam contribuído como contribuíram, para a história do Paraná”.

No entanto, David Carneiro deixou claro que não se tratava de qualquer historiador. São os “historiadores paranaenses já mortos”. Além disso, a seleção dos homenageados de Carneiro foi criteriosa.

O ponto de vista em que me coloco, relativamente a eles, depende do grau de amor dedicado à terra que há cem anos está emancipada oficialmente, mas que por desgraça sua, está menos, de fato, livre de peias interesseiras relativas a política nacional, do que está o Brasil feito país livre em face dos fortes que têm armas e ouro, e lhe dão diretrizes como os patrões dão ordens aos seus criados e fâmulos. (Carneiro, 1952, p. 101)

Frisamos que, para Carneiro, importava o amor a uma terra - o Paraná - que estaria emancipada apenas oficialmente, quando na realidade encontrava-se submetida a interesses maiores, nacionais. Apesar de não ter citado nomes, a crítica de Carneiro é entendida por nós como parte de uma retórica recorrentemente articulada pelo historiador: a da defesa da história, da memória, da identidade e da participação do Paraná na formação nacional.

David Carneiro (1952, p. 101 - 103) diagnosticou sua terra e sua nação, revelando uma carência de memória e de conhecimentos históricos, preceitos necessários, segundo ele, à emancipação de uma nação que se daria, como ele colocou, “quando o culto dos grandes mortos dela, é incorporado conscientemente à mentalidade afetiva de cada cidadão”.

O segundo texto introdutório, intitulado Introdução Explicativa, contém justificativas semelhantes às do texto anterior. Carneiro revelou que não se tratava de um estudo novo, mas que teria sido iniciado desde a publicação de História psicológica do Paraná, em 1944. Expressou também sua intenção de aplicar os conceitos mobilizados em escritos anteriores à realidade historiográfica local.

E faço isso no intuito de pôr a nú, a gestação difícil, laboriosa, longa, penosa, deste encadeamento de história da história local, arrancada dos trabalhos dos seus historiadores, dos seus cronistas, e mesmo dos que sem pretensões nem a cronistas nem a historiadores, puzeram sua pedra no monumento que a constitui. (Carneiro, 1952, p. 108)

História da história também foi dividida em capítulos, assim como a primeira parte do estudo, História em si mesma. São doze no total, sendo que nos primeiros três capítulos David Carneiro discorreu, a exemplo de História em si mesma, sobre

questões conceituais da história, recorrendo novamente ao modelo de Shotwell e listando, na sequência, historiadores da antiguidade, como fica evidente pelo próprio título dos capítulos. No caso do primeiro capítulo, deu o nome A história segundo diretriz estabelecida por Shotwell. Fazer e escrever história. Eurística e arte de narrar. Classificação dos historiadores que fazem ou assistem história. Já o segundo capítulo foi denominado Pesquisadores e narradores. Tipo Timen, Políbio, Cícero, Varrão, Tito Lívio e Plutarco. Os memorialistas narradores estetas. Quadro de classificação dos historiadores.

Apesar de algumas novidades, nos concentramos mais no capítulo 3 e naqueles que o sucedem pela repetitividade dos temas e das discussões desenvolvidas nestes capítulos de História da história do Paraná com relação à primeira parte do estudo, História em si mesma, pois é a partir deste que David Carneiro fez o que chamou de “aplicação à história do Paraná”.

Carneiro tomou como ponto de partida para tal, a figura de Afonso Botelho, resolvendo, portanto, o problema levantado por ele na primeira parte de seu estudo sobre quem seria o primeiro, ou o mais importante, historiador do Paraná.

Afonso Botelho foi enunciado por David Carneiro (1952, p. 105) como sendo o “pae da história local”. Segundo o escritor, isso se daria pelos registros biográficos e escritos em seu diário que, para ele, constituíram preciosas fontes históricas. Contrariando o que definiu como “estabelecido previamente” e “como se convencionou empiricamente considerar” a respeito da historiografia paranaense, a história da história do Paraná, para o historiador, “não tem início na respeitável figura de Antônio Vieira” (Carneiro, 1952, p. 125).

Reivindico pois, [...], para Afonso Botelho de Sampaio e Souza, a paternidade da história do Paraná, ainda que reconheça dever-se a Antônio Vieira dos Santos, a preocupação primeira de escrevê-la como história propriamente dita.

De Afonso Botelho podíamos dizer que seu lugar como historiador seria no 1º grupo, isto é, entre os que fazem história escrevendo elementos documentais que serviriam de base a pesquisas futuras [...] e entre os que executam e relatam os próprios feitos. Não resta dúvida, pois que sua obra, ainda que modesta, é do tipo Cesar. (Carneiro, 1952, p.125)

Além de Afonso Botelho e Antônio Vieira dos Santos, Carneiro completou sua lista de precursores da história do Paraná com Saint Hilaire e John Henry Elliott. Ou seja, aqueles conquistadores ou viajantes brancos que registraram suas ações, ou “grandes ações” na perspectiva de Carneiro, em um contexto colonial.

Numerosas páginas foram dedicadas à justificação e aos aspectos biográficos dos nomes selecionados por David Carneiro. Desde Afonso Botelho, Antônio Vieira dos Santos, Saint Hilaire, John Henry Elliott, Paula Gomes, Zacarias de Góes e Vasconcelos, Joaquim Francisco Lopes, Visconde de Taunay, Luís Daniel Cleve e Telêmaco Borba, o historiador criou uma linha evolutiva do ofício no Paraná, informando aspectos biográficos dos historiadores e “historiógrafos”, em alguns casos desprendendo maior atenção, em outros menor, culminando no último capítulo da segunda parte de seu estudo, onde discorreu sobre aqueles pertencentes ao chamado “período áureo” da história da história no Paraná, recorte que merece nossa atenção de forma mais cuidadosa.

O título do último capítulo nos informa os sujeitos que foram eleitos por ele como integrantes desse período: Rocha Pombo, Sebastião Paraná, Ermelino de Leão, Francisco Negrão, Moisés Marcondes e Romário Martins.

De forma introdutória, Carneiro revelou o que, para nós, se mostrou ser uma característica central na obra de todos esses nomes, incluindo do próprio David Carneiro, que marca essa historiografia produzida no Paraná nas primeiras décadas do século XX: A questão dos limites territoriais.

Problema profundamente relacionado com a própria construção da identidade paranaense que, assim como as fronteiras físicas, foram pensadas e construídas social e politicamente. Nas palavras do historiador:

A questão de limites entre o Paraná e Santa Catarina, concomitante à grande ação do Barão do Rio Branco, no estabelecimento das fronteiras definitivas do Brasil com todos ou quasi todos os países vizinhos, trazia o Paraná, duplamente atingido pelo assunto, profundamente interessado em conhecer, pesquisar, e argumentar em torno de sua própria história e suas origens e fundamentos. (Carneiro, 1952, p. 207)

Nessa concepção de história, pensar a identidade paranaense por meio da memória seria algo profundamente ligado a uma postura política. Entendemos que as fronteiras não são definitivas ou imutáveis. A argumentação de David Carneiro, para nós, é uma evidência de que a história praticada por aqueles historiadores tinha um objetivo material de definir e defender fronteiras²⁴.

²⁴ Sobre o que seria uma necessidade de estabelecer fronteiras no Paraná em um momento pós emancipação e nas décadas seguintes, ver TRINDADE, 2005; NEUNDORF, 2009; SZESZ, 1997.

Os historiadores elencados por David Carneiro são, assim como ele, nomes recorrentes nas instituições, academias e movimentos que agrupavam o que o próprio historiador chamou de “a pequena elite intelectual curitibana”, pretendendo se posicionar fora do grupo.

Quando selecionou esses nomes e os colocou como integrantes do “período áureo” da historiografia paranaense e como referência para seus próprios estudos, aliando isso com seus referenciais teóricos sobre a história e com seus ideais filosóficos, David Carneiro estava, também, defendendo a sua maneira de escrever história. Os principais historiadores do Paraná eram, assim como ele, aqueles “historiadores puramente locais”, preocupados com “assuntos paranaenses”.

No entanto, nem todos são poupados de suas críticas. Rocha Pombo, por exemplo, foi um historiador com relevante obra mas que, para Carneiro (1952, p. 209 - 210), “como historiador local, sua obra deve ser classificada como abaixo de medíocre”. Mesmo a obra sobre o Barão do Cerro Azul, personagem por quem Carneiro tinha grande admiração, teria um aspecto “muito mais literatura do que propriamente história”. Conforme colocou David Carneiro,

Os seus trabalhos diretos *Paraná no Centenário* e *História do Paraná*, provavelmente também feitos por encomenda, não teem valor, senão como informação, mais da época, do que no sentido geral. A sua obra maior, a mais importante de quantas publicou, a *História do Brasil*, podia haver revelado ao paiz a importância enorme da obra dos bandeirantes curitibanos do século XVIII, conquistando definitivamente para o Brasil toda a antiga região do Guaira, estendendo a possibilidade dessa conquista ao Sul, de forma definitiva. (Carneiro, 1952, p. 210)

Francisco Negrão, Ermelino de Leão e Romário Martins - “o mais fecundo entre os historiadores paranaenses” - são os nomes que David Carneiro pareceu prezar mais.

O primeiro teve destaque, na visão de Carneiro, por ser “o mais pesquisador” da relação. Negrão seria merecedor de tal adjetivo por ter sido aquele que mais teria se dedicado à análise da documentação nos arquivos. Tendo publicado as memórias de Antônio Vieira dos Santos e artigos diversos sobre a “memória paranaense”, Francisco Negrão seria um dos historiadores de maior relevância do “período áureo”.

Ainda que críticos apressados pudessem notar nele defeitos de confecção no expressar de suas ideias, e falta de beleza na forma, realmente, para o Paraná, a obra de Francisco Negrão é imortal, e a sua pessoa merecerá eternamente a admiração de seus conterrâneos. (Carneiro, 1952, p. 216)

Já Ermelino de Leão não teve a sorte de ter um espaço dedicado somente a ele na relação de David Carneiro. Isso porque Carneiro dividiu sua seção com apontamentos sobre seu pai, Agostinho Ermelino de Leão. A respeito da publicação Índice Alfabético Paranaense, David Carneiro assim se expressou:

Mas como não se pode falar em história sem falar em museu e em arquivo, devemos convir em que o Desembargador Agostinho, se houvesse publicado ao escrever, o seu índice, ocuparia um lugar muito mais importante na historiografia paranaense. (Carneiro, 1952, p. 213)

Por outro lado, Carneiro atribuiu a Ermelino de Leão posição de destaque dentre os historiadores do “período áureo” por ter contribuído com publicação de artigos, “quasi todos relativo à história local” além de estudos históricos diversos relacionados ao Contestado ou sobre “a questão dos limites de Santa Catarina”.

Ainda que espíritos destruidores hajam desejado ataca-lo pondo defeitos à sua construção, deve-se considera-la pelo que é (e não pelo que poderia haver sido) comparando-a com trabalhos semelhantes de outros estados quaisquer: São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul especialmente. Nenhum deles possui uma obra de igual vulto ou da mesma perfeição. (Carneiro, 1952, p. 214)

Romário Martins, por sua vez, se destacou entre os demais. “O mais fecundo e ativo dos nossos historiadores” Para David Carneiro, a explicação se deu tanto por sua atuação em periódicos de Curitiba, com publicações ou trabalhando como redator, quanto pelos temas mobilizados por ele. Carneiro enfatizou a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense, a formulação de símbolos paranaenses e a posição de precursor na mobilização da história “contra o desconhecimento local”. Para Carneiro, os trabalhos de Romário Martins “são todos de luta”, principalmente no que se refere “a contestação com Santa Catarina”.

Mas o seu patriotismo sempre se expandiu de forma completa, quer doando terrenos para a feitura de praças, quer lutando para dar ao Paraná, na questão de limites, o que era seu. [...] Talvez lhe faltasse ilustração mais sistemática, mas em compensação sobejava-lhe inteligência e seus sentimentos altruístas sempre o impulsionam no melhor sentido. (Carneiro, 1952, p. 219 - 220)

Esses relatos podem explicar porque David Carneiro, ao tentar construir uma historiografia paranaense, fecha o parêntese nesses nomes, deixando de fora outros

que adotaram posições políticas divergentes, como a defesa da institucionalização das Ciências Sociais nas universidades, ou mesmo por motivos de desavenças pessoais. Nomes de historiadores e historiadoras que, no contexto da publicação de História da história do Paraná, na década de 1950, estavam publicando e, em alguns casos, criticando os métodos de Carneiro e daqueles do “período áureo”. Brasil Pinheiro Machado, Altiva Balhana, Cecília Westphalen, Wilson Martins, são exemplos de nomes que são deixados de fora da historiografia construída por David Carneiro.

Doravante, a terceira e última parte de História da história do Paraná é composta por um texto de David Carneiro intitulado Princípios gerais de julgamento histórico: a Revolução Federalista e o general Gomes Carneiro. Trata-se de um texto-homenagem a Gomes Carneiro, onde David Carneiro (1952, p. 231) confessou uma mudança de postura a respeito da temática. “Pessoalmente nasci maragato, de mãe florianista. [...] No dia em que compreendi o movimento revolucionário de 15 de Novembro de 1889, fiz-me republicano [...]”

A Revolução Federalista foi uma temática amplamente trabalhada por David Carneiro, que chegou a fundar o Museu da Lapa e a ser convidado a falar sobre o assunto nas mais diversas situações. Assim como fez com outros personagens da história do Paraná, o texto pode ser considerado um panegírico de Gomes Carneiro.

Como nossa preocupação é discutir a concepção de história de Carneiro numa perspectiva teórica, a terceira parte deste estudo se mostrou deslocada e, portanto, desprendemos maior atenção às duas primeiras partes.

De forma geral, as referências teóricas mobilizadas por David Carneiro revelam uma aproximação de obras das mais variadas correntes filosóficas, no geral produzidas no século XIX, um grande apreço por historiadores militares ou historiadores especializados em história militar ou bélica, além, é claro, da utilização do estudo *An introduction to the history of history* (1922), de James Shotwell, como um modelo que foi aplicado para o ambiente historiográfico de David Carneiro, conforme sua visão de história.

Considerando a emergência cada vez maior da historiografia acadêmica, a escolha de recorrer à historiadores do século XIX pode ser tomada como uma postura de se afastar das concepções de história emergentes nos ambientes acadêmicos do início do século XX.

Apesar de transparecer um ambiente de cordialidade entre David Carneiro e os historiadores acadêmicos da Universidade do Paraná, Machado (2012) jogou luz

ao fato de que David Carneiro se considerava um “plutarquiano”²⁵, enquanto que, por outro lado, haveria uma crítica de Cecília Westphalen com relação ao método empregado pelos historiadores das gerações anteriores a institucionalização das Ciências Sociais nas universidades, especialmente após seu contato com Braudel e os Annales.

As tensões historiográficas não foram diretamente mencionadas pelo historiador, mas as temáticas mobilizadas revelam sinais de uma postura de defesa de sua concepção de história perante outras interpretações sobre o ofício. De forma conclusiva, na segunda parte do estudo, David Carneiro se expressou da seguinte forma:

Encerramos aqui a História de nossa História.
Se não se desmentirem animadas previsões que autoriza a obra de autores vivos, rica será a história do Paraná, no que resta para passar do agitado Século em que vivemos. [...]
Ao fim do primeiro século de vida autônoma dentro da Grande Pátria, os antepassados, vivos em nós pela veneração que lhes dedicamos, dão-nos coragem para encarar a incógnita do Porvir. (Carneiro, 1952, p. 226)

Nos dedicamos, a partir daqui, a pensar como David Carneiro expressou sua luta em favor da intelectualidade paranaense, que pode ser entendida como parte do que nomeamos como um projeto político regionalista. Característica de muitas de suas obras, essa defesa da intelectualidade paranaense pode ser compreendida como parte do “espírito paranista” mencionado por Machado (2012), principal critério de atribuição da figura de David Carneiro ao Movimento Paranista.

Buscamos, também, discernir a ideia de regionalismo presente na obra de David Carneiro - regionalismo paranista / paranismo, enquanto posição política - da história regional, praticada atualmente, e como essas noções se relacionam. Para isso, jogamos luz a um trabalho de David Carneiro que, segundo o historiador, “tanta perseguição pessoal me causou”. Trata-se de História psicológica do Paraná, publicado em 1944.

²⁵ Como uma referência a um tipo de história mais biográfica, que evidencia características heroicas de sujeitos históricos.

2.2 UM PROJETO POLÍTICO REGIONALISTA

Em 1944 David Carneiro publicou *História psicológica do Paraná*, um interessante estudo que reuniu diversos textos, divididos também em três partes. Neste documento, o historiador se preocupou em argumentar a favor do Paraná e dos paranaenses no maior estilo “paranista”.

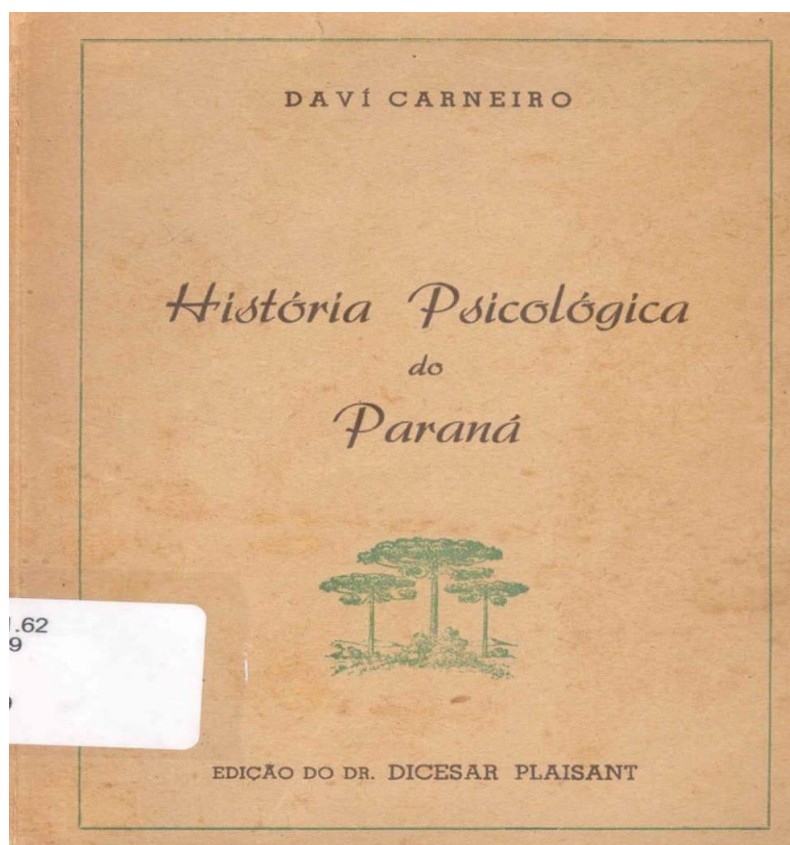
A partir da definição da “alma” do paranaense, David Carneiro realizou um apanhado sobre as características de seus conterrâneos, em uma tentativa de diagnosticar a falta de participação dos paranaenses em posições de destaque na sociedade.

Carneiro argumentou que algumas dessas características seriam responsáveis por impedir que os paranaenses ocupassem posições de poder com relação aos “adventícios”, mesmo dentro do Paraná. “Retraimento” e “complacência”, por exemplo, seriam marcas da personalidade do paranaense que explicariam o fato das altas posições no Estado e nas empresas paranaenses estarem ocupadas por poderosos que migraram de outros estados.

As críticas de David Carneiro no decorrer do texto se transformaram numa defesa ferrenha da intelectualidade paranaense, para ele pouco valorada tanto a nível regional quanto nacional. Essa falta de representatividade paranaense nos espaços de poder explicariam, para Carneiro, a ausência de protagonismo do Paraná na formação nacional. Daí a necessidade de se dedicar à produção de uma história paranaense, com seus mitos de origem e heróis fundadores.

Dessa forma, Carneiro construiu, na segunda parte de *História psicológica do Paraná*, um pano de fundo histórico paranaense. Debruçou-se sobre temas centrados no âmbito da “questão de fronteiras”, mostrando que pensar a formação do Paraná historicamente era preocupação central em seus trabalhos, conforme colocou oito anos depois, como vimos, em *História da história do Paraná* (1952). A emancipação da província, a Revolução Federalista, o acordo do Contestado, o território do Iguazu e “O Paraná no cenário político do Brasil” foram os temas abordados nesta seção.

Figura 4 – Capa de *história psicológica do Paraná* (1944).



Fonte: Acervo particular do autor.

Por fim, David Carneiro percorreu sobre o ambiente cultural paranaense, destacando nomes e características e defendendo não só a existência de tal ambiente, para ele ofuscado perante outros cenários, como também a capacidade intelectual do paranaense, julgada por ele, em alguns momentos, como superior à dos “adventícios”.

Tom de crítica que provavelmente incomodou alguns ilustres do período, já que David Carneiro foi chamado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do Estado Novo para explicações.

David Carneiro, em 1944, já estava consagrado historiador pela sociedade curitibana e paranaense, com obras publicadas que atingiram considerável circularidade. O editor de *História psicológica do Paraná*, Dicesar Plaisant²⁶, destacou

²⁶ Filho do escritor Alcebíades Plaisant, Dicesar Plaisant já havia, em 1944, publicado outras obras de David Carneiro. Algumas que obtiveram, inclusive, considerável circularidade. Figura proeminente no ambiente intelectual da Curitiba do início do século XX, Plaisant estudou, tal qual David Carneiro, no Colégio Militar do Rio de Janeiro, tendo se formado em Direito pela Universidade do Paraná. A formação de Plaisant talvez explique seu apreço por David Carneiro e a possibilidade de um consenso filosófico entre os intelectuais. Dicesar Plaisant também se associou ao Instituto Histórico e Geográfico Paranaense e à Academia Paranaense de Letras. Denipoti (2018, p. 95), ao discutir a atividade editorial do Paraná nesse período, coloca que “[...] os vínculos que o mercado editorial

os “serviços culturais” de “um dos espíritos primazes da contemporaneidade paranaense”, e revelou, na seção Palavras do editor, um “incidente” envolvendo a publicação.

Quasi simultaneamente com *O Paraná e a Revolução Federalista*, [...] é divulgado mais êste livro do fecundo e insigne autor conterrâneo, no qual se estuda a evolução da nossa gente e procura acentuar-se particularidades, tendências e omissões do caráter do paranaense. O livro foi batizado com um incidente, como o autor explica, em seu prefácio, incidente que teve desenlace no Tribunal de Segurança Nacional, onde sua judicatura o redimiu de possíveis opressões, que só viriam deprimir o sentimento de imputabilidade da tolerância nacional e as tradições da nossa cultura liberal, prestes a robustecer-se pela iminência da palingenésia democrática do país. (Plaisant, *apud*. Carneiro, 1944, p. III)

Defendendo o autor de *História psicológica do Paraná*, Dicesar Plaisant justificou que as críticas expostas na obra não tinham a intenção de insultar ninguém, considerando a educação e o “sentimento de brasilidade” de David Carneiro.

O texto inicial da obra foi intitulado *Explicação* e foi justamente essa sua função. David Carneiro argumentou que o objetivo central do estudo era trazer “autoconhecimento” para uma população que, para ele, não se conhecia. Tal crítica vai de encontro às reclamações do historiador presentes em *História da história do Paraná* (1952) no que se refere a um desconhecimento por parte do paranaense com relação aos historiadores já falecidos, em especial aqueles pertencentes ao chamado “período áureo”.

Essa busca por uma memória negligenciada e desconhecida pelos paranaenses levou o historiador a compor sua obra. No entanto, como colocou David Carneiro, a obra acabou repercutindo, o que acarretou em uma série de transtornos.

Os três primeiros artigos, porém, causaram tal escândalo e tão tremenda celeuma subterrânea, entre os discutidores de café e os palacianos, que insuflam e bajulam os elementos do governo local, que o quarto estudo já não pode mais sair. Foi proibido, mais do que censurado. A polícia abriu o inquérito para satisfazer à vontade do secretário de segurança pública, que (segundo me informaram) se sentia ferido e encarapuçado pelas “verdades”, que, diga-se aqui em definitivo, não o visaram. Depois o inquérito foi remetido para que o Tribunal de Segurança Nacional decidisse si eu era ou não criminoso de lesa Pátria, e indivíduo perigoso para o meu país. (Carneiro, 1944, p. V)

estabeleceu com seus leitores foram de extensa promoção dos intelectuais paranaenses no âmbito local e nacional, buscando a afirmação de identidades regionais face à nação, no sentido em que a edição de livros e, particularmente, periódicos, buscava enaltecer os autores locais”. O que aponta, de certa forma, para uma promoção da intelectualidade paranaense por parte de editores e autores locais, característica central na obra de David Carneiro.

Cabe destacar que o Secretário de Segurança Pública referido por David Carneiro era Fernando Flores, militar que chegou a patente de Major da Infantaria do Exército, foi deputado federal por dois mandatos, entre 1946 e 1955, assumiu cargos de Auditor do Tribunal de Contas do Paraná, de Chefe de Polícia, Auditor do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, na ocasião Secretário de Interior, Justiça e Segurança Pública do Estado e gaúcho²⁷.

David Carneiro anexou um relatório do inquérito onde estão colocados os autos do processo e onde explicam-se os motivos da intimação. Consta, nesse relatório, a seguinte informação:

Foram publicados no “O Dia” desta Capital, nas edições 21, 22 e 23 do mês transacto, três artigos de autoria do jornalista (sic) David Carneiro, subordinados aos títulos “Como vibra a alma paranaense”, “Retraimento e Complacência” e “Maledicência”. Tais publicações, pelos motivos que vêm expostos na inicial e pelos fenômenos sociais que naturalmente provocaram, reclamaram as providências naturais da polícia.

O Sr. Davi Carneiro, ao ser ouvido neste inquérito, declarou que os artigos em apreço fazem parte de uma série que está escrevendo, com o propósito de estudar a psicologia do povo paranaense. A verdade é, porém, que os três artigos publicados refletem claramente o “animus injuriandi” do autor e a intenção preconcebida de explorar sentimentos regionalistas, por meio de conceitos que não podem caber no ânimo equilibrado de um sociólogo conciente.

Chamado a explicar a grave asserção contida no artigo “A Maledicência”, “de que por toda parte se fala no Paraná, e com razão, da falta de valor intelectual e sobretudo moral, da maioria dos adventícios que entopem os altos cargos da administração pública, estando senhores da máquina do Estado” - o indiciado quer que a idéia lhe saiu assim mal expressa, porque escrevera o referido artigo sob forte impressão que lhe causara um artigo de Wilson Martins, em que o mesmo nega formalmente a existência de atividades culturais no Paraná. (Carneiro, 1944, p.VII)

Uma publicação de Wilson Martins onde o mesmo expressou uma ausência de atividades culturais no Paraná teria sido o motivo das respostas enérgicas de David Carneiro publicadas em forma de artigo e, posteriormente, de livro.

As críticas de Carneiro foram entendidas como direcionadas não apenas a Wilson Martins, mas a todos aqueles não-paranaenses que ocupavam posições de poder no Paraná. Por mais que as publicações tenham sido consideradas danosas à unidade nacional ao ponto do autor ter sido intimado pelo DIP do Estado Novo, o desfecho do impasse, após reiteradas justificativas e explicações do historiador, foi o arquivamento em Janeiro de 1944.

²⁷ <https://www.camara.leg.br/deputados/130439/biografia>. Último acesso em 24 - Jul. 23.

David Carneiro atribuiu o desfecho favorável do ocorrido à ação de juízes e autoridades que intervieram por ele. Dessa forma, como um agradecimento, escreveu:

Com efeito, desse inquérito me resultou um grande benefício: conhecer os Meretíssimos Senhores Juízes que confirmaram a estima e aprofundaram a admiração que por muitos deles eu já tinha, mesmo vivendo na obscuridade provinciana em que me coloco. (Carneiro, 1944, p. X)

Carneiro expôs uma contradição característica, em particular, de História psicológica do Paraná. Ao passo em que defendeu a intelectualidade paranaense e a participação do Paraná na construção nacional, o historiador também se considerou um provinciano que vivia na obscuridade de sua terra, distante dos centros urbanos do país, dando a impressão de se entender como um sujeito cujo conhecimento e intelectualidade seriam responsáveis por sua ilustração em comparação aos seus conterrâneos.

É recorrente que, até hoje, nos estudos historiográficos, pesquisadores tomem os intelectuais paranaenses desse período como “intelectuais provincianos”, com menor importância se comparados aos dos maiores centros urbanos do país. Esse tipo de abordagem vai de encontro ao modo como David Carneiro se via e via o Paraná com relação aos outros Estados brasileiros.

Nesse sentido, destacamos a leitura de Karvat (2021) onde o pesquisador argumentou no sentido de entender essas pré-concepções – intelectuais “provincianos” - como uma diminuição da complexidade dos sujeitos estudados. Dessa forma, ao se estudar o intelectual “provinciano”, ou o intelectual “regional”, faz-se necessário o não estabelecimento de juízos de valor prévios, de forma a reduzir as possibilidades de compreensão do intelectual em questão, problematizando esse sentimento “provinciano” como uma retórica e entendendo os movimentos do intelectual ao se projetar para os centros culturais do país.

David Carneiro, não poucas vezes, identificou aquilo que considerou um defeito dos paranaenses: não conhecer sua própria história e a história dos conquistadores e pioneiros, que lutaram para conquistar o Paraná conhecido pelo autor, em sua visão. Esse diagnóstico seria o impulso que o moveu a produzir suas obras no tom de crítica peculiar observado. Um dos ângulos do “regionalismo paranista” de Carneiro seria justamente o ímpeto de corrigir esse defeito, jogando luz sobre os feitos dos antepassados e seus feitos - seus antepassados - que julgou

serem os grandes homens que teriam desempenhado papéis de destaque na construção do Paraná e do Brasil.

Dito isso, discorreremos, a partir daqui, sobre o conteúdo propriamente da obra de David Carneiro, ou seja, sobre esse “regionalismo” / “paranismo” que se radicalizou em História psicológica do Paraná.

Na primeira parte da obra, intitulada Alma, David Carneiro (1944, p. 3 - 4) revelou sua intenção de dissertar sobre a “história da alma paranaense, com todos os seus profundos defeitos e com tôdas as suas enormes grandezas”. A ideia teria partido de uma conversa com Euclides Bandeira²⁸ quando os dois teriam identificado a necessidade da escrita de uma “psicologia do Paraná”.

Para Carneiro (1944, p. 4), externar na obra as características dos paranaenses, mesmo que as indesejáveis, teria como objetivo: “Modificar os indivíduos, melhorar o trabalho de conjunto pelas lições hauridas de erros passados, unir os paranaenses para suas justas reivindicações, quando elas possam e devam realizar-se”.

Utilizando como base para sua crítica o “desastroso acôrdo do Contestado” que, no entendimento do historiador, teria sido vantajoso aos vizinhos catarinenses em detrimento dos interesses dos paranaenses, David Carneiro realizou um exercício de autocrítica ao falar sobre os paranaenses.

Nós paranaenses não somos apenas retraídos, mas demasiadamente modestos; nem somos modestos, mas demasiadamente humildes, o que nos torna pouco aptos às grandes realizações dentro e fóra do nosso torrão. E isso devendo ter uma causa sociológica e psíquica, não pode correr por conta de uma declaração simplista de mediocridade. (Carneiro, 1944, p. 5)

²⁸ Jornalista e escritor curitibano. Ajudou a fundar o Centro de Letras do Paraná e se tornou membro da Academia Paranaense de Letras.

Figura 5 – Índice de *História psicológica do Paraná* (1944).

Í N D I C E	
Palavras do Editor	pé- III
Explicação do autor	V
1.ª Parte — ALMA	
Como vibra a alma paranaense	pé- 3
Retraimento e complacência	7
A Maledicência	12
Balanço de grandezas e mesquinhas	19
Conterrâneos e patricios	24
Paraiso dos adventícios	30
O meio moldando a alma	35
2.ª Parte — APLICAÇÃO SOCIOLÓGICA	
Curitiba bandeirante	pé- 43
Outros heróis do século passado	49
Origem histórica de nossa timidez	55
A emancipação da província	62
Estímulos materiais da província emancipada	68
A ingratitude republicana	73
O reverso da medalha em 1894	79
O contestado e o acôrdo	85
O território do Iguassú	90
O Paraná no cenário político do Brasil	97
3.ª Parte — AÇÃO CULTURAL	
A incrementação de uma unidade cultural	pé- 103
A poesia paranaense	108
O Paraná nas artes do som	113
Consideração acerca da pintura no Paraná (Virmond, 1.º período)	117
Preparação do ambiente estético (Iria Correia — 2.º período) ..	125
Os pintores isolados que aquarelavam (Michaud — 3.º período) ..	131
Andersen (4.º período)	136
O Paraná na escultura	142
O Paraná e seus historiadores	146

Fonte: Acervo particular do autor.

A “modéstia excessiva” do paranaense seria, para Carneiro, a principal explicação para a ausência de protagonismo frente aos “adventícios”, mesmo o historiador julgando o povo paranaense como “intelectual e moralmente [...] sem contraste”. A falta de participação dos paranaenses em posições de poder explicariam, na visão de Carneiro, uma suposta “baixa estima” que teria o Paraná com relação à formação nacional. Para ele,

O Paraná não pésa na comunhão brasileira não por causa do paulista, nem do mineiro, nem do gaúcho ou do baiano, mas por sua própria causa, por causa dos seus filhos que vivem medrosos, quando têm valor, temendo ser taxados de cabotinos, e que só se mostram fóra, quando mediocremente valiosos. (Carneiro, 1944, p. 6)

Na sequência de Alma, David Carneiro intitulou a segunda seção de Retraimento e Complacência. Este capítulo é um dos artigos publicados por David Carneiro no jornal O Dia, em 1943, que foram os motivos de sua intimação pelo DIP.

Já na primeira frase do artigo, nesta obra o capítulo 2, uma informação interessante nos chamou atenção. “No paranaense, como homem que vive em sociedade e elemento formador de uma unidade política dentro da nação brasileira”. Conforme colocamos anteriormente, trata-se aqui de pensar a identidade paranaense e suas particularidades, mas dentro de uma ideia de formação nacional. Um contraste entre os sentimentos regionalistas e um panorama nacionalista de construção da república. Como vimos neste caso, David Carneiro materializou esse sentimento regionalista em forma de um posicionamento político radicalizado, considerado em determinado momento como um contraponto danoso aos sentimentos nacionalistas fomentados no país durante o Estado Novo.

Partindo desta observação inicial, David Carneiro apontou mais dois “defeitos graves” nos paranaenses, além da excessiva modéstia, que se torna defeito considerando as discussões postas pelo historiador no primeiro capítulo, Alma. Os defeitos, que deram nome ao artigo, são o retraimento excessivo e a complacência com relação à atuação dos “adventícios” no Paraná.

O primeiro desses defeitos é o retraimento excessivo, uma espécie de misantropia que chega a ser raiz de doença. É ele que nos impede de dizer entre estranhos, por vergonha, por medo, por falta de personalidade ou de valor, aquilo que pensamos (certo ou errado) e que nos impede, mais ainda, de proceder, com medo que se nos diga que o que fazemos é feio, é impróprio ou errado. O segundo defeito, talvez ainda mais grave, que o anterior, é a complacência exagerada.

Tudo que se faz ao nosso redor nós aceitamos. O que fazemos ou que é nosso, está errado ou pode estar errado, ou ainda pode ser feio e causa vergonha; mas sendo feito por outrem, algum adventício por exemplo, e por mais absurdo que o feito seja, tem, se não a nossa cooperação, pelo menos a nossa complacência. Parece-nos então que está tudo certo, porque outrem fez. (Carneiro, 1944, p. 7)

Ao mesmo tempo em que culpou a personalidade dos paranaenses pela falta de protagonismo em posições de poder dentro e fora do Estado, Carneiro também direcionou suas críticas aos “adventícios” que, para ele, estariam usurpando o que deveria ser destinado aos paranaenses. Para ele, essa dinâmica seria responsável por agravar a “maledicência” - de certo modo justificável - sobre essas figuras por parte dos paranaenses. Tais críticas, como vimos, foram interpretadas por muitas autoridades como um insulto à dignidade de todos os não-paranaenses que se encaixavam, de um modo ou de outro, nas críticas de David Carneiro.

O conhecimento melhor as pessoas bem falantes e audaciosas que tomam de assalto as nossas posições, faz que cedo vejamos modificar-se o nosso conceito prematura e excessivamente benevolente. Desaparece então o ídolo, mas só se some, quando já criou raízes em nosso meio, e então permanece, vejetando, e embora sem a unanimidade inicial, mas com alguma auréola menos brilhante do que a primeira, mas sempre suficiente para que viva ótimamente, tanto materialmente, como sobretudo moral e socialmente. (Carneiro, 1944, p. 8)

Com objetivo de mitigar os defeitos dos paranaenses, David Carneiro passou então a comparar moralmente a “alma” de seus conterrâneos com a de outros. Alegando uma superioridade moral dos paranaenses com relação aos “adventícios”, David Carneiro ilustrou sua argumentação com uma suposta diferença entre os trotes que aconteciam na Universidade do Paraná - que se tratava de “uma festa cordial”, “fraterna”, “sem necessidade de passar por testes vexatórios” - com os “trótes vexatórios” e “degradantes” que ocorriam em outras universidades.

David Carneiro chegou a alegar que situações assim “não raro, resultam em distúrbios graves. Até um assassinio [...] foi causado por êsse grosseiro divertimento”. Para o historiador, casos dessa gravidade começaram a ocorrer na Universidade do Paraná após a chegada de “adventícios” no meio.

O Paraná podia e devia ter orgulho, por ser o único a dar exemplo que era construtivo, mostrando a superioridade moral dos seus estudantes. Mas a maioria deles sendo paulista, depois de 1930, causou a introdução, também em nós, do tróte brutal usado em São Paulo e no Rio, em Pernambuco e Porto Alegre. (Carneiro, 1944, p. 10)

Dessa forma, defendendo uma suposta superioridade moral e intelectual dos paranaenses com relação aos “adventícios”, usurpadores das posições de poder dentro do Paraná, e exaltando a riqueza do Paraná, seu “passado dos mais gloriosos e dos mais dignos”, David Carneiro conclui seu artigo Retraimento e Complacência, iniciando, na sequência, o segundo dos três artigos que acarretaram na intimação pelo DIP, A Maledicência.

Neste artigo, David Carneiro seguiu com suas análises “psicológicas” sobre os paranaenses, debatendo sobre os defeitos da “alma” de seus conterrâneos. Filha dos defeitos anteriores, a “maledicência” seria, para o historiador, uma característica condenável de grupos específicos da sociedade paranaense: os frequentadores dos “cafés da rua 15 de Novembro”.

A crítica de David Carneiro (1944, p. 12 - 13) dessa vez foi direcionada. Apesar de ressaltar que “os maledicentes existem por toda parte”, Carneiro especificou que:

[...] a tesoura simbólica com que cortam e atassalhar as reputações alheias os frequentadores assíduos das mesas dos cafés da rua 15 de Novembro de Curitiba, é exatamente igual e não menos afiada, do que a de seus colegas da rua 15 de Novembro em Paranaguá ou em Ponta Grossa [...]. (Carneiro, 1944, p. 12)

O historiador aconselhou em seu texto “[...] que muitas vezes o contrôlo do falatório público é útil”, apontando para dois problemas graves da “maledicência”: a destruição de reputações alheias; e a ausência de aplausos às atitudes merecedoras. Os paranaenses, em especial os frequentadores dos cafés da rua 15 de Novembro, estariam marcados por ambos. (Carneiro, 1944, p. 12 - 13)

No pensamento de David Carneiro, o “falatório” seria fruto da inveja, e para ele dois “contra-venenos” seriam essenciais: “o trabalho material” e “o trabalho intelectual”. O problema maior, no entanto, residiria no fato de que boa parte dos alvos dos falatórios seriam os próprios paranaenses, vítimas da inveja e dos defeitos já mencionados, o que acarretaria, conseqüentemente, na amplificação da “timidez patológica” inerente à “alma” do paranaense.

Mais uma vez direcionando duras críticas aos “adventícios”, David Carneiro assim colocou:

É, por isso, que qualquer adventício triunfa no nosso meio, tomando posições salientes, enquanto nós temos medo de agir, medo de falar, medo do ridículo, de um ridículo que muitas vezes está em nossa imaginação. [...]
Por toda a parte se fala, no Paraná, da falta de valor intelectual e mesmo moral de adventícios que têm ocupado cargos da administração pública, ficando senhores da máquina do Estado. [...] os advenas aquí - em casa alheia - disputam essas posições com tremenda e ináudita audácia. [...]
É, por isso, que um homem da estatura de Vicente Machado, no cenário nacional, não saíu da penumbra, ao passo que mediocridades evidenciadas de outros Estados chegaram às culminâncias do poder e da fama. (CARNEIRO, 1944, p. 16 - 18)

Carneiro seguiu enumerando defeitos e qualidades que seriam intrínsecos à personalidade do paranaense. “Desambicioso”, bondoso, tímido, “nunca se nega a uma ajuda, embora também jamais se ofereça”, inerte, inteligente, modesto, tolerante, “em geral, homem digno e íntegro”, são termos que foram utilizados pelo historiador para sua classificação “anímica”. Após pesar em sua balança moral defeitos e qualidades da “alma” do paranaense, David Carneiro argumentou: “Pudessem todos

os homens ter as almas assim formadas, [...] o mundo seria em breve transformado por educação racional, num esplêndido paraíso”. (Carneiro, 1944, p. 23)

O historiador recorreu muitas vezes à comparação entre o Paraná e os paranaenses com estados vizinhos e suas populações, em especial São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Se os paranaenses possuíam determinado defeito, os catarinenses já teriam resolvido internamente. Se o Paraná não se conhecia, o Rio Grande do Sul, por sua vez, prezaria por sua história e glorificaria seus heróis. Enquanto em São Paulo “todos trabalham”, no Paraná a inveja seria responsável por destruir reputações. Não raras vezes as comparações terminam em uma argumentação sobre a “questão de fronteiras” ou sobre a ausência de apreço pela própria memória.

[...] que seria de nós, onde iríamos nós, si amassemos o Paraná como os gauchos amam o seu Rio Grande, si apoiassem como os catarinenses o fazem, aos nossos homens públicos de verdadeiro valor, si trabalhassemos como os paulistas o fazem, sem olhar ao que ganha o visinho, e si ganha, e como ganha, enriquecendo!? (Carneiro, 1944, p. 25)

No capítulo intitulado Paraizo dos adventícios, terceiro artigo citado nos autos do processo com o DIP, David Carneiro discutiu aspectos históricos sobre a “vinda dos adventícios”.

A argumentação do historiador partiu da ideia de que “as deficiências materiais da província”, no contexto da monarquia, dificultaram o envio dos “filhos do Paraná” para estudarem fora do país, no caso em Coimbra.

Mesmo com algumas poucas exceções, os paranaenses com formação não eram numericamente suficientes para suprir os “elementos de mentalidade” necessitados no Paraná. O historiador apontou, portanto, uma defasagem de erudição no Paraná, em especial no âmbito jurídico.

Para David Carneiro (1944, p. 30), “a situação exigia a vinda de adventícios”. Citando Afonso Botelho como exemplo do “primeiro adventício” no Paraná, o historiador argumentou que não apenas “governantes” foram “importados”, mas, como ele colocou, “o que nós importamos mais foram os doutores e quantos, sobretudo médicos e bacharéis estão na nossa história e merecem nossa eterna gratidão?”. A própria erudição paranaense, nesta perspectiva, teria sido formada, em grande medida, pela contribuição dos “adventícios”, inclusive ocupando posições de poder no Estado, o que muito foi criticado por David Carneiro.

Citando muitos exemplos, como o Dr. Cândido da Silva Muricy, Gomes do Amaral, Trajano Reis, Ouvidor Pardini, Conselheiro Ermelino de Leão, Dr. Teixeira de Freitas, Visconde de Nacar, Visconde de Taunay, Dr. Monteiro Tourinho, entre outros nomes, David Carneiro (1944, p. 30 - 35) fez uma lista de “adventícios” que contribuíram com a construção do Paraná e observou: “Não era um mal. Era uma imperiosa necessidade”.

No entanto, apesar de uma necessidade, a “importação” de “adventícios” trouxe consequências em termos culturais, na visão do historiador. Para ele, “o Paraná [...], tinha que ser formado por elementos vindos de Portugal primeiro e de outros Estados depois, para direção como para execução”. Excerto que demonstra a preocupação do historiador em valorizar a herança cultural portuguesa, em detrimento de outras, nos processos históricos do Paraná.

Nesta perspectiva, a síntese de todos os defeitos “anímicos” dos paranaenses explicaria, por um lado, a ocupação de posições de prestígio na sociedade paranaense por mãos “adventícias” e, por outro lado, a timidez da participação política do Paraná na construção nacional. Como dissemos, a solução para mitigar esses problemas, para ele de caráter moral e intelectual, seria produzir obras que fizessem com que os paranaenses conhecessem melhor a si próprios, reverenciando um passado de conquistas heroicas ligado à atuação política e bélica de seus antepassados.

Sabendo que tais narrativas ganhavam materialidade em discursos políticos e tinham aplicação concreta no estabelecimento de evidências para resolução de conflitos territoriais, historiadores, assim como David Carneiro, utilizaram amplamente esse recurso. Por outro lado, a radicalização do discurso regionalista se tornou mais evidente nesta obra de David Carneiro.

Na segunda parte do estudo, intitulada Aplicação sociológica, o historiador compilou uma série de textos, colocados como capítulos, onde trouxe “questões de fronteiras”, para ele, mal resolvidas. Tentou, a partir disso, explicar historicamente “a nossa timidez” e o ofuscamento da participação paranaense na formação nacional, que chamou de “ingratidão republicana”.

O capítulo Curitiba bandeirante é um exemplo de como o historiador mobilizou suas narrativas de cunho histórico como retórica de seus posicionamentos políticos. Dois problemas de fronteiras foram levantados pelo historiador: “O acôrdo do

Contestado”; e a tentativa de “roubar ao Paraná a mais rica zona do oeste para dêle fazer um estado à parte”. (Carneiro, 1944, p. 44)

Na tentativa de impedir a separação do território de Iguazu do Paraná, em 1930, historiadores paranaenses utilizaram evidências históricas como arma de disputa política. Juntamente com dois dos “historiadores do período áureo”, Euclides Bandeira e Ermelino de Leão, David Carneiro produziu um “mapa demonstrativo” das “bandeiras curitibanas” a fim de legitimar a formação territorial histórica do Paraná, que incluía o território do Iguazu.

A história do Paraná desse grupo de historiadores pode ser sintetizada pelas palavras de David Carneiro:

Da segunda parte do século XVIII, aos primeiros anos do século XIX, a atividade bandeirante dos curitibanos foi indubitavelmente admirável. As primeiras populações que o Paraná abrigou foram litorâneas, e essas, provindas de São Paulo, ou de Portugal e Hespanha, através de São Paulo. Foram fundados vários núcleos: Superaguí, primeiro. Depois Paranaguá, e a seguir, pelos rios, que desaguam na baía do mesmo nome, houve uma série de entradas em virtude das quais se fundaram dois outros centros: Arraial Grande e depois Vila Velha, e finalmente, Curitiba. (Carneiro, 1944, p. 45)

Uma história, portanto, que deveria servir para “relembrar as glórias dos nossos bandeirantes”.

Nas páginas que se seguem, David Carneiro percorreu sobre os eventos históricos que formaram o Paraná de seus dias. Assim como a segunda parte de História da história do Paraná, nesta seção de História psicológica do Paraná, Carneiro se debruçou sobre temas centrais em sua obra, como um todo: a Guerra do Paraguai, a Revolução Federalista, o Contestado e a questão do território do Iguazu, nomeando seus heróis, construindo uma linha temporal de formação do Paraná e tentando explicar a participação política do Paraná em seu contexto.

De forma geral, o historiador explicou as origens dos defeitos na “alma” paranaense por fatores históricos e também ambientais. Ancorado nos escritos de Saint Hilaire, David Carneiro atribuiu a timidez e a preguiça dos paranaenses nativos ao clima tropical e às atividades de campo das quais a maioria dos paranaenses se ocupavam. Um determinismo marcante em estudos “tradicionais de história”, como observou Sérgio Buarque de Holanda em 1951.

A terceira a última parte de História psicológica do Paraná consiste numa resposta, efetivamente, à Wilson Martins. Buscando demonstrar não só a existência

de um ambiente cultural no Paraná, como também seu valor e construindo uma linha temporal da história da arte paranaense, Carneiro construiu um cenário aquecido tanto na poesia, como na pintura e na música.

Em contrapartida - e à semelhança das seções anteriores -, Carneiro (1944, p. 103) tomou como ponto de partida a identificação de um dos “peiores defeitos anímicos dos paranaenses”. Ler pouco.

Para ele, existiria no Paraná uma “massa da população que não se preocupa com coisa nenhuma”. Além disso, o historiador atentou para o fato de que o Paraná seria formado por “imigrantes e adventícios” que, por não serem daqui, não “se sentem paranaenses”, não desenvolvendo, dessa forma, um sentimento de amor ao Paraná.

No entanto, o Paraná, na visão do historiador, não seria constituído apenas de defeitos, mas também de “qualidades”. Não somente o Paraná, como toda a América, na perspectiva de Carneiro, teriam sido constituídos por sociedades moralmente superiores, em determinados aspectos. Um exemplo dessa suposta superioridade moral residiria no fato de que, como escreveu o historiador, “o Paraná é uma terra de imigrantes e de adventícios, como o é, aliás, o Brasil, a América, cujos países não tem veleidades de pureza racial nem de autoctonia”. (Carneiro, 1944, p. 103)

Não obstante, o Paraná, para Carneiro (1944, p. 103 - 104), “[...] não tem força política nem influência civilizatriz interior, porque está composto, em sua grande maioria, de imigrantes (libaneses, italianos, alemães, poloneses) ou de seus descendentes”. Para Carneiro, os imigrantes, mesmo os mais interessados em política, cultura ou alguma forma de expressão erudita daquele contexto, “são levados a importar literatura”. Na visão do historiador, a leitura de obras de autores paranaenses deveriam ser prioridade.

Os “adventícios brasileiros” seriam populações também desinteressadas “pelo torrão local”. Além disso, o paranaense nascido no Paraná, em especial “os descendentes de famílias primitivas” seriam, para Carneiro (1944, p. 104), “preguiçosos, indolentes, ferrados ao emprêgo público e tendendo à estabilidade contemplativa que o meio acoroçôa”.

Não perdendo o foco de suas críticas, Carneiro escreveu:

A vadiagem leva o indivíduo pela necessidade de matar o tempo, a fazê-lo com o divertimento de botica, ou a maledicênciados cafés, que trata de

destruir àqueles elementos locais, capazes de ascensão em quaisquer sentidos. (Carneiro, 1944, p. 105)

Entendendo a criação da Universidade do Paraná como um grande avanço para resolução dos problemas colocados, David Carneiro (1944, p. 105) viu na academia um facilitador para a “educação brasileira dos descendentes de imigrantes, [...] tornando desnecessária a importação, de outros Estados, dos elementos formados, das classes liberais”

A lista de nomes de poetas, cantores e pintores paranaenses de David Carneiro é extensa. Partindo de figuras do século XIX, alocadas pelo historiador em diferentes contextos históricos, gerações de literatos e artistas são relacionadas a fim de comprovar e fazer conhecer a cultura paranaense.

Poetas não nos tem faltado. Os Pernetas todos, a começar por Emiliano, considerado por muitos como o maior dos bardos da terra dos pinheirais. [...] Escritores notáveis, prozadores excelentes, não deixam entre nós de rimar rítmicamente, contrariando a regra geral de outros centros. É o caso de Rôcha Pombo e Nestor Vítor. [...]

Entre os vivos já consagrados temos mais de uma ou duas centenas. Euclides Bandeira, Rodrigo Júnior, José Gelbeck, Eurípedes Branco, Francisco Leite, Ildefonso Sêrro Azul, Círio Silva, Durval Borges, Heitor Stockler, Anita Philipovski, os irmãos França (Serafim e Aluizio) Lacerda Pinto.... (Carneiro, 1944, p. 108 - 112)

Definindo os “grandes nomes” e os “paes” das atividades culturais no Paraná, Carneiro escreveu, em seu último capítulo, sobre a historiografia paranaense. O texto, intitulado *Historiadores do Paraná*, teria sido o ponto de partida de uma série de estudos que culminaram, oito anos depois, na publicação de *História da história do Paraná* (1952).

O ideal regionalista de David Carneiro, expresso de forma enfática em *História psicológica do Paraná* (1944), comungava com sua maneira de escrever história de modo que a história servia como sustentação argumentativa para seus posicionamentos políticos.

Esse regionalismo que marcou a obra e os posicionamentos de David Carneiro, no entanto, deve ser discernido de estudos que, porventura, tenham como recorte espacial uma região, nesse caso o Paraná, e que são entendidos como estudos regionais ou mesmo a história regional.

As discussões que propomos aqui, trazendo e discutindo criticamente a obra de um historiador tido como regionalista, inserem-se na concepção de história

regional. A história regional, por sua vez, diferencia-se do regionalismo que problematizamos justamente por se configurar uma crítica ao mesmo.

A região, na história regional, aparece como um conjunto de aspectos históricos desenrolados dentro do recorte espacial regional definido na pesquisa, mas, ao contrário do regionalismo de Carneiro, não se configura como um ideal político.

Ressaltamos anteriormente que os estudos historiográficos permitem relações profícuas com as categorias de análise da história intelectual. De forma equivalente, a história intelectual permite um frutífero diálogo com a história regional quando buscamos compreender a produção de sentidos e a atuação de um ou mais intelectuais no âmbito regional.

Pasolini (2013) frisou a necessidade de se fazer uma “anatomia dos letrados”, chegando às melhores conclusões possíveis por meio da coleta de informações que possam retratar de forma mais ou menos global e estrutural o que significava ser um intelectual naquela época. Isso nos permite, adaptando ao nosso estudo, trabalhar a história regional sem cair em regionalismos e localismos desconexos de questões conjunturais maiores e que extrapolam os limites da própria região, característica claramente aparente nos textos desenvolvidos por David Carneiro. O problema colocado anteriormente, “o que significava ser um historiador paranaense nas primeiras décadas do século XX?”, a partir das questões até aqui levantadas, ganha mais consistência e abre um leque de possibilidades e de abordagens, conforme colocou Pasolini.

Ahora bien, ¿qué sucede con el proceso inverso? Dicho de otro modo: ¿qué significaba ser un “intelectual” en “provincia”, o en la “periferia” de los centros urbanos, o en los mundos culturales “locales”? Y a partir de ello, ¿qué imagen de la vida cultural nacional podrá resultar de la reducción de la escala de observación? Por último, ¿qué tipo de estatus epistemológico tiene entonces la noción misma de región? (Pasolini, 2013, p. 190)

Além disso, ressalta-se a necessidade de problematizar o próprio conceito de região, conforme acenou Karvat,

[...] rompendo definitivamente com as acepções deterministas e/ou naturalistas - tomam-na como determinada naturalmente - definindo-a como uma espécie de conjunto relativamente homogêneo de elementos naturais. (Karvat, 2021, p. 9)

Ao contrário, a proposta aqui é pensar a região como uma construção social e não apenas um recorte geográfico. Mais que isso, argumentamos no sentido de entender essa construção social como um projeto político que se consolidou pela tinta e pelo papel, na produção de narrativas históricas e literárias, pelas mãos de historiadores, escritores, enfim, de uma casta de profissionais liberais eruditos que se ocuparam de pensar a formação do Paraná historicamente nas primeiras décadas do século XX.

Vimos que a história, para David Carneiro, se configurou uma importante ferramenta de construção de um imaginário social sobre o Paraná e os paranaenses, suas características e peculiaridades culturais. No entanto, um dos diagnósticos feitos por Carneiro sobre a alma do paranaense indicava uma “massa do povo” que não se “interessava por coisa alguma” e isso, para ele, decorria de um desinteresse pela leitura, como já colocado.

A missão de ensinar aos paranaenses sua própria memória histórica estaria, dessa forma, respaldada na leitura e no reconhecimento dos autores paranaenses. Obras historiográficas, desenvolvidas por meio de métodos e linguagem científica específica e pouco acessível, parecem não contribuir muito para isso e David Carneiro demonstrou essa preocupação reiteradamente. Como, então, David Carneiro se mobilizou para tentar mitigar o problema?

Analisar os romances históricos produzidos pelo historiador pode ser um caminho para compreendermos melhor a questão colocada. Por esse motivo, selecionamos o primeiro romance histórico produzido por ele, *O Drama da Fazenda Fortaleza* (1941), para tentarmos, por meio de análise, identificar como Carneiro mobilizou a história e a literatura para criar e repercutir narrativas históricas sobre o Paraná com uma linguagem mais agradável e receptiva ao público leitor mas nunca abandonando seus ideais regionalistas / paranistas.

2.3 A FICÇÃO E A HISTÓRIA VOLTADA AO GRANDE PÚBLICO

Em uma pesquisa realizada no município de Telêmaco Borba - Paraná, buscava-se compreender os mecanismos de domínio ideológico e político em um

contexto de estabelecimento da indústria papelreira²⁹ na região e como isso se refletiu na própria formação da identidade dos municípios. (Paula, 2016)

A bibliografia reunida para o desenvolvimento da pesquisa mostrou que os textos publicados em formato de livros, produzidos antes da década de 1990 e que tinham uma abordagem histórica sobre o município, eram todos de autoria de advogados ou jornalistas que possuíam alguma ligação com a fábrica, muitos deles ocupando cargos administrativos de alto escalão. Eram pessoas autodidatas - na escrita da história - envolvidas com o processo de edificação da fábrica e do município, com acesso à vasta documentação - sendo notas fiscais, ofícios, atas de reuniões, contratos, fotografias, entre muitos outros - e que decidiram escrever livros de conteúdo histórico. Também nos periódicos locais, os artigos de temática histórica da região eram todos de autoria desses mesmos escritores.

Um dos livros cujo assunto era sobre a história de Telêmaco Borba e da edificação da fábrica se destacou dentre os demais. Trata-se de Monte Alegre cidade papel, da jornalista curitibana Hellê Vellozo Fernandes³⁰, publicado em 1974. Isso se deve primeiro por se tratar da mais antiga daquelas obras, segundo porque a obra se tornou a mais popular sobre a temática, servindo como referência para outras produções em virtude da minuciosidade e dos detalhes sobre a edificação da fábrica, além de trazer aspectos históricos sobre a região dos Campos Gerais Paranaenses que remetem ao século XVII.

Ao escrever sobre as origens da área comprada pelos Klabin, local onde foi construída a fábrica de papel, a jornalista revelou que a área era uma propriedade privada denominada Fazenda Monte Alegre e que, anteriormente, fazia parte de uma fazenda maior, a Fortaleza, que fora dividida em diversas outras menores com o passar do tempo.

A escritora considerou, em seu texto, o estabelecimento da Fazenda Fortaleza, entre o final do século XVIII e início do século XIX, um marco inicial da chegada da civilização nos Campos Gerais Paranaenses. Buscando legitimidade histórica, Fernandes utilizou como fonte histórica para tais discussões os escritos do

²⁹ A construção da fábrica de papel Klabin, edificada entre os anos de 1939 e 1945, foi anterior a criação do município, daí surge uma relação estreita entre Telêmaco Borba e a indústria papelreira. Para mais, ver WILLER, 1997.

³⁰ Hellê Vellozo Fernandes foi uma jornalista curitibana, filha de Dario Vellozo, que publicou obras e artigos em periódicos especialmente no município de Telêmaco Borba - PR. Trabalhou em cargos administrativos da fábrica de papel Klabin Monte Alegre e tornou-se pessoa pública no município em questão.

historiador David Carneiro presentes no romance histórico de sua autoria publicado em 1941, *O Drama da Fazenda Fortaleza*. (Fernandes, 1974)

A partir daí desenvolveu-se um esboço de problema para a presente pesquisa. Uma jornalista, Hellê Vellozo Fernandes, publicou um livro de história. Sua narrativa foi construída para ser tomada como verdade e as informações que ela trouxe, citando as fontes históricas, passam ao leitor a segurança de uma certa objetividade histórica e científica em sua obra, é um trabalho histórico. No entanto, quando analisamos a obra mais a fundo, vemos que sua principal fonte histórica vem de uma narrativa ficcional.

Haveria ali um movimento de tentativa de transformar a ficção em história? Como David Carneiro trabalha a história e a literatura em seu romance? O que faz com que seu romance seja apropriado como fonte histórica? O que os aspectos de sua escrita nos revelam sobre a prática histórica e sobre a escrita literária no contexto de sua produção - a década de 1940?

Para tentar responder essas questões, nesta seção discutimos aspectos da escrita de David Carneiro, tanto histórica quanto ficcional, destacando algumas amostras da forma como o mesmo trabalha a história dentro de uma busca pela “verdade” ao mesmo tempo em que preenche as lacunas das fontes históricas com uma narrativa ficcional.

Além disso, tentamos demonstrar que recorrer ao romance histórico se configurou uma estratégia para maior divulgação de suas narrativas históricas sobre o Paraná. Mais que fazer uma oposição entre o gênero literário e a história, David Carneiro mobilizou-as, aproveitando das vantagens de ambas no discurso - a objetividade científica da história e o alcance da literatura -, para cumprir a missão de informar o paranaense sobre si próprio por meio do seu passado, dentro da concepção de história de Carneiro.

O drama da Fazenda Fortaleza (1941) foi amplamente divulgado em vários periódicos, especialmente na capital paranaense. Por ser considerado o “primeiro romance histórico” do Paraná, a repercussão do romance em nível local foi, ao que tudo indica³¹, maior que boa parte de seus outros estudos históricos, senão da totalidade deles.

³¹ O critério foi o número de publicações em periódicos a respeito dos 3 livros de David Carneiro analisados nesta pesquisa que apareceram nas buscas realizadas no domínio da Hemeroteca Digital.

Discorremos, de início, sobre a divulgação do romance para, então, problematizar como e porque o historiador recorreu à literatura para divulgar suas narrativas históricas sobre o Paraná.

Em uma manchete do periódico *Gran Fina*, em Janeiro de 1941, foi anunciada a publicação do que seria, segundo o periódico que circulava em Curitiba, “[...] o primeiro romance histórico do Paraná. O Drama da Fazenda Fortaleza, de autoria do historiador, conferencista, eminente tradutor e comentarista”, David Carneiro. Seria, a publicação do romance, mais uma das facetas de “sua bela inteligência e de sua cultura como romancista”. Para o jornal, o romance histórico de David Carneiro surgiria para preencher uma “lacuna nas letras conterrâneas”.

Dois meses após, em Março de 1941, no *Jornal Diário da Tarde*, que circulava também na capital paranaense, uma manchete divulgando a publicação da obra sobre a “vida temerosa do sargento mór José Félix da Silva” e parabenizando o “eminente historiador por sua inteligência, seu caráter, sua cultura e seu civismo” pela escrita do romance sobre a “pavorosa história conjugal do sargento mór”.

Figura 6 – Publicação no periódico *Correio do Paraná*. Edição 4130 de 1941.

Está fazendo extraordinario sucesso "O Drama da Fazenda Fortaleza"

O "Drama da Fazenda Fortaleza" — o primeiro romance historico do Paraná, está fazendo um enorme sucesso, podendo prever-se que essa ilustre edição do Dr. Dicesar Plaisant alcançará um dos maiores exitos editoriais conseguido por um livro paranaense. Desperta interesse a vida passional do sargento mo'r José Felix que o livro relata em paginas emocionantes e dramaticas.

A proposito desse formoso livro o escritor Dicesar Plaisant recebeu do interventor Manoel Ribas a seguinte e expressiva carta:

"Governo do Estado do Paraná

Curitiba, 2 de junho de 1941.

Sr. Dr. Dicesar Plaisant — Capital

em esta por fim acusar o recebimento do romance historico intitulado "O Drama da Fazenda Fortaleza", de autoria do dr. Davi Carneiro e cuja edição se deve à sua iniciativa, numa atividade que tem sido preciosa às letras paranaenses.

Significando-lhe o meu agradecimento, faço, ao mesmo tempo, votos no sentido de que prossiga nessa tarefa construtiva.

Com protestos de alto apreço e consideração

(a) Manoel Ribas
Interventor Federal"

Fonte: Acervo particular do autor.

O Drama da Fazenda Fortaleza foi um trabalho de David Carneiro que, entre os demais publicados até 1941, representou uma novidade na obra do autor e também no cenário literário paranaense dos anos de 1940. Isso porque, como vimos nas

manchetes dos periódicos curitibanos, se tratava de um romance histórico, um estilo que estava se tornando popular no Brasil. O livro de Carneiro foi divulgado pelos periódicos locais e anunciado como sendo o primeiro romance histórico do Estado, preenchendo, dessa forma, uma lacuna na produção intelectual local em termos de estilo literário.

Os anúncios saudosos nos periódicos³² destacaram o pioneirismo de Carneiro e a estreia paranaense na escrita de romances históricos com “um dos maiores êxitos editoriais de livros no Paraná”, sobre “a vida temerosa e brava do último e mais destemido bandeirante da terra das araucárias, um infeliz marido e desgraçado pai”, José Félix da Silva. Um romance sobre o “desbravamento” branco da região e de um drama conjugal dos mais violentos, como colocado nas páginas do Jornal O Dia, também em 1941. Nas manchetes dos periódicos, figuras públicas diversas expressaram seus elogios à figura de David Carneiro e ao editor do romance, como consta em uma edição do Jornal Correio do Paraná, no mesmo ano.

Governo do Estado do Paraná. Curitiba, 2 de junho de 1941. Sr. Dr. Dicesar Plaisant - Capital

Em esta por fim acusar o recebimento do romance histórico intitulado “O Drama da Fazenda Fortaleza”, de autoria do dr. Davi Carneiro e cuja edição se deve à sua iniciativa, numa atividade que tem sido preciosa às letras paranaenses.

Significando-lhe o meu agradecimento, faço, ao mesmo tempo, votos no sentido de que prossiga nessa tarefa construtiva. Com protestos de alto apreço e consideração, Manuel Ribas. Interventor Federal.

Através da análise das publicações nos periódicos, percebemos que David Carneiro era um grande divulgador de suas próprias ideias. Publicava em diversos jornais sobre suas falas públicas, textos e obras, além de ofertar cursos de positivismo. Desses jornais destacamos O Diário da Tarde, onde o mesmo chegou a atuar na diretoria, O Dia e Gazeta do Povo.

Os periódicos supracitados nos dão mais indicativos de como os intelectuais circulavam suas ideias e anunciavam suas obras. Em meio a um ambiente de crescimento editorial, o número de jornais também cresce exponencialmente entre o final do século XIX e o início do século XX no Brasil. Essas plataformas se impuseram como importantes veículos de informação e proporcionaram debates entre colunistas,

³² Os periódicos analisados nesta pesquisa são: *Correio do Paraná*, *Diário da Tarde*, *Gran Fina* e *O Dia*.

intelectuais ou mesmo entre os próprios jornais. As ideias eram colocadas e defendidas por meio desses periódicos³³.

Nesse sentido, ao analisar os hábitos de leitura por meio da divulgação da produção literária intelectual no Paraná entre os anos de 1870 e 1920, Antonio Marcos Myskiw colocou a divulgação de ideias por meio de jornais da seguinte forma:

Os jornais (periódicos ou diários), as revistas literárias e os livros eram veículos importantes para a divulgação das novas tendências culturais, bem como para as críticas e resistências a essas inovações e ideias. O grande número de jornais, revistas e livros editados e impressos na capital curitibana, entre fins do século XIX e início do século seguinte, deixam transparecer que havia um confronto de anseios, opiniões e ideologias, todas elas, buscando afirmar-se perante o público leitor. Reuniam-se em torno desses veículos um grupo maior de intelectuais; todos, a seu modo, apresentavam aos leitores outros ângulos de visão sobre a sociedade paranaense, pois viam-se “iluminados” e sabedores de caminhos que poderiam ajudar no desenvolvimento cultural de todos os níveis sociais. (Myskiw, 2008, p. 12)

Considerando o expressivo crescimento demográfico que resultou na expansão dos centros urbanos, as novas dinâmicas e possibilidades editoriais e um processo de industrialização latente, a imprensa acaba por ocupar um lugar de protagonismo na divulgação e circulação das ideias (Oliveira, 2000). A popularização das publicações em periódicos acompanhou o processo de modernização e transformações pelas quais a sociedade passava na virada do século XIX para o século XX. A instauração da República, libertação dos escravos, a influência positivista que via a Europa como modelo de progresso, a defesa de valores republicanos, a preocupação com a formação regional paranaense dentro de um projeto nacional de construção de identidades, quer dizer, as novas configurações sociais e problemas que eram discutidos pela elite intelectual do início do século XX eram articulados por meio dos periódicos que, a propósito, eram de propriedade desses sujeitos em boa parte das situações. Sobre o protagonismo alcançado pela imprensa, Karina Janz Woitowicz colocou da seguinte forma:

Assim, acompanhando o processo de modernização e transformações em curso na sociedade [...]. A imprensa torna-se, a partir de sua expansão e desenvolvimento, um importante campo de produção e difusão de ideias, hábitos e comportamentos da vida urbana, figurando como mediadora e impulsionadora de acontecimentos da vida pública. (Woitowicz, 2015, p. 52)

³³ Em muitos casos, nas primeiras décadas do século XX, intelectuais debatiam suas posições sobre os mais variados assuntos nas colunas dos periódicos. Sobre isso ver CAMPOS, 2013.

Lembremos que O Drama da Fazenda Fortaleza foi publicado no início da década de 1940, portanto durante o período do Estado Novo, de Getúlio Vargas. Os esforços na construção de uma identidade nacional, republicana com vistas ao progresso e à modernização da sociedade depara-se com o discurso nacionalista em todos os âmbitos da sociedade. A Constituição de 1937 representou a centralização do poder político nas mãos de Vargas e um dos reflexos dessa centralização é a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que serviu como um instrumento de controle da imprensa. Vimos, na seção anterior, como a defesa de um regionalismo paranista por Carneiro por meio de suas publicações acaba por chamar a atenção do DIP, rendendo uma quase prisão ao historiador paranaense. O que demonstra, mais uma vez, que seus escritos tinham certo alcance nacional.

Para refletirmos sobre o contexto de recepção de O Drama da Fazenda Fortaleza se faz necessária uma análise sobre a conjuntura sociocultural na qual David Carneiro estava inserido, problematizando os sujeitos e instituições que protagonizaram a aceitação de seu romance - inclusive como história oficial -, os meios pelos quais a obra foi divulgada, compreendendo o gosto literário de seu tempo bem como as ideologias e os projetos políticos e historiográficos que estavam em vigor na sociedade paranaense e, em larga escala, brasileira.

Dessa forma, percebendo a permeabilidade das ideologias e ativismos políticos que pairam na escrita de David Carneiro, entendendo o autor e sua obra como produções de um tempo, mais sociais do que individuais, podemos entender sua obra como expressão ou representação de uma forma de pensar o mundo. Não seria equívoco argumentar que a narrativa criada por David Carneiro sequer seria possível se não fosse o contexto favorável a essa produção. Mais que uma questão de escolha, para ser lido o intelectual precisava se adequar a uma série de exigências pré-estabelecidas pelo próprio meio social no qual estava inserido.

Ademais, temos que considerar um quadro onde os intelectuais paranaenses tentam se impor perante os centros intelectuais e culturais do país - São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais -, na tentativa de suprimir uma carência com relação a se ter intelectuais paranaenses que estivessem produzindo no Paraná. Podemos verificar essa dinâmica também com relação às áreas técnicas, ligadas a uma crescente industrialização do Paraná a partir da década de 1940, levando em conta que até 1939 a participação industrial do Paraná com relação ao Brasil foi a menor observada durante todo o século XX. (Bragueto, 1999, p. 150)

Em um estudo sobre Moysés Vellinho e Érico Veríssimo, romancistas sul-rio-grandenses que atuaram, especialmente, durante as décadas de 1930 e 1940, Mara Cristina de Matos Rodrigues identifica crescentes “estratégias de inserção dos intelectuais sul-rio-grandenses no âmbito da produção cultural que deviam levar em conta a ampliação do mercado editorial” que se operou no centro do país. Além disso, a autora enfatiza que, dado a expansão do mercado editorial, intelectuais sul-rio-grandenses aproveitaram o “cenário particularmente favorável à circulação de proposições romanescas e historiográficas [...] tornando-a mais palatável ao público que excedia o regional e não se restringia ao círculo erudito”. (Rodrigues, 2010, p. 993)

Podemos pensar o contexto paranaense e como a produção de David Carneiro durante a década de 1940, em especial *O Drama da Fazenda Fortaleza*, vão de encontro ao caso apresentado por Rodrigues (2010). Um intelectual, historiador, romancista da elite intelectual local se vê em um ambiente propício à circulação de ideias “romanescas e historiográficas”.

É bastante plausível realizar a conexão entre um quadro de crescente inserção de intelectuais e romancistas paranaenses no cenário nacional - ou perante o centro intelectual do país - com uma paulatina industrialização do Paraná e, também, o desenvolvimento do mercado editorial. Durante os anos de 1939 e 1945, observa-se o início das atividades da indústria papelreira na região dos Campos Gerais paranaenses com a construção da fábrica de papel Klabin. Em seus primeiros anos de funcionamento, a fábrica produzia papel do tipo imprensa para abastecer o mercado interno brasileiro, que até então importava 100% deste produto. (Fernandes, 1974) A significativa presença da indústria madeireira desde meados do XIX e da indústria papelreira que começa a se estabelecer na década de 1940, ambas utilizando a Araucária como recurso primário, refletem as transformações pelas quais passava o Paraná. Além disso, a produção de papel imprensa propiciou um ambiente local e nacional com maiores possibilidades editoriais³⁴.

Por meio desses mecanismos de circulação de ideias e levando em conta o ambiente propício de aceitação desse formato de discurso histórico é que obras como *O Drama da Fazenda Fortaleza* adquiriram certa notoriedade e alcance dentre os intelectuais paranaenses e, até mesmo, fora do Paraná. A literatura histórica criada

³⁴ Ver FERNANDES, 1974, WILLER, 1997.

por David Carneiro se mostrou uma ferramenta de difusão de discursos políticos e de ideologias políticas.

O Drama da Fazenda Fortaleza despertou interesse no meio cinematográfico. Seja devido a sua narrativa que remete aos marcos históricos da ocupação branca, seja pelo drama conjugal entre os personagens do romance, seja pela participação de David Carneiro também na indústria do cinema³⁵, o romance de Carneiro foi cogitado para se tornar uma produção hollywoodiana. Uma edição do jornal Diário da Tarde trazia uma manchete, intitulada “Uma notícia sensacional para as letras paranaenses” que saudava a obra da seguinte forma:

É a mais cabal e completo o sucesso do Drama da Fazenda Fortaleza, o primeiro romance histórico do Paraná e o qual conta, em suas páginas emocionantes, a vida desgraçada do Sargento-mór José Felix, um dos heróis bandeirantes do nosso Estado. O Drama da Fazenda Fortaleza que é uma vitoriosa edição do dr. Dicesar Plaisant e de autoria do eminente historiador David Carneiro seguiu ontem, com vários exemplares, de avião, para os Estados Unidos para atender a uma solicitação urgente de Hollywood. É que vai ser filmada a pavorosa tragédia conjugal de Castro, que o loiro relata, o que constitui uma formidável vitória das letras paranaenses.

Poucos meses após, outra manchete, intitulada “Uma notícia sensacional para as letras do Paraná: está no estúdio de Hollywood O Drama da Fazenda Fortaleza”, dessa vez no jornal O Dia, noticiou que David Carneiro havia passado por Hollywood, tendo ficado alguns dias na casa de um tal R. G. le Vaux e que aproveitou a ocasião para recomendar seu livro a seu hóspede. A resposta de le Vaux, que foi motivo dessa manchete, relatava que o mesmo havia considerado o romance perfeitamente adaptável ao cinema. Entendemos que o caso foi de mais expectativa que plausibilidade. O que não impediu que em terras paranaenses caso semelhante acontecesse.

No Paraná, a cineasta Berenice Mendes, que expressou sua consideração a David Carneiro em vários momentos - o principal deles no documentário de sua autoria intitulado Memória de David, produzido em 1988 - também se propôs a gravar um filme baseado no romance, 47 anos após a publicação do mesmo.

Em artigo de Aramis Millarch³⁶ de 12 de janeiro de 1988, o mesmo cobrava apoio de Celso Furtado, então ministro da Cultura, ao projeto cinematográfico de

³⁵ David Carneiro muitas vezes se declarou um defensor da cultura. Teve distinção na indústria do cinema chegando a ser dono do Cine Ópera, inaugurado em 1947 em Curitiba - Paraná.

³⁶ Pesquisador, jornalista e crítico de música curitibano. Millarch escreveu artigos sobre David Carneiro, os quais podem ser encontrados no tabloide digital: <https://www.millarch.org/>.

Berenice Mendes. Julgando ser um projeto milionário em termos de dólares naquele contexto, Millarch destacou que não haviam outras produções da mesma natureza ligadas ao Paraná.

Obviamente, um filme como "O Drama da Fazenda Fortaleza" é uma superprodução, já que envolve um mínimo de 25 personagens centrais e mais de 50 coadjuvantes, além de centenas de extras. O primeiro orçamento estipula um custo ao redor de US\$ 700 mil (o que é ínfimo, frente as produções internacionais, hoje com um mínimo de US\$ 10 milhões), mas é o que custou o filme "País dos Tenentes", de João Batista de Andrade. Para levantar recursos necessários, a Documenta Produções Cinematográficas, empresa de Berenice e suas associadas, Lu Ruffalo e Fernando Morini, terá que contar com o natural financiamento da Embrafilme e, no mínimo, mais 50 a 60% da iniciativa privada, através de recursos da Lei Sarney. Numa demonstração de organização, Berenice distribuiu já na segunda-feira, um excelente trabalho detalhando seu projeto: em formato 30 x 31, 16 páginas, ilustrações de Guinski, é exposta uma síntese do argumento, detalhes do orçamento, dados biográficos de Saint Hilaire, Berenice, David Carneiro e Valêncio Xavier, além de cronograma possível e elenco previsto.

Apesar de não terem se concretizado, tanto o projeto de Berenice Mendes quanto o projeto de Hollywood, bem como a presente pesquisa, demonstram que o romance foi e continua sendo lido, tendo atingido significativo alcance dentro do Paraná e fora do Estado, inclusive internacionalmente.

O prefácio de O Drama da Fazenda Fortaleza foi escrito pelo editor, Dicesar Plaisant, um renomado homem das letras curitibano. Era comum ao vocabulário dos anos de 1940 que os prefácios trouxessem uma série de elogios à cultura, ao intelecto, à distinção social e ao próprio caráter do autor do texto. No caso de O Drama da Fazenda Fortaleza, em meio às palavras de engrandecimento, é possível destacar algumas características atribuídas à Carneiro pelo seu editor, como por exemplo: "Uma implacável nobreza; Com um museu, alto testemunho de seu civismo, é um colecionador da saudade e glórias; Industrial com renome e com tradições as mais imputáveis; Dentro da sociedade do Paraná na qual indubitavelmente é o maior exemplo". Plaisant confessou, inclusive, que esperava "ganhar muita moeda" com a publicação do romance de David Carneiro. O editor já havia publicado O Paraná na Guerra do Paraguai, de David Carneiro, em 1940. (Carneiro, 1941, p. 5 - 6)

Nobre, industrial de renome, colecionador e dono de museu. Os adjetivos atribuídos ao historiador enunciam relações de poder, o status social e as posições de prestígio ocupadas por ele. Tinha, portanto, "renome". Era um museólogo e historiador respeitado no Paraná.

Após o prefácio de Plaisant, David Carneiro escreveu um pequeno texto introdutório que intitulou Explicação preliminar. Neste texto, Carneiro se preocupou em falar sobre o “caso” encontrado no “livro de Saint Hilaire”³⁷, publicado em 1851 em Paris e intitulado *Voyage dans les provinces de Saint-Paul et de Sainte-Catherine*. Em seguida, revelou o autor que julgou o “caso” de grande valor histórico, passando então a indagar sobre como esse achado o levou a planejar a escrita de um romance histórico.

David Carneiro revelou que havia planejado escrever o romance baseado no caso encontrado no livro de Saint Hilaire já na década anterior. O autor havia oferecido o caso naquele contexto para o amigo escritor e jornalista paulista Paulo Setúbal³⁸ o qual, segundo Carneiro, havia se interessado pela ideia de começar a escrever o romance. No entanto, o escritor Paulo Setúbal estava trabalhando em outro texto e o combinado foi, então, que o mesmo atenderia à demanda de David Carneiro assim que terminasse o ofício para o qual estava dedicado. Contudo, Carneiro revelou que, pouco depois, Paulo Setúbal foi vítima de uma enfermidade e faleceu, sem poder, portanto, sequer iniciar o projeto. A partir desses desdobramentos, acreditando ter em mãos um material que poderia resultar em um romance de sucesso, David Carneiro decidiu assumir a escrita por conta própria.

Tendo feito as considerações e justificativas iniciais, David Carneiro (1941, p. 7) passou a explicar o porquê da escrita de uma ficção e não de um trabalho historiográfico, o que nos leva a indagar sobre tal escolha já que o mesmo era um historiador, como dissemos, respeitado na capital paranaense e que, como o mesmo revelou em sua Explicação preliminar, ainda não tinha se arriscado a escrever romances. “Vivi pesquisando assuntos históricos, especialmente locais, procurando motivos escuros pelos esclarecer, no anseio de fazer que neles penetrasse a luz da verdadeira história. Entretanto, nunca deixei de ler romances [...]”.

Com esse posicionamento, David Carneiro (1941, p. 8) assumiu, em outras palavras, que escrever um romance seria um risco. Seria, para um historiador como ele, algo como pisar em um novo território. Seu gosto pelo romance o conduziu a

³⁷ Saint Hilaire foi um botânico e naturalista francês que viajou pelo Brasil no início do século XIX registrando suas experiências por onde passava. Os escritos de Saint Hilaire foram tomados por David Carneiro como a principal fonte histórica sobre o período, em particular os trechos onde menciona sua estadia na Fazenda Fortaleza, de propriedade de José Félix da Silva, no ano de 1820.

³⁸ Escritor e jornalista paulista que publicou romances e artigos em jornais chegando a ser eleito deputado estadual, cargo que renunciou após dois anos em virtude de doença respiratória. Faleceu em 1937 aos 44 anos.

“levar a termo o trabalho”. No entanto, enfatizou, “mais como historiador do que como romancista”.

A responsabilidade em escrever o que seria o primeiro romance histórico do Paraná, por um lado, ficou a cargo de um erudito, como vimos, respeitado nos meios intelectuais paranaenses. Por outro lado, o autor pareceu vacilar em assumir uma postura de romancista. Seu lado historiador resistiu. Mais que isso, predominou.

Ao justificar que produziu *O Drama da Fazenda Fortaleza* “mais como historiador do que como romancista”, ele colocou-se e conseqüentemente colocou o leitor em meio à um dilema: Quais elementos da história e da literatura foram apropriados por David Carneiro em *O Drama da Fazenda Fortaleza*? De que forma foram utilizados?

A reivindicação de David Carneiro ao publicar seu trabalho sob a alcunha de romance histórico não residiu somente no fato de se buscar ser o precursor em algo. Na verdade, talvez até tenha sido esse o objetivo, no entanto, entendemos que o gênero foi capaz de contemplar suas necessidades por completo e de maneira muito versátil. Ou seja, o gênero escolhido por Carneiro saciou tanto seu lado predominante, o do historiador, quanto seu lado menor, o do romancista, além de ter proporcionado um alcance considerável em termos de circularidade da obra.

No romance histórico, verdade e fantasia devem estar em perfeito equilíbrio, e foi o que procurei estabelecer na descrição deste drama sem saber si o consegui como esperava. Verdadeiros, aqui, são o enredo, são os personagens, [...], a psicologia dos atores dessa vida passada, que foi vida nos Campos Gerais do Paraná. Irreais ou imaginadas são as causas determinantes das ações, que puz na boca de José Felix e Dona Onistarda para justificar efeitos verdadeiros. Imaginados são os vazios preenchidos da forma como fiz, subordinando-me, entretanto, aos costumes da região e às tradições, colhidas no lugar, em diferentes épocas. (Carneiro, 2012, p. 8)

Carneiro colocou como sendo “verdade” basicamente os registros de Saint Hilaire. Foram, portanto, a fonte histórica que serviu como base para sua narrativa. É através desse movimento de mostrar os documentos históricos ao leitor que David Carneiro conseguiu fazer com que se “penetrasse a luz da verdadeira história” em uma narrativa ficcional. A sua criatividade enquanto escritor de um romance, ou seja, toda a parte ficcional da obra, foi colocada por David Carneiro como sendo as ações e diálogos dos personagens em sua trama. Em sua argumentação, a parcela de ficção de sua obra é justamente um preenchimento de vazios ou lacunas que a fonte histórica - o livro de Hilaire - apresentou.

Julgamos necessárias tais observações para compreender as jogadas narrativas que o romance histórico permite. David Carneiro criou uma narrativa ficcional, por um lado. Por outro lado, criou também uma narrativa histórica que não apenas possui propriedades e elementos capazes de remeter a uma ideia de verdade, mas que acaba por mitigar as propriedades ficcionais dessa mesma narrativa.

Objetivando criar condições de análise e problematização das intencionalidades de David Carneiro referentes à escrita de seu romance histórico, faz-se necessário desprender atenção a alguns aspectos da narrativa histórico-ficcional de *O Drama da Fazenda Fortaleza* (1941), mesmo que de forma superficial.

Ambientada nos Campos Gerais do início do século XIX, em especial na Vila de Castro e na Fazenda Fortaleza, a trama de *O Drama da Fazenda Fortaleza* nos remete a uma comunidade patriarcal de constantes tensões, com a presença de escravizados e vigilância constante contra a ameaça de ataques de Kaingangs.

Dentre os personagens da trama podemos destacar três deles como sendo os protagonistas. José Felix da Silva, proprietário da Fazenda Fortaleza, foi recompensado por meio de sesmaria com um latifúndio na região dos Campos Gerais Paranaenses entre o fim do século XVIII e início do século XIX por empreender batalhas contra grupos indígenas, expulsando-os, estabelecendo assim sua fazenda. Onistarda Maria do Rosário, esposa de José Felix da Silva, teria tentado assassinar seu esposo, mas a tentativa foi frustrada e se reverteu em uma punição: Onistarda passou décadas trancada em uma prisão dentro de sua própria residência, na Fazenda Fortaleza. Por fim, o Padre Pompeu. O padre da Vila de Castro de 1820. Personagem que funciona como intermediário da relação, também age como um investigador que busca solucionar o conflito.

A trama desenvolvida em *O Drama da Fazenda Fortaleza* nos permite imaginar um ambiente constantemente abatido por lutas entre brancos e indígenas na região, tendo como central a capacidade de José Felix da Silva em resolver as tensões, quase sempre por meio da violência.

Figura 7 – Capa de *O drama da Fazenda Fortaleza* (1941).



Fonte: Acervo particular do autor.

É curioso perceber que, ao contrário do que defende David Carneiro em sua Explicação preliminar, a fonte utilizada pelo historiador pouco revela sobre o contexto que o mesmo reproduziu no romance.

A passagem de Saint Hilaire pela Fazenda Fortaleza, que é tomada por David Carneiro como fato histórico incontornável, ou seja, a “verdadeira história”, se resume a umas poucas páginas onde encontram-se, sumariamente, descritas características do meio ambiente, da própria Fazenda Fortaleza, a presença de trabalho escravo, muito pouco sobre a personalidade dos sujeitos citados e algumas boas linhas de reclamações sobre mosquitos e insetos. Cabe, no entanto, observar o que nos diz Hilaire em seus escritos, pois essas eram as informações que estavam disponíveis a David Carneiro. Configuravam, dessa forma, o limite da pesquisa histórica naquele momento, dentro da concepção de história de David Carneiro. Foram justamente as

lacunas deixadas por essa documentação que moveram o autor a arriscar no campo da ficção.

A relação conturbada entre o latifundiário José Felix da Silva e sua esposa Onistarda Maria do Rosário foi registrada por Saint Hilaire de maneira rápida, porém com certo destaque. O botânico francês revelou nunca ter presenciado semelhante conflito.

Esse homem casara com uma mulher pobre; e, como a tratasse com extrema severidade, concebeu ela o projeto de desembaraçar-se do marido, mandando assassiná-lo. Com esse desígnio, assalariou alguns facinoras que o atacaram numa emboscada; ele, porém defendeu-se bravamente e conseguiu escapar. Entretanto, perdera na luta todos os dedos de uma das mãos, recebera ferimentos graves na outra e, finalmente, ficara coxo em consequência das pancadas recebidas nos pés. Todos sabiam ter sido a mulher a mandante do crime. Ela foi presa, mas o marido conseguiu libertá-la, graças a instantes pedidos. Havia já muitos anos, por ocasião de minha viagem, que ele a retinha em sua fazenda, de onde nunca mais saíra. (Saint Hilaire, 1820, p. 59)

Saint Hilaire, ainda em seus escritos, relatou que o nome da fazenda não fora dado a esmo e em vão. Ela teria sido literalmente uma fortaleza contra grupos indígenas que ocupavam boa parte da extensão do Rio Tibagi. Segundo o botânico,

O Sr. José Félix da Silva foi o criador de sua fazenda. Ele estabeleceu-se em fortaleza no começo do século [XIX]; esse lugar era então frequentado somente pelos selvagens, aos quais se referiam com sentimento de terror; mas depois dessa época, muitos colonos se fixaram nos arredores, alentados pelo corajoso exemplo do primeiro desbravador e seguros de que seriam protegidos contra os índios por um homem poderoso, senhor de muitos escravos. (Saint Hilaire, 1820, p. 60)

Existem outros documentos que revelam mais detalhes, em especial sobre a Fazenda Fortaleza e sobre seu proprietário, Felix da Silva. É possível encontrar informações sobre as incursões de Félix da Silva também nos escritos de John Henry Elliot³⁹ que afirmou que “os campos do Indonho, ou de Santa Bárbara, a vinte e sete léguas a noroeste de Castro, foram descobertos pelo tenente-coronel José Felix da Silva, dono da Fazenda Fortaleza”. (Elliot, 1848, p.157)

As construções fortificadas desde período, assim como as expedições de caráter militar, segundo Lúcio Tadeu Mota (1996, p. 195), “foram ações dos governos

³⁹ Topógrafo, cartógrafo e desenhista norte-americano que esteve em Tibagi na década de 1840 para realizar serviços de topografia.

e das populações brancas, europeias ou nativas, na conquista dos territórios indígenas do vale Tibagi”.

Além disso, José Félix da Silva teria sido um afortunado proprietário de terras que conseguiu prestígio explorando e conquistando a região próxima ao Rio Tibagi. Em seus estudos, Mota pontuou que

Em 1794, Antônio Machado Ribeiro (Capitão de mato do Sargento Mor José Felix da Silva) atravessou o rio Tibagi, acima do rio Iapó, e ocupou o lugar onde seria a cidade de Tibagi, no coração dos territórios Kaingang. Em 1812, o próprio José Felix da Silva comandou uma Expedição Militar ao Tibagi. Foi dada a José Felix da Silva a patente de tenente-coronel de Milícias para que ele comandasse, as suas custas, uma expedição para descobrir o que houvesse no Tibagi. José Felix entrou com uma companhia de aventureiros pelo Tibagi e descobriu diamantes nesse rio. (Mota, 1997, p. 196)

Por mais reveladoras que as fontes sejam a respeito de alguns sujeitos e eventos históricos, elas não conseguem reconstruir o passado tal qual ele foi. David Carneiro, se mostrando um intelectual preocupado em construir marcos históricos para o Paraná e, mais particularmente, para os Campos Gerais Paranaenses, idealizou eventos e carregou os personagens de um heroísmo desbravador. Carneiro buscou desenvolver um trabalho preocupado com a construção de uma identidade regional paranaense. As lacunas, deixadas pelas fontes, foram encaradas, de certa forma, como um impedimento dentro da escrita de história mais descritiva, o que moveu, de certa forma, o autor a recorrer aos elementos da narrativa literária para preencher esses vazios.

David Carneiro encontrou no romance histórico uma possibilidade de complementação da sua imaginação histórica, limitada, talvez, pela ausência de fontes históricas consideradas legítimas naquele contexto.

Pedro do Rosário Neto (1990) desenvolveu uma problemática interessante ao analisar diferentes formas de representações presentes em três fontes e centradas na vida e morte de José Felix da Silva. São elas um quadro do pintor Theodor de Bonna, de 1937, o relato de Saint Hilaire, de 1820, e o Drama da Fazenda Fortaleza, de David Carneiro, de 1941.

Ao se debruçar sobre as representações presentes no romance, Rosário Neto traçou um paralelo entre o personagem do padre Pompeu, investigador e imparcial em suas tentativas de resolver os problemas entre José Felix da Silva e Onitarda Maria do Rosário, com o próprio autor, David Carneiro. Ora, como vimos, investigação e

imparcialidade são características muito caras na obra de David Carneiro. Não esqueçamos que, mesmo se tratando de um romance, Carneiro não abriu mão de sua “busca pela luz da verdadeira história”.

Para Rosário Neto, David Carneiro demonstrou se encontrar em um dilema ao tentar construir uma narrativa histórica em torno do drama conjugal. As fontes não seriam suficientes e sem as fontes um historiador “plutarquiano”, que praticava um modelo quase biográfico de história, dedicado à objetividade do ofício e a constante busca pela verdade, fica impedido de resolver qualquer problema histórico. Rosário Neto enxerga no personagem do padre Pompeu as frustrações do historiador David Carneiro, argumentando que:

[...] na medida em que não dispunha de dados em quantidade e qualidade suficientes para construir uma representação histórica inteligível e aceitável do passado, o autor preferiu construir uma representação literária do passado historicamente plausível. (Rosário Neto, 1990, p. 116)

Em sua “tentativa de plausibilidade”, continua Neto, “o autor explicita no decorrer de todo o romance, através de notas, os limites entre a realidade e a ficção”. (Rosário Neto, 1990, p. 116) Limites estes que acabam desaparecendo na totalidade da obra. Como já mencionamos, a narrativa acaba por se tornar mais histórica que literária.

Colocamos como essencial perceber a escrita de David Carneiro no que Neto chama de “jogo de representações”. Ou seja, os esforços de Carneiro no sentido de produzir uma narrativa inteligível sobre o passado dos Campos Gerais Paranaenses revelando, assim, uma forma de representação, uma interpretação particular mas que, para além de sua singularidade, possui elementos que caracterizam a escrita histórica praticada e defendida por David Carneiro.

Poderíamos dizer da história do Paraná, que nada lhe falta de motivos: a epopéia, nos heróicos feitos de seus bandeirantes, que para o Brasil conquistaram o Rio Grande, como da lendária Lapa, que salvou a República. (Carneiro, 1941, p. 260 - 261)

A esse jogo narrativo soma-se a autoridade de “historiador de renome” da qual David Carneiro dispunha. O resultado é a criação de uma narrativa mais histórica que ficcional e com forte poder de coerção. Tal narrativa se torna relevante do ponto de vista da pesquisa histórica atual por revelar um discurso impregnado por

intencionalidades, ideologias e ativismo político e que muito contrasta com as ideias de isenção e imparcialidade pregadas pelo historiador.

A fonte histórica jamais foi problematizada por Carneiro. O escritor entendeu os escritos deixados por Saint Hilaire como registros fiéis do que o botânico teria experimentado durante sua viagem pelos Campos Gerais Paranaenses, o que revela um dos aspectos de sua escrita - a confiança na objetividade do documento -. David Carneiro colocou durante toda a extensão de *O Drama da Fazenda Fortaleza*, notas de rodapé, informando o leitor sobre a documentação utilizada bem como em qual parte do texto encontram-se os referenciais históricos, ou seja, “a verdade”. De forma plenamente intencional, David Carneiro testou os limites entre real e imaginado.

No entanto, “preencher os vazios da história” não foi o único objetivo de David Carneiro ao se arriscar na escrita de um romance histórico. É importante ressaltar que as escolhas de David Carneiro no que se refere ao estilo literário e ao modelo de história praticado não foram feitas de forma inocente. Carneiro era um intelectual ativo, suas ideias circulavam em especial na capital paranaense. Pode-se afirmar que existia toda uma estrutura de pensamento social vigente, tendências literárias e um próprio gosto por uma leitura com determinadas características por parte do público.

Nos parece claro que *O Drama da Fazenda Fortaleza* foi publicado em consonância com outras publicações textuais do seu contexto, revelando assim um padrão de pensamento social vigente na primeira metade do século XX que trazia como central a preocupação com a formação de uma identidade regional paranaense, dentro de um projeto nacional liberal, republicano e influenciado, em grande medida, pelo positivismo de Auguste Comte. No entanto, na tentativa de rastrear o modelo de romance presente na ficção de David Carneiro, notamos que seu estilo literário, ao contrário de ser único ou dominante, disputava com outros daquele contexto e mais que isso, seu estilo literário apresentou características de uma e de outra corrente literária.

Ao pesquisar sobre o romance dos anos 1930, Camargo (2001, p. 29 - 30) problematiza uma tendência que se tem ao se estudar sobre a literatura desse recorte. Segundo o autor, os estudos sobre essa temática geralmente identificam o embate entre duas tendências ou correntes literárias, sendo a primeira corrente a “via modernista” e a segunda, descrita como uma “segunda via” seria “[...] a regionalista, em que o homem aparece em conflito ou tragado pela terra, e a psicológica ou de

análise de costumes, em que o homem está diante de si mesmo ou de outros homens”. (Camargo, 2001, p. 30)

As maiores preocupações da “segunda via” seriam, para Camargo (2001, p. 32), “aproximar a ficção da realidade nacional”. No entanto, conforme defende o pesquisador, entender essas correntes como antagônicas e com características próprias e inconciliáveis pode resultar em uma simplificação das abordagens.

Por mais que haja uma tendência em considerar David Carneiro como um escritor regionalista, a corrente regionalista, contraditoriamente, se mostrou ligada ao movimento modernista e este teria tecido críticas ao um modelo de literatura laudatória de Carneiro e às instituições de letras, como a ABL e as academias regionais. Nesse sentido, é possível apreender o movimento modernista - ou os movimentos modernistas - a partir de um lugar intermediário entre a produção de narrativas históricas “ensaístas”⁴⁰ e novas perspectivas teórico metodológicas da história, que acompanharam a institucionalização das Ciências Sociais nas universidades⁴¹.

Rastreando as referências literárias da ficção de David Carneiro chegamos à figura de Paulo Setúbal, eminente escritor paulista de romances históricos.

Admirador do trabalho de Paulo Setúbal, Carneiro, ainda no prefácio de O drama da Fazenda Fortaleza, revela que o motivo que o levou a se arriscar na escrita de seu primeiro romance histórico foi a impossibilidade de Setúbal em assumir o empreendimento. Cabe, portanto, lançarmos luz brevemente na figura de Paulo Setúbal para entendermos de onde vem o romance histórico de David Carneiro.

Paulo Setúbal (1893 - 1937) faleceu jovem de tuberculose, com 44 anos. O que não o impediu de desenvolver considerável produção literária. Formado em Direito pela Faculdade do Largo de São Francisco, se viu afortunado quando se casou com Francisca de Souza Aranha, herdeira de família abastada de São Paulo. Dedicou-se desde cedo à vida literária, sua produção de romances históricos ocorreu entre 1925 e 1937.

Ligado ao jornal Estado de São Paulo e a Monteiro Lobato, tornou-se também deputado estadual pelo Partido Republicano Paulista.

⁴⁰ Termo utilizado, em especial, por Sérgio Buarque de Holanda em *O pensamento histórico no Brasil nos últimos 50 anos*, (1951), onde o historiador separa a história ensaísta, característica de historiadores anteriores à institucionalização e profissionalização da história enquanto disciplina acadêmica, da história institucionalizada e das “novas formas” de fazer história.

⁴¹ Nesse sentido, ver SANCHES, 2002.

A respeito de suas obras de romance histórico adquiriu repercussão nacional, sinal disso é sua eleição para tomar posse de uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, em 1935.

Segundo Gomes (2019), Setúbal foi convidado por Monteiro Lobato e por Octalles Marcondes Ferreira a produzir história voltada a um público mais amplo. Para isso seria necessário um “historiador poderoso, incisivo, novo, audaz e real com objetivo de lançar mais livros que falassem do Brasil, não de forma didática, mas ao estilo de crônica ou do romance” (Vitor, 1976, p. 12 *apud*. Gomes, 2019, p. 92)

Na interpretação de Gomes (2019), romances históricos de Setúbal, como por exemplo *A Marquesa de Santos* (1925), foram obras encomendadas e que serviram a interesses políticos claros, em especial a divulgação de narrativas históricas sobre o Brasil ao maior número de leitores possível.

Dessa forma, e como já colocado anteriormente, interpretamos a escolha de David Carneiro pelo romance histórico pelo seu poder de alcance muito maior que uma pesquisa histórica, de teor mais “científico”, naquele contexto. Dessa forma, apoiado em sua autoridade de historiador, mesmo a narrativa ficcional acaba por cumprir o papel que se esperava da histórica naquela conjuntura: a de ensinar a História do Brasil - e de suas regiões -, contribuindo assim com a formação nacional.

As três obras analisadas neste capítulo, *História da história do Paraná* (1952), *História psicológica do Paraná*, (1944) e *O drama da Fazenda Fortaleza* (1941), revelaram aspectos fundamentais para melhor compreensão da escrita histórica praticada por David Carneiro. Carneiro acreditava ser por meio do passado que o paranaense iria atingir maior grau de ilustração e letramento, o que levaria, conseqüentemente, o paranaense a desenvolver “paixão” pela história do Paraná. Sem esse ímpeto regionalista, o paranaense estaria, dentro dessa visão, condicionado a ser ofuscado por personagens de outros estados brasileiros, e o Paraná a desempenhar papel de coadjuvante na formação nacional.

Mobilizando seu repertório filosófico e metodológico, recorrendo à literatura em vista de maior amplitude na circularidade de suas ideias, David Carneiro produziu narrativas regionalistas que expressam não somente a percepção do historiador sobre variados temas, mas também um ativismo político que o alavancou à posição de historiador paranista, sendo associado a outros historiadores daquele contexto e, como dissemos anteriormente, ao Movimento Paranista.

Toda essa dinâmica de circulação de ideias não se daria sem o empenho pessoal do historiador em se fazer conhecer no meio das letras paranaenses. Machado (2012) concluiu que David Carneiro teve maior ou menor circularidade e protagonismo de acordo com contextos históricos que demandaram mais ou menos produção e divulgação de ideias regionalistas, de criação de símbolos paranistas e de desenvolvimento de narrativas históricas sobre o Paraná.

Dessa forma, elencamos, no capítulo que segue, situações onde essa tendência pode ser observada, visando, principalmente, observar a movimentação do historiador nos ambientes intelectuais brasileiros e as estratégias de inserção do mesmo nas dinâmicas de produção e divulgação de suas obras.

3 UM HISTORIADOR DO SÉCULO XX

Como vimos, a posição adotada por David Carneiro foi de reafirmar sua concepção de história e de se afastar dos referenciais teóricos e metodológicos emergentes, em especial nos ambientes acadêmicos. Se, por um lado, houve uma defesa institucional por parte de alguns intelectuais brasileiros, que traziam novas epistemologias a partir do que consideravam práticas e métodos “modernos” de escrita de história, com leituras marxistas e referenciais metodológicos construídos a partir do contato com nomes como March Bloch e Fernand Braudel, além da troca de experiências com historiadores, em especial dos relacionados com os *Annales*, por outro lado houve intelectuais, como David Carneiro, que mantiveram-se fiéis à concepções de história que remetem ao século XIX.

No entanto, ao contrário de se abster dos tensionamentos metodológicos que se deram e que acompanham o processo de institucionalização da história em disciplinas acadêmicas no Brasil, em especial entre as décadas de 1950 e 1970, David Carneiro se inseriu no debate local, reafirmando enfaticamente o que era história, em sua concepção, e quem eram os historiadores paranaenses.

Vimos, também, que a institucionalização da história como disciplina nas universidades formou historiadores e historiadoras que, em contato com “novas” epistemologias, direcionaram duras críticas às formas de escrita de história de orientação liberal-positivista cujas características já foram colocadas anteriormente.

Essa dinâmica de tensionamento metodológico no ofício transformou profundamente as concepções de história profissional e de lugares de legitimidade para a produção da história. Se, para historiadores da geração de David Carneiro, a história legítima era aquela produzida por homens eruditos preocupados com a identidade paranaense, com seus mitos de origem e produzida a partir de suas academias e instituições de letras, para historiadores e historiadoras acadêmicos a história profissional teria que vir da universidade e a partir de leituras mais críticas e concepções menos conservadoras.

A inserção de David Carneiro nessas questões fica evidente em sua escrita, em especial em *História da história do Paraná* (1952), conforme mostramos no capítulo anterior. Machado (2012, p. 131 - 138), por sua vez, apontou como evidência de como esse tensionamento metodológico chegou à David Carneiro problematizando

a não participação do historiador no Departamento de História da Universidade do Paraná - Universidade Federal do Paraná após 1950 -.

Para Machado (2012, p. 111), mesmo David Carneiro tendo participado como professor em cursos universitários dentro e fora do Brasil, a ausência de vínculo entre ele e o Departamento de História da UFPR seria indicativo de “perspectivas distintas de relações com o passado, de compreensão e escrita da história” entre Carneiro e o departamento mencionado.

Este seria um momento onde a autoridade de David Carneiro, pelo menos enquanto historiador, foi colocada em questão. Seria um indicativo de que o historiador, em determinados contextos, perdeu prestígio ou teve sua atividade intelectual reduzida, de uma forma ou outra, se colocado em contraposição com as novas perspectivas epistemológicas emergentes e os novos lugares de produção de história.

Uma das conclusões apontadas por Machado (2012) foi no sentido de entender que a figura de David Carneiro foi hora mais, hora menos evocada dependendo dos contextos político-culturais no Paraná. Para ela, o historiador adquiriu mais notoriedade e relevância em momentos históricos específicos, que demandaram por expressões - textos históricos, textos literários, projetos culturais, criação de acervos, etc. - de teor memorialista, cujas narrativas construídas remetesse a um passado heroico, com objetivo claro de criar uma certa persuasão com relação ao reconhecimento dessa memória. Basta notar que Machado iniciou seu trabalho a partir da repercussão da morte de David Carneiro, indicando, já de forma introdutória, um desses momentos em que o nome do historiador teria circulado de forma mais expressiva na capital paranaense.

Por outro lado, as tabelas desenvolvidas por Machado (2012, p. 153 - 166) sobre as publicações de livros, em periódicos e revistas, de autoria de David Carneiro, mostram que o historiador não parou de produzir, mas, ao contrário, manteve ativamente suas publicações até os últimos anos de sua vida, no final da década de 1980.

Um ponto digno de nota refere-se à circulação das obras de Carneiro em termos quantitativos, o que representaria também o alcance efetivo dessas obras entre os leitores dentro e fora do Paraná. Por mais que seja difícil - senão impossível - precisar a tiragem das obras elencadas nesta pesquisa, nenhuma delas teve

reedições, o que sugere que o historiador foi timidamente lido, ao menos a nível nacional.

A respeito da concepção de história de David Carneiro, mesmo criticado por historiadores acadêmicos, o historiador permaneceu produzindo durante praticamente todo o século XX, mantendo, de forma geral, suas convicções e sua maneira de escrever história, expressando-as sempre que necessário.

Se a participação de David Carneiro no Departamento de História da UFPR foi nula, por outro lado o historiador participou de forma central em muitos outros ambientes de produção intelectual, dentro e fora do Paraná. Cabe ressaltar que o historiador teve obras de história publicadas pela Editora da Universidade Federal do Paraná, como nos mostrou Machado (2012, p. 156).

Conhecidos em certos ambientes, criticado em outros, os textos de David Carneiro chegaram à academia tanto como objeto de análises críticas quanto como fonte de informações, o que mostra que, por mais que o intelectual não esteja entre os mais lidos e debatidos, sua produção ainda suscita questões e problemas.

Com isso, entendemos como fundamental apresentar e debater alguns momentos onde Carneiro participou de forma central em debates ou instituições, discutindo as contradições e, finalmente, jogando luz aos anos derradeiros da vida de David Carneiro e sobre o que foi feito com seu patrimônio.

3.1 MOMENTOS DE PROJEÇÃO

David Carneiro foi um herdeiro de industriais da erva-mate e de uma “família tradicional” de Curitiba, como apontou Oliveira (2000). Entendemos que o status de historiador respeitado e sua integração no ambiente intelectual da capital paranaense se deu, em grande medida, devido a essa herança. Aproveitando o privilégio de ocupar esse lugar, produziu consideravelmente e se mobilizou nos variados ambientes intelectuais.

Como já colocamos, os profissionais liberais eruditos que propuseram ser historiadores nas décadas anteriores ao processo de institucionalização da história como disciplina nas universidades, produziam a partir de institutos e academias de letras, geralmente fundadas por eles próprios e que se constituíram como instituições responsáveis por oferecer as condições necessárias de produção de pesquisas de história.

David Carneiro participou ativamente de algumas dessas instituições com publicações ou ocupando cargos importantes. Uma das principais delas foi, sem dúvidas, o Centro de Letras do Paraná (CLP). Fundado por Euclides Bandeira e “outros intelectuais de seu tempo”, como Romário Martins e Emiliano Pernetta, em 1912, em meio a um contexto de embates entre o clero católico e intelectuais anticlericais nos periódicos da capital paranaense, a instituição pretendia, conforme pontuou seu fundador Euclides Bandeira, “[...] abrir espaço aos escritores e intelectuais menores e com temáticas variadas. [...] um programa de preservação da produção cultural paranaense em seu todo”. (Bandeira, 1921:5, *apud*. Myskiw, 2008, p. 11)

Carneiro produziu considerável número de artigos e prefácios para o CLP entre os anos de 1946 e 1980 (Machado, 2012, p. 159). Entre 1952 e 1954 atuou como diretor da instituição, mesmo período em que publicou História da história do Paraná. A publicação fez parte de um edital do CLP para produção de textos de história do Paraná em virtude das comemorações do Centenário da Emancipação.

O Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense foi outra instituição onde Carneiro atuou, tendo publicado vários artigos entre os anos de 1926 e 1978. (Machado, 2012, p. 160) Fundado em 1900 a partir do “florescimento de uma geração”, conforme colocou Saad (2019, p. 96), cujos principais envolvidos foram Rocha Pombo, Romário Martins, Ermelino de Leão, Moisés Marcondes e Francisco Negrão, o instituto constituiu um ambiente de convergência entre os letrados paranaenses que produziam textos ou realizavam pesquisas relacionadas à história do Paraná.

David Carneiro foi convidado para se tornar membro do instituto, no entanto, apenas em 1983 (Machado, 2012, p. 123).

Em 1982, David Carneiro foi convidado a tomar posse da cadeira número 54 da Academia Brasileira de História (ABH). Momento quando o historiador, durante seu discurso de posse, reclamou não fazer parte do “pequeno mundo intelectual”, conforme apontou Machado (2012, p. 122 - 123).

David Carneiro foi convidado a participar da Academia Paranaense de Letras (APL) em 1982 e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1983. Esses convites teriam vindo de forma tardia na visão do próprio David Carneiro, o que representaria uma certa frustração por parte do escritor com relação a uma ausência de reconhecimento de sua produção.

O autor, que, em 1982, diz não ter se inserido no pequeno mundo intelectual, foi convidado a ser membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) apenas em 1983. Na solenidade, fez questão de lembrar que entrava quarenta anos após a promessa de ingresso que Max Fleiuss havia lhe feito. (Machado, 2012, p. 123)

Por meio de uma nota de rodapé, Machado (2012, p. 123) notou que Cecília Westphalen também foi homenageada na mesma ocasião que David Carneiro, o que, para Machado, ajuda a explicar um certo descontentamento do historiador pelo que seria um reconhecimento tardio, em sua visão, já que Westphalen pertencia a gerações posteriores a sua.

Além das instituições, os periódicos configuraram local privilegiado de divulgação de ideias e textos pelo historiador. Carneiro publicou centenas de artigos nos jornais locais, em especial Gazeta do Povo, O Dia e Diário da Tarde, onde divulgava palestras, pesquisas e aulas particulares de Filosofia Positiva. Como argumentamos anteriormente, David Carneiro era um grande divulgador de suas próprias ideias.

Por mais que estejamos concentrados na trajetória de David Carneiro como historiador, é oportuno lembrar que, para além dessa ocupação, nosso investigado também atuou ativamente como industrial da erva-mate, professor universitário de economia e como um sujeito que se colocou como defensor da cultura, tendo sido dono de cinema e de museu em Curitiba.

Em Julho de 1976, em decorrência da venda dos edifícios onde estavam instalados dois cinemas de propriedade de David Carneiro, um artigo de Aramis Millarch expressou suas preocupações não somente com o destino das salas de cinema, mas com todo o ambiente cultural curitibano:

No ano passado, Hussein adquiriu do professor David Carneiro, por Cr\$ 16 milhões, os edifícios Heloisa e Carlos Monteiro, na Avenida Luiz Xavier e Largo Frederico Faria de Oliveira, respectivamente. Os principais inquilinos destes prédios são os dois tradicionais cinemas - que, naturalmente, não podem deixar de funcionar na brevidade de tempo que o novo proprietário deseja.

[...] Como o cine Avenida também está com os dias contados o Bamerindus adquiriu o Palácio Avenida e deu um prazo final para que os comerciantes que alugavam as lojas térreas desocupem os seus pontos - em breve a antiga "Cinelândia" curitibana só terá lojas comerciais. Pois, até os cafés também estão desaparecendo - tornando mais desértico o território da hoje temida "Boca Maldita".

Cabe destacar que David Carneiro trabalhou em outras instituições de memória além do museu que administrava na capital paranaense e daquelas instituições de letrados já mencionadas.

Ainda na década de 1930, Carneiro foi designado para liderar a Superintendência do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) da região Sul do país. Ajudou na listagem de patrimônios históricos do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, desenvolveu e liderou trabalhos de restauração. Na década de 1940, Carneiro idealizou o Pantheon dos Heróis da Lapa e inaugurou o Museu Histórico da Lapa.

Conforme colocou Machado (2012, p. 44 - 47), O Movimento Paranista configurou outra das marcas da atuação intelectual de David Carneiro. Trata-se da reunião de escritores e artistas paranaenses, a partir da década de 1920, cujos objetivos eram produzir narrativas e obras sobre o Paraná, evidenciando símbolos e características culturais consideradas particulares. David Carneiro é comumente colocado como um historiador ligado ao movimento, tanto pela mobilização temática quanto por sua concepção de história e literatura que muito se aproximam dos ideais do movimento. A figura de Romário Martins, central no movimento, será colocada por Carneiro, não raras vezes, como um exemplo de historiador, tanto por sua atuação nos ambientes intelectuais quanto pelos valores “paranistas”.

David Carneiro assumiu posições de poder e autoridade, se relacionando com outros intelectuais e revelando que, mesmo se tratando de um intelectual local que não se consolidou como um cânone, sua trajetória e atuação suscitam indagações e análises críticas, não somente nas áreas de história e literatura, mas em outros campos do saber, como museologia, antropologia, cinema e projetos culturais, economia, etc..

3.2 MORRE O HISTORIADOR, PERDE-SE A MEMÓRIA

A “repercussão post-mortem” sobre David Carneiro nos jornais curitibanos, conforme nos mostrou Machado (2012), foi significativa em especial nos jornais locais de grande circulação.

Alguns periódicos expressaram preocupação com o patrimônio de David Carneiro. Um artigo de Aramis Millarch para o jornal Estado do Paraná perguntava “Qual será o destino de sua biblioteca?”

Atentando para o fato de que David Carneiro deixou “uma obra imensa”, o colunista demonstrou preocupação com o destino da biblioteca.

Com a morte do professor David Carneiro, foi sepultado também o último dos historiadores de uma geração de paranaenses que, sem formação acadêmica em História, mas com o maior amor, entusiasmo e dedicação deram uma imensa contribuição ao nosso Estado. Com Romário Martins, Francisco Negrão, Júlio Moreira e alguns outros homens que praticamente dedicaram sua vida à História [...].

[...] fica também a angústia de saber qual o destino que se dará não só ao Museu, mas também a sua biblioteca - ameaçada de, confiscada por frios e ignorantes burocratas do Banco do Brasil, ser desperdiçada e destruída no porão fétido de alguma repartição pública. O Paraná - e o professor Carneiro - não merecem isto!

O destino do Museu David Carneiro, referência na capital do Paraná enquanto seu dono viveu, também provocou incertezas.

Inaugurado em 1927 na própria residência de David Carneiro, o Museu Cel. David Carneiro, como se chamava de início, levou seu nome em homenagem ao pai de David Carneiro que auxiliou na aquisição de peças para o acervo na Europa. O museu foi inaugurado no mesmo ano do falecimento de seu pai.

O empreendimento sempre foi particular e por diversas vezes David Carneiro tentou conseguir ajuda do Estado mas sem muito sucesso.

[...] ninguém se interessa em assumir os encargos que a preservação da memória nacional ou local exigem [...]. Para mim, manter o museu é algo onerosíssimo. Nunca tive, realmente, ajuda do governo, seja federal, estadual ou municipal, a não ser no período de Ivo Arzua como prefeito de Curitiba. Ele nunca me cobrou imposto, me deu isenção. (Machado, 2012, p. 91)

Em uma publicação de Abril de 1978, Millarch expressou as tentativas frustradas de David Carneiro em conseguir apoio financeiro para a administração do seu museu:

O historiador David Carneiro, cansado pelo alto custo que sai a manutenção de seu museu da História do Paraná, especialmente com peças do cerco da Lapa, nos fundos de sua mansão na Rua Brigadeiro Franco, também, há 7 anos, chegou a propor à Fundação Cultural, a sua incorporação àquela instituição. Se pensou como local ideal as antigas instalações do Quartel General, na Rua Presidente Carlos Cavalcanti, um casarão que foi do Barão do Cerro Azul, Ildefonso Pereira Correia (1848-1894). Nenhum outro local poderia ser mais apropriado. Houve reuniões, discutiu-se muito e, como sempre, a alegação foi falta de recursos. Hoje o assunto está praticamente superado e o professor David Carneiro teme entregar o precioso acervo, sem ter a necessária garantia de que o mesmo não será destruído por falta dos cuidados necessários.

Fotografia 1 – Terreno de propriedade de David Carneiro onde estava localizada sua residência e o Museu David Carneiro, na rua Comendador Araújo com a rua Brigadeiro Franco.



Fonte: Acervo de Paulo José da Costa - Livraria Fígaro.

O acervo, que continha mais de 5000 peças, era composto por quadros, esculturas, instrumentos musicais, toda sorte de utensílios, ferramentas e armamentos, documentação, entre outros, chegando a competir, no bom sentido do termo, com o Museu Paranaense. No decorrer dos anos, o museu passou a se chamar Museu David Carneiro, tendo sido retirado o cel. de seu nome⁴².

⁴² Inserimos imagens de nosso acervo e de outros para melhor ilustrar o que aconteceu com o Museu David Carneiro após o falecimento de seu dono e fundador.

Fotografia 2 – Interior do Museu David Carneiro.



Fonte: Acervo de Paulo José da Costa - Livraria Fígaro.

Fotografia 3 – Interior do Museu David Carneiro.



Fonte: Acervo de Paulo José da Costa - Livraria Fígaro.

Fotografia 4 – Interior do Museu David Carneiro.



Fonte: Acervo de Paulo José da Costa - Livraria Fígaro.

Para além da análise desenvolvida por Machado (2012) que trouxe importantes informações sobre a história do museu além de uma análise sobre o que era exposto por David Carneiro neste ambiente e de sua utilização como meio de divulgação de suas ideias, considerando que Carneiro lecionava seus cursos de positivismo nesta instituição, propomos debater aqui, com mais ênfase, os momentos finais da vida do museu, que acompanha a vida do próprio David Carneiro.

Imediatamente após o falecimento de David Carneiro, em 1990, parte do Museu David Carneiro foi colocado em leilão, assim como as obras de sua biblioteca. Colecionadores de todo o país se mobilizaram na esperança de conseguir um exemplar ou uma peça histórica rara.

O que sobrou do acervo foi comprado pelo Estado e distribuído para outras instituições, como o Museu Paranaense e o Museu Histórico da Lapa.

O terreno onde ficava o museu, incluindo a residência de David Carneiro, que já havia abrigado a *Ervateira Americana*, foi vendido para um grupo de empresas do ramo da hotelaria. A partir de então iniciaram-se as obras de construção do Hotel Pestana.

Fotografia 5 – Antiga residência de David Carneiro antes de ser demolida.



Fonte: Acervo de Paulo José da Costa - Livraria Figaro.

Por meio de intervenção do Estado, junto à Fundação Cultural de Curitiba, os novos proprietários e a prefeitura decidiram preservar a fachada da antiga casa de David Carneiro e criar nesse ambiente uma mostra permanente sobre a vida do intelectual.

O espaço, administrado pelo hotel, deve sempre estar disponível para a visita, mas cabe ressaltar que tivemos dificuldade em acessar o local. Mesmo agendando a visita previamente e explicando que se tratava de uma pesquisa de mestrado, no momento em que chegamos no hotel a administração alegou que a pessoa responsável não se encontrava. Somente após muito insistir, ressaltando que o pesquisador era de outro município, foi que encontraram a chave do memorial David Carneiro e nos permitiram entrar.

Não entramos pela porta da frente do memorial, mas por uma porta lateral, a partir do interior do hotel. A arquitetura do memorial é composta pela fachada original da residência de David Carneiro, onde encontra-se o brasão da família, conectada a uma construção mais recente, que se assemelha a uma casa, ou galpão.

Fotografia 6 – Fachada da antiga casa de David Carneiro.



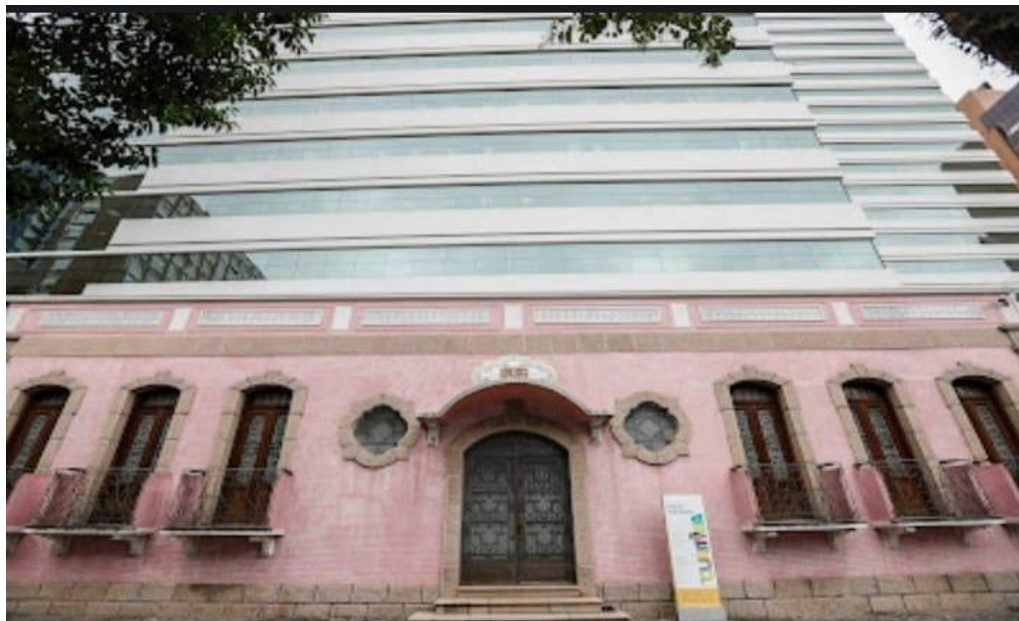
Fonte: Acervo particular do autor.

Em seu interior, que estava separado em duas partes iguais, alguns móveis que pertenceram a David Carneiro e molduras com fotografias do historiador e sua família preenchiam a parte frontal do espaço, onde fica a porta que leva à rua, enquanto que o espaço dos fundos estava ocupado por mesas, cadeiras, louças, copos e taças, que seriam utilizados em um casamento que aconteceria no hotel, segundo a administração. Também havia ali cartazes e outros materiais da Fundação Cultural de Curitiba armazenados.

Em um curto período de tempo aquele local sofreu uma brusca transformação. Bastou o falecimento de Carneiro para que os herdeiros se desfizessem de toda aquela coleção que, como o próprio David Carneiro colocou, era algo oneroso do ponto de vista econômico.

Ironicamente, o progresso, tão almejado e inevitável na perspectiva de um positivista de carteirinha como David Carneiro, chegou ao seu lar. Com tanto ímpeto que devastou quase que completamente o que ainda restava dos lugares de memória construídos pelo historiador.

Fotografia 7 – Fachada da antiga residência de David Carneiro com Hotel Pestana ao fundo.



Fonte: Acervo particular do autor.

Fotografia 8 – Fachada da antiga residência de David Carneiro com Hotel Pestana ao fundo.



Fonte: Acervo particular do autor.

Fotografia 9 – Fachada da antiga residência de David Carneiro com Hotel Pestana ao fundo.



Fonte: Site da Gazeta do Povo.

Anteriormente, destacamos a atuação de David Carneiro em alguns dos periódicos que circulavam na capital paranaense nas primeiras décadas do século XX. Um dos periódicos que mais contou com a colaboração de David Carneiro, durante vários anos, foi a Gazeta do Povo.

O documentário Memória de David (1988), dirigido pela cineasta Berenice Mendes, conta com a participação de vários ilustres ligados à cultura e ao patrimônio histórico do Paraná. Dentre eles destacamos o depoimento de Francisco da Cunha Pereira Filho, dono da Gazeta do Povo e do Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCom).

Aproximadamente há uns 15 anos atrás consegui convencer a sua família, que resistiu um pouco, que era imprescindível a colaboração de David Carneiro, porque a cultura do professor David Carneiro não pertence somente à cidade de Curitiba, pertence ao Paraná e ao Brasil. É, sem dúvida, um dos grandes historiadores da nossa terra e uma das grandes culturas também. Desde então o professor David Carneiro passou a escrever diariamente para a Gazeta do Povo. [...] Abordando sempre problemas da maior atualidade e também problemas do maior valor histórico. O professor David Carneiro merece nosso respeito também como diretor do museu que tem o seu nome. (Pereira Filho, *in*. Mendes, 1988)

Atualmente, se pesquisarmos David Carneiro e Gazeta do Povo em qualquer buscador da internet nos deparamos com a seguinte matéria do canal digital Revista Haus: Casinha histórica rosa ao lado do Hotel Pestana ganha vida nova. A matéria, escrita por Vivan Faria em 2019, destaca a inauguração de uma lojinha da marca #Curitibasualinda, por meio da administração da Fundação Cultural de Curitiba, no espaço onde ficava a residência e o museu de propriedade de David Carneiro e que hoje abriga o Hotel Pestana.

A matéria ainda dá ênfase ao fato de que a fachada da residência original foi mantida para abrigar a exposição permanente sobre David Carneiro. O espaço, a partir de 2019, passou a abrigar também a lojinha supracitada.

Um trecho interessante da matéria são as palavras da historiadora da Fundação Cultural de Curitiba, Maria Luiza Gonçalves Baracho:

A intenção é dar maior visibilidade ao fluxo de pessoas naqueles espaços, ter gente visitando a loja e observando os produtos. Ao mesmo tempo, haveria aquela curiosidade de saber quem foi, afinal, David Carneiro.

Ainda na matéria, o diretor do Hotel Pestana também foi ouvido: “O museu tinha pouca visitação, mas o hotel tem um fluxo de mais de 8 mil hóspedes e clientes por mês. Essas pessoas agora têm a oportunidade de aproveitar a loja e conhecer a história de David Carneiro.”

É interessante perceber que o diretor do Hotel que abriga o espaço, se refere ao mesmo como museu, ao passo que se trata apenas de uma fachada preservada que com uma exposição permanente. Além disso, é nítido que as pessoas entendem a lojinha da #Curitibasualinda como o principal fator de revitalização daquele espaço, no sentido de atrair mais “curiosos”.

Mais que isso, o mesmo jornal cujo proprietário destacou as imprescindíveis colaborações de David Carneiro durante anos, senão décadas, evidenciando as qualidades culturais e intelectuais do escritor, publica, anos depois do falecimento do mesmo, uma manchete cujo assunto principal é anunciar uma loja de souvenir onde os curiosos também possam descobrir, afinal, quem foi David Carneiro.

A memória de David, título do documentário de Berenice Mendes, nos leva a refletir sobre toda a dinâmica social que fez com que David Carneiro se estabelecesse como uma referência intelectual, em especial por sua contribuição no campo historiográfico. Por outro lado, esse mesmo intelectual se vê como um não integrante

dos círculos, agremiações e academias que reuniam os representantes do pequeno mundo intelectual, como colocou o próprio David Carneiro. Sua tradição de escrita, literária e historiográfica, foram gradativamente questionadas por outras emergentes em ambientes acadêmicos. Não que a história laudatória e heroica deixou de ser escrita, pelo contrário elas são as que mais caem no gosto popular. No entanto, com esse processo de crítica ao ensaísmo, estabeleceu-se como um entendimento comum separar a história profissional - aquela exercida por profissionais formados na área em alguma universidade ou faculdade, debatida e aceita pelos pares dentro de um método específico - da história feita por leigos e autodidatas, o que não significa atribuir juízos de valor a uma ou outra, mas diferenciar as abordagens.

Caminhando para uma problematização final, colocamos as seguintes questões: Se Carneiro é hoje considerado um historiador cuja escrita muito remete aos referenciais metodológicos do século XIX, destoante da história produzida nos ambientes acadêmicos; Se o museu de sua propriedade, que chegou a competir - no bom sentido da palavra - com o Museu Paranaense durante várias décadas do século XX, deixou de existir imediatamente após sua morte; Se todo o prestígio de Carneiro em um veículo de comunicação de grande circulação no Estado, hoje se resume a despertar curiosos que querem saber sobre a “casinha histórica rosa ao lado do Hotel Pestana”; Podemos concluir que a memória de David - no sentido mais amplo do conceito - foi apropriada por entidades privadas e estatais, vendida e dividida, salvo alguns poucos esforços na tentativa de mantê-la viva? Há uma dinâmica maior que explica essa espécie de apagamento?

A explicação mais recorrente nos trabalhos sobre David Carneiro ou sobre as gerações de historiadores pré-institucionalização do ofício é a mesma que colocou esses sujeitos como integrantes dos chamados “historiadores tradicionais paranaenses”. Trata-se de Oliveira (2000), que associou a crescente popularidade de David Carneiro e o posterior apagamento dessa personalidade com o estabelecimento de uma elite fundiária ervateira com sua posterior queda.

Antes de um intelectual e historiador, antes de um dono de museu e de cinemas, antes de um militante paranista, antes mesmo de ser um comtiano de carteirinha, Carneiro era herdeiro de uma família de industriais da erva-mate. David Carneiro era, portanto, representante de uma elite ervateira cujos herdeiros, vários deles, se tornaram intelectuais, historiadores, sociólogos e escritores. Esses

intelectuais defendiam assiduamente, por meio da pena e da tinta, a memória e os interesses de suas famílias.

Responsável, em grande parte, pela emancipação política do Paraná, a economia da erva-mate, segundo Oliveira (2000, p. 78), passou por um longo processo até chegar ao ponto em que pode ser reconhecida a presença de uma burguesia ervateira, que seria em torno da década de 1870.

A indústria ervateira teria presenciado e se adaptado a significativas transformações na sociedade, como o fim do escravismo, o incremento tecnológico e o estabelecimento de um moderno perfil industrial.

O engenho David Carneiro e Companhia trabalha com 58 operários, mais 15 na barricada, mais 20 no empacotamento, 5 no transporte, fora o pessoal no escritório e dois gerentes. (Vitor, 1913, p. 139 *apud* Oliveira, 2000, p. 77)
De 1820 até 1920, em um século, ocorre uma pequena revolução industrial no processamento do mate, com efeito dinâmico para as suas atividades contribuintes (metalurgia, madeireira, litografia). (Oliveira, 2000, p. 77)

Ao analisar a formação dessa classe ervateira industrial que se consolidou em uma burguesia ervateira até o início do século XX, Oliveira destacou as estratégias de inserção desses industriais no meio político e cultural do Paraná. Através de relações econômicas, cuja origem da acumulação de capital remete ao tropeirismo e aos processo imigratórios, essa classe industrial trabalhou no sentido de “construir, projetar, manter e resguardar em termos culturais as formas políticas de sua dominação”. Conforme apontou Oliveira (2000, p. 145), coube aos intelectuais pensar uma identidade regional ligada aos interesses dessa elite local.

Oliveira entendeu a emancipação do Paraná com relação à São Paulo, em 1853, como resultado de processos econômicos e do crescimento das atividades relacionadas à produção de erva-mate. Pensar uma identidade regional que legitimava os interesses dessa elite da erva-mate se configurou um projeto político e cultural no Paraná.

O início do século XX teria sido um momento de declínio da indústria ervateira bem como de seus representantes nos ambientes políticos e intelectuais.

Atravessando boas e más conjunturas, as exportações de erva-mate crescem de 1820 a 1930, quando decrescem para níveis inferiores e se interrompe a estatística progressista do aumento das exportações de mate. (Oliveira, 2000, p. 86 - 87)

Por outro lado, como já colocamos, a obra de David Carneiro suscita problematizações. Continua sendo mobilizada, estudada, criticada ou mesmo corroborada, dependendo de quem a lê. Independente das dinâmicas econômicas que criam ou destroem hegemonias, ou das tensões epistemológicas acerca das disciplinas do conhecimento humano que legitima alguns discursos em detrimento de outros, ou mesmo das gerações de intelectuais das quais é possível estabelecer aproximações ou distanciamentos, David Carneiro foi um historiador, dentre outras coisas, que atravessou o século produzindo, discutindo, atribuindo sentidos e se posicionando.

Trata-se, finalmente, não de um historiador superado ou marcado como um “historiador tradicional” do início do século XX, mas sim de um historiador de todo o século XX.

David Carneiro foi um historiador criticado, mas a partir do viés acadêmico. Seus textos, ao contrário do que se possa pensar, continuam circulando, atribuindo sentidos e contando a História do Paraná, da formação de suas fronteiras e da identidade dos paranaenses dentro da perspectiva do colonizador, do proprietário de terra e do industrial. Assim como as análises e problematizações com relação à sua obra não estão esgotadas.

CONCLUSÃO

David Carneiro foi um personagem emblemático da historiografia paranaense. Nasceu praticamente junto com o século XX, em 1904, e faleceu na década de 1990.

Industrial herdeiro de importantes ervateiros, David Carneiro assumiu várias ocupações no decorrer de sua vida. Formou-se em economia pela Universidade do Paraná, ocupou posições de poder em instituições de pesquisa, de memória e de cultura. Historiador foi apenas uma de suas facetas. A que se tornou mais pública, no entanto.

Como intelectual e historiador, começou a produzir cedo, logo que assumiu o comando da ervateira da família na capital paranaense.

De início discorreu sobre a produção da erva-mate na região. Logo, passou a produzir textos sobre a história militar do Paraná, em especial sobre os conflitos da Guerra do Paraguai, da Revolução Federalista e da chamada “questão de territórios”. Em sua perspectiva, o Paraná fora vítima de injustiças históricas consequências dos tensionamentos com Argentina e Santa Catarina na virada do século XIX para o século XX.

Herdou de seu pai não apenas propriedades e uma indústria ervateira, mas também o gosto por colecionar objetos históricos. Fundou e administrou por cerca de sete décadas o Museu David Carneiro, que funcionou até a ocasião de sua morte.

Demonstrou publicamente seu apreço pela cultura local e participou de forma ativa de diversos ambientes intelectuais, dentro e fora do Estado. Presenciou momentos de tensionamentos historiográficos frutos do processo de institucionalização e profissionalização do ofício nas universidades brasileiras. Se posicionou quanto a isso, defendendo seu estilo de fazer história. Considerava-se, enfim, um “plutarquiano”.

A luta de David Carneiro por um “regionalismo paranista”, tanto nas letras quanto na incessante reivindicação pelo reconhecimento dos intelectuais paranaenses dentro e fora do Estado, refletem a produção de uma história com função prática de defender as fronteiras do Paraná por meio da retórica regionalista presente em suas narrativas.

Além de suas publicações, as mobilizações do intelectual em instituições e lugares de fomento à pesquisa e produção de história foram dados cruciais para pensarmos sua obra de forma mais profunda, entendendo a memória específica

construída por David Carneiro como uma possibilidade de sucesso em um universo de circunstâncias, demandas e conjunturas favoráveis.

Sua escrita de história sofreu duras críticas por historiadores e historiadoras acadêmicos, o que mobilizou Carneiro a construir uma historiografia na qual ele se insere. Seus trabalhos, no entanto, não deixaram de circular e de moldar o imaginário social sobre a história do Paraná. Seus livros ainda são lidos, tanto por pessoas que colocam suas narrativas como verdades históricas, como por acadêmicos que fazem análises críticas ou mesmo que utilizam informações e dados de suas pesquisas para alimentar projetos mais recentes.

Creemos que, por meio da profícua intersecção entre uma abordagem historiográfica e as categorias de análise da história intelectual, foi possível analisar o objeto por meio de diferentes ângulos de “ataque”, considerando tanto a produção, a autoria e a mobilização de David Carneiro nos ambientes intelectuais quanto o panorama social, político e cultural que o circulava.

Concluimos, por fim, que esta pesquisa contribuiu por lançar um olhar mais cuidadoso sobre as técnicas, métodos e referenciais teóricos de uma historiografia onde transparecem projetos de poder, visões de sociedade, posicionamentos político-ideológicos e, no âmbito da história, uma concepção muito particular do que seria a memória oficial dos paranaenses.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Receitas regionais: a noção de região como um ingrediente da historiografia brasileira ou o regionalismo como modo de preparo historiográfico. **XIII Encontro de História Anpuh-Rio**. Rio de Janeiro, 2008

ALMEIDA, Letícia Leal de. Intelectuais paranaenses e a construção do pensamento social no Paraná. **Caminhos da História**. v. 26, n. 2, p. 206-217, jul./dez. 2020

ALVES, Alessandro Cavassin. **A província do Paraná**. A classe política. A parentela no governo. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014

ANDERSON, Lisa. *James T. Shotwell: a life devoted to organizing peace*. **Columbia Magazine**, New York, dec. 2005

ARANHA, Patrícia. **Geografia como profissão**: campo, autorrepresentação e historiografia (1934-1955). Darmstadt: WBG Academic, 2022

ARANHA, Patrícia. O IBGE e a consolidação da geografia universitária brasileira. **Terra Brasilis**. n. 3, 2014

BALHANA, Carlos Alberto de Freitas. **Ideias em confronto**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1980

BENATTE, Antonio Paulo; SAAD, Cesar Leonardo Van Kan. **História da historiografia paranaense**: matrizes e mutações. Londrina: Eduel, 2019

BORZUK, Cristiane Souza. História, literatura e crime: notas sobre a cultura europeia novecentista. **Revista E-escrita**, v. 12, n. 1, p. 274-282, set. 2020/mar. 2021

BRAGUETO, Claudio Roberto. O processo de industrialização do Paraná até a década de 1970. **Revista Geografia**, Londrina, v. 8, n. 2, p. 149-160, jul./dez. 1999

CAMARGO, Luís Gonçalves Bueno de. **Uma história do romance brasileiro de 30**. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2001

CAMPOS, Névio de. Diário da Tarde e Cruzeiro: querelas entre anticlericais e católicos no Paraná (1931-1932). **Revista Antíteses**, Londrina, v. 6, n. 12, p. 391-416, jul./dez. 2013

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988

CARVALHO, Alessandra Izabel de. **Nestor Vitor**: um intelectual e as ideias do seu tempo (1890-1930). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997

CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 123-152, jan./dez. 1998

CARVALHO, Raphael Guilherme de. Em torno da concepção de história de Sérgio Buarque de Holanda. **Revista ieb**, n. 70, pp. 306-340, ago. 2018

CELLA, Thiana Nunes; BERND, Jorge Antonio; SANTOS, Fábio Luis dos. O romance histórico paranaense: perspectivas e pluralidades, primeiras impressões. **Revista Entreletras**, Tocantins, v. 11, n. 1, p. 170-195, jan./abr. 2020

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. 2 ed. Belo Horizonte: Ensaio Geral, 2020

COMTE, Auguste. **Discurso sobre o espírito positivo**. São Paulo: Lafonte, 2020

CORDOVA, Maria Julieta Weber. **Tinguís, pioneiros e adventícios na mancha loira do sul do Brasil**: o discurso regional autorizado de formação social e histórica paranaense. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009

CORRÊA, Amélia Siegel. **Imprensa e política no Paraná**: prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006

DENIPOTI, Cláudio. **A sedução da leitura**: livros, leitores e História Cultural (Paraná 1880-1930). Porto Alegre: Fi, 2018

DIAS, Megi Monique Maria. Como foi escrita a história no Paraná no boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense entre 1900 e 1918. *In*: BENATTE, Antonio Paulo; SAAD, Cesar Leonardo Van Kan. **História da historiografia paranaense**: matrizes e mutações. Londrina: Eduel, 2019

FAGUNDES, Bruno Flávio Lontra. História, historiador e identidade profissional: sobre a história do curso de História da Universidade Federal do Paraná. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 54, p. 295-315, jul./dez. 2014

FARIA, Vivian. Casinha histórica rosa ao lado do Hotel Pestana ganha vida nova. **Revista Haus**, 15 Abr. 2019. Disponível em: <https://revistahaus.com.br/haus/arquitetura/museu-david-carneiro-ganha-loja-souvenires/>. Acesso em: 27 Jul. 2023

FERNANDES, Hellê Vellozo. **Monte Alegre cidade papel**. Curitiba: Klabin do Paraná, 1974

FERREIRA, Antonio Celso. Literatura, a fonte fecunda. *In*: LUCA, Tania Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009

FLECK, Gilnei Francisco. A conquista do entre-lugar: a trajetória do romance histórico na América. **Revista Gragoatá**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 149-167, jul./set. 2007

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 21 ed. São Paulo: Loyola, 1996

GLASER, Niroá Zuleika Rotta Ribeiro. Educação na história da UFPR: apontamentos para uma minuta cronológica. **Educar**, Curitiba, n. 7, p. 13-58, jan./dez. 1988

GOMES, Angela de Castro. A Marquesa de Santos: história, memória e ficção histórica no Brasil da primeira metade do século XX. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 45, n. 3, p. 90-103, set./dez. 2019

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos (orgs.). **Intelectuais mediadores**: práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016

GOMES, Angela de Castro. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996

GOMES, Angela de Castro. **Regionalismo e centralização política**: partidos e constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências no tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013

IORIO, Regina Elena Saboia. **Intrigas e novelas**: literatos e literatura em Curitiba na década de 1920. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003

JENKINS, Keith. **A história repensada**. São Paulo: Contexto, 2001

KALIFA, Dominique. **A tinta e o sangue**: narrativas sobre crimes e a sociedade na Belle Époque. São Paulo: Unesp, 2019

KARVAT, Erivan Cassiano. Intelectuais regionais e história intelectual: indagações sobre usos, problemas e possibilidades. **XXXI Simpósio Nacional de História da ANPUH**. Rio de Janeiro, 2021

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006

LACAPRA, Dominick. Retórica e história. **Revista Territórios e Fronteiras**, v. 6, n. 1, p. 97-118, jan./jun. 2013

LAPA, José Roberto do Amaral. **Historiografia brasileira contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 1981

LE GOFF, **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013

LIMA, Helder Silva; LIMA, José Adil Blanco de; CARVALHO, Raphael Guilherme de. **Historiografia brasileira**: uma breve história da história no Brasil. Curitiba: Intersaberes, 2018

LUKÁCS, Gyorgy. **O romance histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011

MACHADO, Daiane Vaiz. Modo de ser historiadora: Cecília Westphalen no campo historiográfico brasileiro da segunda metade do século XX. **História e historiografia**, n. 22, p. 134-151, dez. 2016

MACHADO, Daiane Vaiz. **O percurso intelectual de uma personalidade curitibana: David Carneiro**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012

MARTINS, Estevão de Rezende. Conhecimento histórico e historiografia brasileira contemporânea. **Revista Portuguesa de História**, n. 42, pp. 197-217, 2011

MICELI, Sergio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: FAPESP, 1995

MICELI, Sergio (org.). **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920 - 1945)**. São Paulo: DIFEL, 1979

MOSCOVICI, Serge. *Essai sur l'histoire humaine de la nature*. In BRAUDEL, Fernand. **Nouvelle bibliothèque scientifique**. Paris: Flammarion, 1968

MOTA, Lúcio Tadeu. A Guerra de Conquista nos territórios dos índios Kaingang do Tibagi. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 2, n. 1, p. 187-207, dez. 1997/jan. 1998

MURARI, Luciana. Escrita do eu, escrito do outro: a construção do sujeito ficcional na narrativa regionalista em primeira pessoa. **Itinerários**, n. 40, p. 97-117, jan./jun. 2015

MURARI, Luciana. O velho e o diabo, ou: do que falamos quando falamos de história da literatura? **História em Revista**, n. 23, p. 7-19, dez. 2017

MYSKIW, Antonio Marcos. Curitiba, república das letras (1870-1920). **Revista História em Reflexão**, Dourados, v. 2, n. 3, p. 1-27, jan./jun. 2008

NETO, Pedro do Rosário. O jogo das representações em torno do drama da Fazenda Fortaleza. **Questões e Debates**, Curitiba, a. 11, n. 20/21, p. 103-121, jun.-dez. 1990

NEUNDORF, Alexandre. **Intelectualidade, fronteiras e identidade: O Paraná no início do século XX**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009

OLIVEIRA, Luiz Claudio Soares de. **Joaquim contra o paranismo**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio das genealogias: classe dominante e Estado no Paraná (1853-1930)**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**. São Paulo: Pontes, 2012

PALERMO, Luis Claudio. Um diálogo produtivo: entre a Nova História Intelectual e os estudos historiográficos. **Revista de Teoria da História**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 194-212, nov. 2020/jun. 2021

PASOLINI, Ricardo. *La historia intelectual desde su dimensión regional: algunas reflexiones*. **Revista de História Intelectual**, Buenos Aires, n. 17, p. 187-192, 2013

PAULA, Thiago de. **Exposição itinerante**: a formação da memória e da identidade do telemacoborbense. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (História: Memória e Imagem) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Editora África, 1990

PEREIRA, Luis Fernando Lopes. **Paranismo**: cultura e imaginário no Paraná da I República. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos. Odisseias do conceito moderno de história: Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, de Capistrano de Abreu, e O pensamento história do Brasil nos últimos cinquenta anos, de Sérgio Buarque de Holanda, revisitados. **Revista ieb**, São Paulo, n. 50, p. 27-78, set./mar. 2009

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo como texto: leituras da história e da literatura. **História da Educação**, Pelotas, n. 14, p. 31-45, set. 2003

PONTES, Heloisa. Retratos do Brasil: um estudo dos editores, das editoras e das coleções brasileiras nas décadas de 1930, 40 e 50. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 56-89, jul./dez. 1988

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008

REVEL, Jacques. **Proposições**: ensaios de história e historiografia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. Regionalismo, modernidade e legitimidades intelectuais: Moysés Vellinho e Érico Veríssimo (1930-1964). **Revista História, ciências, saúde**, Manguinhos, v. 17, n. 4, p. 993-1008, out./dez. 2010

ROSÁRIO NETO, Pedro do. O jogo das representações em torno do Drama da Fazenda Fortaleza. **História, questões e debates**, Curitiba, n. 20/21, p. 103-121, jun./dez. 1990

RÜSEN, Jorn. **Teoria da história**: uma teoria da história como ciência. Curitiba: Editora UFPR, 2015

SANCHES, Dalton. Sérgio Buarque de Holanda e o mal-estar da profissionalização: entre o ensaio e a diferença (1948-1959). **Revista de História**, São Paulo, n. 181, 2022

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1999

SHOTWELL, James. **An introduction to the history of history**. New York: Columbia University Press, 1922

SILVA, Helenice Rodrigues da. **Fragmentos da história intelectual**: entre questionamentos e perspectivas. São Paulo: Papyrus, 2002

SILVA, Ricardo Oliveira da. Dominick LaCapra: documentos e epistemologia na história intelectual. **Historiae**, Rio Grande, v. 9, n. 1, p. 27-37, 2018

SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In REMOND, René. **Por uma história política**. São Paulo: FGV, 2003

SZESZ, Christiane Marques. **A invenção do Paraná**: o discurso regional e a definição das fronteiras cartográficas (1889-1920). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997

SZVARÇA, Décio Roberto. **O forjador**: ruínas de um mito Romário Martins (1893-1944). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1993

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. Paranidade ou Paranismo? A construção de uma identidade regional. **Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica**, Curitiba, n.13, p.65-74, 1997

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Lisboa: 70, 1983

VILHENA, Luís Rodolfo. Entre o regional e o nacional: folcloristas na década de 1950. **XIX Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, 1995

WHITE, Hayden. **Meta-história**: a imaginação histórica do século XIX. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2019

WHITE, Hayden. O passado prático. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 20, n. 37, p. 9-19, 2018

WEINHARDT, Marilene. Considerações sobre o romance histórico. **Revista Letras**, Curitiba, n. 43, p. 49-59, 1994

WEINHARDT, Marilene. Ficção e história: retomada de antigo diálogo. **Revista Letras**, Curitiba, n. 58, p. 105-120, jul./dez. 2002

WEINHARDT, Marilene. Repensando o romance histórico. **Revista Versalete**, Curitiba, v. 7, n. 12, p. 320-336, jan./jun. 2019

WILLER, Marcelo. **Harmonia**: uma utopia urbana para o trabalho. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997

WOITOWICZ, Karina Janz. Recortes no tempo e na escrita do jornal: história e cotidiano no universo jornalístico da capital paranaense. In: WOITOWICZ, Karina Janz (org.). **Imagem contestada**: a Guerra do Contestado pela escrita do Diário da Tarde (1912-1916). Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2015

APÊNDICE A - FONTES

A VIDA tormentosa do Sargento Mór. **Diário da Tarde**, Curitiba, p. 5, 17 Mar. 1941. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=800074&pagfis=59798>. Acesso em: 12 Jun. 2023

CARNEIRO, Davi. **O drama da Fazenda Fortaleza**. Curitiba: Dicesar Plaisant, 1941

CARNEIRO, Davi. **História psicológica do Paraná**. Curitiba: Dicesar Plaisant, 1944

CARNEIRO, David. **História da história do Paraná**. Curitiba: Centro de Letras do Paraná, 1952

ELLIOT, João Henrique. Itinerário de huma viagem de exploração pelos rios Verde, Itararé, Paranapanema, e os sertões adjacentes mandado fazer pelo Barão de Antonina. *In*: MOTA, Lúcio Tadeu. A Guerra de Conquista nos territórios dos índios Kaingang do Tibagi. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 2, n.1, p. 196, dez. 1997/jan. 1998

LE VAUX, R. Uma notícia sensacional para as letras do Paraná: está no stúdio de Hollywood O Drama da Fazenda Fortaleza. **O dia**, Curitiba, p. 4, 9 Dez. 1941. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=800074&pagfis=60483>. Acesso em: 12 Jun. 2022

MEMÓRIA de David. Direção: Berenice Mendes. Produção: Documenta Filmes, 1988, 3 vídeos (25 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E7V7sFsFErM&t=65s>. Acesso em: 27 Jul. 2023

MILLARCH, Aramis. O fim da (nossa) Cinelândia. **Estado do Paraná**, Curitiba, p. 4, 30 Jun. 1976. Disponível em: <https://www.millarch.org/artigo/o-fim-da-nossa-cinelandia>. Acesso em: 12 Jun. 2023

MILLARCH, Aramis. Morte da Memória Paranaense. **Estado do Paraná**, Curitiba, p. 4, 29 Abr. 1978. Disponível em: <https://www.millarch.org/artigo/morte-da-memoria-paranaense>. Acesso em: 12 Jun. 2023

MILLARCH, Aramis. Fazenda Fortaleza, o grande projeto do cinema paranaense. **Estado do Paraná**, Curitiba, p. 3, 13 Jan. 1988. Disponível em: <https://www.millarch.org/artigo/fazenda-fortaleza-o-grande-projeto-do-cinema-paranaense>. Acesso em: 12 Jun. 2023

MILLARCH, Aramis. Qual será o destino de sua biblioteca? **Estado do Paraná**, Curitiba, p. 24, 07 Ago. 1990. Disponível em: <https://www.millarch.org/artigo/qual-sera-o-destino-de-sua-biblioteca>. Acesso em: 12 Jun. 2023

PELAS NOSSAS letras: está fazendo o maior sucesso O Drama da Fazenda Fortaleza. **O dia**, Curitiba, p. 4, 31 Mai. 1941. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=092932&pagfis=43824>. Acesso em: 12 Jun. 2023

RIBAS, Manoel. Está fazendo extraordinario sucesso O Drama da Fazenda Fortaleza. **Correio do Paraná**, Curitiba, p. 7, 6 Jun. 1941. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=171395&pagfis=14490>. Acesso: 12 Jun. 2023

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à comarca de Curitiba**: 1820. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964

SCHINIRMAN, Luiz. O Drama da Fazenda Fortaleza. **Gran Fina**, Curitiba, p. 6, Jan. 1941. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=w00015&pagfis=267>. Acesso em: 12 Jun. 2023

UMA NOTÍCIA sensacional para as letras paranaenses. **Diário da Tarde**, Curitiba, p. 7, 28 Jun. 1941. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=800074&pagfis=60483>. Acesso: 12 Jun. 2022